

Francisco Régis Lopes Ramos

Em nome do objeto

museu,
memória
e ensino
de história



Em nome do objeto

museu, memória e ensino de história



Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação

Milton Ribeiro



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

Reitor

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Vice-Reitor

Prof. José Glauco Lobo Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. Almir Bittencourt da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Jorge Herbert Soares de Lira



IMPrensa UNIVERSITÁRIA

Diretor

Joaquim Melo de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Joaquim Melo de Albuquerque

Conselheiros*

Prof. Claudio de Albuquerque Marques

Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

Prof. Rogério Teixeira Masih

Prof. Augusto Teixeira de Albuquerque

Prof.^a Maria Elias Soares

Francisco Jonatan Soares

Prof. Luiz Gonzaga de França Lopes

Prof. Rodrigo Maggioni

Prof. Armênio Aguiar dos Santos

Prof. Márcio Viana Ramos

Prof. André Bezerra dos Santos

Prof. Fabiano André Narciso Fernandes

Prof.^a Ana Fátima Carvalho Fernandes

Prof.^a Renata Bessa Pontes

Prof. Alexandre Holanda Sampaio

Prof. Alek Sandro Dutra

Prof. José Carlos Lázaro da Silva Filho

Prof. William Paiva Marques Júnior

Prof. Irapuan Peixoto Lima Filho

Prof. Cássio Adriano Braz de Aquino

Prof. José Carlos Siqueira de Souza

Prof. Osmar Gonçalves dos Reis Filho

* membros responsáveis pela seleção das obras de acordo com o Edital n.º 13/2019.

Francisco Régis Lopes Ramos

Em nome do objeto

museu, memória e ensino de história



Fortaleza
2020

Em nome do objeto: museu, memória e ensino de história

Copyright © 2020 by Francisco Régis Lopes Ramos

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará (UFC)
Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Antídio Oliveira

Normalização bibliográfica

Marilzete Melo Nascimento

Programação visual

Sandro Vasconcellos / Thiago Nogueira

Diagramação

Frank Bezerra

Capa

Heron Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Bibliotecária Marilzete Melo Nascimento CRB 3/1135

R175e Ramos, Francisco Régis Lopes.
Em nome do objeto [livro eletrônico] : museu, memória e ensino de história /
Francisco Régis Lopes Ramos. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020.
7.996 kb : il. color. ; PDF (Estudos da Pós-Graduação)

ISBN: 978-65-88492-17-8

1. História - Estudo e ensino. 2. Museologia. 3. Memória. I. Ramos, Francisco Régis Lopes. II. Título.

CDD 981.07

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo I A HISTÓRIA DOS OBJETOS	16
Capítulo II O QUE É UM OBJETO DE FATO	21
Capítulo III A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO TEMPO	28
Capítulo IV O TEMPO QUE O CONSUMO PRECISA	34
Capítulo V O OBJETO: POÉTICA E NARRATIVA	45
Capítulo VI PARA ESCUTAR O CANTO DA SEREIA	51
Capítulo VII POR UM PASSADO NÃO DEFICITÁRIO	55
Capítulo VIII O CALEIDOSCÓPIO DA MEMÓRIA PUBLICADA	62
Capítulo IX APELOS E SEDUÇÕES DA MEMÓRIA	72
Capítulo X OS TRABALHOS DA MEMÓRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA ...	80

Capítulo XI	
A IDENTIDADE AINDA SERÁ	
A ESPINHA DORSAL DOS MUSEUS?	90
Capítulo XII	
E O MUSEU DOS QUE NÃO TÊM?	102
Capítulo XIII	
SOBRE O RISCO DE REDUZIR	
O DIFERENTE AO SEMELHANTE	108
Capítulo XIV	
A HISTORICIDADE: NÃO SEM O OUTRO	117
Capítulo XV	
A HISTÓRIA DO DEVIR EM UM MUSEU QUALQUER	123
Capítulo XVI	
A IMPOSIÇÃO DA PALAVRA NA	
EXPOSIÇÃO DO OBJETO	129
Capítulo XVII	
COMO FAZER PLACAS	139
Capítulo XVIII	
A DELEGACIA, O MUSEU E A FRONTEIRA	143
Capítulo XIX	
A BIOGRAFIA DOS OBJETOS: COMO E POR QUÊ	151
Capítulo XX	
DO PASSADO PRESENTE À PRESENÇA DO OUTRO	162
Capítulo XXI	
A HISTÓRIA SEM VERGONHA DO TEMPO	168
Capítulo XXII	
A HISTÓRIA EM RUÍNAS	174
Capítulo XXIII	
O DESCOLAMENTO, AFINAL	187

Capítulo XXIV	
DE VOLTA À ORIGEM	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197
O AUTOR	215

INTRODUÇÃO

A relação do homem com o objeto não é de todo apenas de posse ou de uso. Não, seria demasiado simples. É muito pior.

*Francis Ponge*¹

O sapato, a lâmpada, o telefone... Ou, quem sabe, a cadeira, o sofá, a bacia, a escova de dente... Cada objeto pode ser facilmente definido com o auxílio de um dicionário. Mas o que se põe em desafio aqui é exatamente indagar sobre o que o dicionário não pode nem deve dizer: a materialidade no tempo. Isso significa que cada coisa só passa a ter história se a sua existência é examinada no tempo, pelo tempo e apesar do tempo. Por isso, vou me ater às conjugações do verbo fazer e usar, ou desfazer e inutilizar, entendendo que é no (des)uso que o historiador encontra a matéria-prima da história social, em seu compromisso com a multiplicidade das variadas relações entre passado, presente e futuro.

Tempo a partir dos objetos, objetos a partir do tempo — esta é a proposta, que pressupõe inversões e superações a respeito da relação entre sujeito e objeto. Longe de ser uma mera fabricação do sujeito, o objeto faz parte da subjetividade. É preciso entender que a “mercadoria”, por exemplo, não é sinônimo de objeto, mas apenas

¹ PONGE, Francis. *Alguns poemas*: antologia poética. Lisboa: Cotovia, 1996. p. 133.

uma maneira de sê-lo, decerto a maneira mais pobre de sê-lo, apesar de parecer outra coisa, até porque aí a aparência é (quase) tudo. Daí a imprescindível necessidade de atentar-se aos modos pelos quais a sociedade de consumo interage com museus e outras formas de composição da memória. Questão, vale mencionar, que ocupa a centralidade dos capítulos 3, 4 e 5.

Tornou-se um parâmetro ético afirmar que nós não podemos tratar as pessoas como objetos. Por outro lado, é mister reconhecer o equívoco antropocêntrico, ou melhor, egocêntrico, que há em tal premissa. “O que fizemos com as coisas para devotar-lhes um tal desprezo? E quem pode se permitir ter esse desprezo? Por que os prisioneiros são despojados de suas roupas a não ser para que se despojem de si mesmos?”² O depoimento mais dramático sobre essa potência desprezada dos objetos é do escritor Primo Levi, quando ele relata as humilhações sofridas no campo de concentração:

Pela primeira vez, então, nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem. Num instante, por intuição quase profética, a realidade nos foi revelada: chegamos ao fundo. Mais para baixo não é possível. Condição humana mais miserável não existe, não dá para imaginar. Nada mais é nosso: tiraram-nos as roupas, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão – e, se nos escutarem, não nos compreenderão. [...] Bem sei que, contando isso, dificilmente seremos compreendidos, e talvez seja bom assim. Mas que cada um reflita sobre o significado que se encerra mesmo em nossos pequenos hábitos de todos os dias, em todos esses objetos nossos, que até o mendigo mais humilde possui: um lenço, uma velha carta, a fotografia de um ser amado. Essas coisas fazem parte de nós, são algo como os órgãos de nosso corpo.³

² STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 108.

³ LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 24.

Jean Baudrillard disse que, na sua obra, a palavra mais inquietante era objeto. Objeto é o nome do primeiro capítulo de *Senhas* — livro em que ele junta as principais questões que animam o seu pensamento: “O objeto tem um papel dramático; [...] inutiliza a expectativa de uma simples funcionalidade. E é por isso que ele me interessa”.⁴ Também é por isso que vale a pena lidar com a história dos objetos no ensino de história, desde que se entenda o ensino de história não como uma área à parte ou apartada das construções do conhecimento histórico, desde que a própria história dos objetos também não seja tratada como área à parte ou apartada. Não se trata de criar mais divisórias, que, no final das contas, têm a ver com a repartição do poder e, como era de se esperar, com a ignorância que aí se manifesta e daí se dissemina (como será visto de maneira mais evidente nos capítulos 14, 15 e 20).

Como diz o poeta Francis Ponge, citado em epígrafe, não é só pela posse ou pelo uso que se define a relação do homem com o objeto. Não é isso, simplesmente. “É muito pior” — adverte. Porque os artefatos são “fusíveis”, com os quais a vida suporta seu próprio abismo. São o “contrapeso” que equilibra a própria existência humana: “cada um deles, à nossa volta, um de cada vez, pode tornar-se o nosso ponto de ancoragem”. Aí não é mais o sujeito que domina o objeto, ou o objeto que domina o sujeito, mas uma interação diferenciada, que evidencia a composição entre a carne e o mundo: “Mais do que para o nosso olhar, é então coisa para a nossa mão, — que ela saiba prosseguir a manobra”.⁵

Partindo de Paulo Freire e incorporando outras perspectivas, como a fenomenologia de Merleau-Ponty ou a hermenêutica de Gadamer, não será exagero concluir que essas perspectivas de Baudrillard e Francis Ponge são o norte dos cinco primeiros capítulos, momentos nos quais retorno às ideias sobre o papel dos “objetos geradores”. Desde já é preciso dizer que a proposta dos “objetos geradores” foi exposta inicialmente no livro *A danação do objeto*. Agora, no livro

⁴ BAUDRILLARD, Jean. *Senhas*. Rio de Janeiro: Difel, 2001. p. 12.

⁵ PONGE, Francis. *Alguns poemas: antologia poética*. Lisboa: Cotovia, 1996. p. 133-135.

Em nome do objeto, apresento alguns desdobramentos dessa proposta inicial, incorporando outras questões e outros pontos de partida.

Mas como pensar o ensino de história diante das reivindicações das identidades? Identidades antes “nacionais”, e agora, também, “locais”? Como relacionar memória e história? Os museus deixaram a identidade de lado ou apenas trocaram as velhas identidades por novas? O que significa, hoje, pensar em “museus dos índios” ou “museus dos negros”? Afinal, quais são os novos desafios do professor de história diante da proliferação de demandas dos “movimentos sociais”? A partir de Achille Mbembe e retornando a Paulo Freire, essas perguntas fazem parte das inquietações que constituem os capítulos 11, 12 e 13.

Os capítulos 16 e 17 entram em outra seara: a relação entre a palavra e o objeto, tratando mais especificamente das legendas museológicas. Do capítulo 20 ao final, o tempo da história é a palavra-chave.

Como se pode perceber em todo o livro, e especialmente no capítulo 5, a literatura tem um papel não apenas de “fonte” a ser analisada pelo discurso da história, mas também é acolhida na qualidade de reflexão significativa a respeito dos trabalhos da memória. A rigor, devo reconhecer, os temas vão se cruzando em graus variados, o que deixa a divisão dos capítulos com eficácia questionável.

Uma preocupação que assediou a escrita de todos os capítulos foi a relação entre poder e saber, relação que já há um certo tempo vem alterando o mapeamento dos estudos históricos diante da memória. Refiro-me à tentação que ronda os debates no sentido de “valorizar um novo campo de estudos”, que ora vem à tona como “patrimônio”, ora é tratado como “educação patrimonial”, “pedagogia no museu” ou ainda “ensino de história”. Claro que a ênfase em certos termos, tidos ou não como novidades, indica alguns rumos daquilo que passa a entrar na agenda das discussões, não só no âmbito do saber oficial, mas também no território autolegitimado como “alternativo”. Essas e outras ondas de palavras apropriadas no discurso intelectual são pistas sobre as crenças e os valores que vão ocupando a diversidade de ângulos que atualmente se tenta compor.

O que me preocupa nesses movimentos não é o movimento, e sim a hora de parar, ou melhor, o instante da estagnação pela imposição

da fronteira disciplinar (ou corporativa, o que quer dizer quase a mesma coisa). Aí a potência do movimento se transforma em poder de grupos que definem áreas de saber não propriamente a partir do saber, e sim do poder. Dividir para dominar — eis a regra que a ciência inventou para ser mais científica e, também, para aconselhar a separação dos cientistas em grupos. O domínio do especialista, com seu vocabulário específico e mais ou menos hermético, passa a ser critério. Surgem campos de saber com suas narrativas de fundação, seus fundadores e aqueles que, na atualidade, são as referências.

Divisões, subdivisões: em outros termos, invenção de fronteiras e “redes”. Surgem congressos, simpósios, bibliografias, projetos chamados de “extensão”, e até cursos de graduação e pós-graduação. De onde? Como? Por quê? Do poder, pelo poder e para o poder. Da potência, surgem outras coisas, e não essa guerra entre grupos e áreas concorrentes.

Ao pensar sobre as relações entre saber e poder, tentei evitar o reforço às divisórias que estabelecem alfândegas e fiscais. Avesso ao mofo desses apartamentos e seus compartimentos, procuro compreender a escrita da história como uma possibilidade de narrativa sobre o passado, atrelada necessariamente à explicitação de princípios e lugares de produção.

Em resumo: não tenho nem tive a menor intenção de propor a relação entre museu e ensino de história como área específica. Até porque penso que o museu é um objeto de estudo que ainda se sustenta (ou já se sustenta) pela interdisciplinaridade. Do ponto de vista de fundamentação teórica e metodológica, os estudos sobre e no museu têm mostrado vitalidade na medida em que uma área específica circunscreve problemáticas em conexões e recortes a partir de uma vocação deliberadamente interdisciplinar e, portanto, avessa ao fechamento corporativo. Sendo assim, não vejo com empolgação a própria repartição do saber histórico em subáreas que, muitas vezes, só se justificam pela inconfessável arenga de onde se originam e para a qual se movimentam.

Uma história militante, poder-se-ia dizer. Mas nada a ver com a militância empresarial e sua pergunta *para que serve a história*, como

se a saída estivesse em solucionar o problema posto e repostado pelo sentido empreendedor da cultura burguesa, que, além de outros disfarces, também se envolve em supostas “causas sociais”. Aqui, não vou discorrer sobre a serventia da história. O que me interessa, aqui, é uma história militante como *militância da história*. Que se preocupa mais com entradas do que com saídas. Entradas pelo devir que pode brotar pelos estudos historicamente conduzidos. Que se afasta da teleologia viciada em saídas e se aproxima da epistemologia da entrada.

Em nome do objeto é, como já foi dito, uma espécie de continuidade de outro livro — *A danação do objeto*, publicado em 2004. Esclareço, ainda, que foi a partir do debate gerado por esse primeiro livro que surgiram os textos aqui reunidos. Tenho, portanto, a satisfação de agradecer a todos e a todas que me questionaram e me indicaram leituras e rumos, no decorrer de aulas, palestras e mesas-redondas, ocasiões nas quais me vi beneficiado pela diversidade de propostas museológicas que se faz no país. Meu sincero reconhecimento a quem, de uma maneira ou de outra, ajudou-me a transformar as anotações (que serviram de base para apresentações orais) em textos que, agora, chegam à forma de livro. Sem essa motivação, ou melhor, desprovido dessa provocação, não haveria sentido fazer o *Em nome do objeto*.

Além disso, ou subjacente a isso, *Em nome do objeto* muito se beneficiou com a tradição metodológica que se fez no curso de graduação em História da UFC. Refiro-me ao cuidado que professores e professoras desenvolveram no sentido de compor situações em que estudantes entrassem em contato com fontes de pesquisa já a partir do primeiro semestre, inclusive com fontes da cultura material e memória, gerando uma introdução aos questionamentos da “consciência histórica”,⁶ e desembocando na produção de vídeos e propostas museológicas, como foi o caso da exposição “Coisas do Amor”, realizada no Museu

⁶ Termo atualmente vulgarizado para dizer algo que não se sabe bem o que é, transformando-se em mais uma “palavra de efeito”. Utilizo-o no sentido que Gadamer lhe dá (GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998).

do Ceará em 2004.⁷ Por outro lado, exposições historicamente fundamentadas foram tratadas como meios e modos de conhecer os objetos em suas historicidades. Por exemplo: o “Memorial Frei Tito” e a exposição “Imagens da Cidade”.⁸ Daí, como não poderia deixar de dizer, a inspiração do que aqui se encontra.⁹

⁷ RIOS, Kênia Sousa. *Coisas do amor: memórias de uma exposição no Museu do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005. (Coleção Outras Histórias, v. 33).

⁸ RAMOS, Francisco Régis Lopes; KUNZ, Martine (org.). *Frei Tito: em nome da memória*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001. (Coleção Outras Histórias, v. 7); SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001. (Coleção Outras Histórias, v. 1). Com o livro *Coisas do Amor*, são trabalhos que, do ponto de vista teórico, alimentaram novas abordagens sobre as relações entre memória e patrimônio nas dissertações de mestrado defendidas no programa de pós-graduação em História da UFC desde a sua criação, em 2000.

⁹ Além de ser fruto de textos inicialmente apresentados em palestras, aulas e debates, parte desse livro contém resultados das atividades que realizo como pesquisador do CNPq, bolsa produtividade nível 2, assim intitulada: UMA QUESTÃO DE TEMPO: O Museu Histórico Nacional e as narrativas de divulgação da História do Brasil (1922-1959).

Capítulo I

A HISTÓRIA DOS OBJETOS

Por que estou em Praga? Talvez simplesmente para me imobilizar ante um quadro de Renoir. Talvez me esquecesse de todos os outros motivos e circunstâncias dessa viagem a Praga porque a única coisa importante era aquela contemplação de um quadro de Renoir. Não só por causa de Renoir, naturalmente. Talvez um quadro de Vermeer, ou de Velásquez, ou de El Greco, produzissem o mesmo efeito. Quero dizer que o importante não era somente o quadro contemplado, mas também o próprio fato da contemplação. O próprio ato de contemplar, talvez.

*Jorge Semprun*¹⁰

Pois o que pode ser opressivo num ensino não é finalmente o saber ou a cultura que ele veicula, são as formas discursivas através das quais ele é proposto.

*Roland Barthes*¹¹

¹⁰ SEMPRUM, Jorge. *Um belo domingo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 323.

¹¹ BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, s/d. p. 43.

“Para além dos discursos, como entender as práticas? Como perceber os desejos operários?” — questiona-se a historiadora Michelle Perrot, não para responder, mas com o intuito de alimentar a sua narrativa: “A primeira necessidade de um jovem que deixa a família, de um migrante chegando à cidade, quer seja do interior ou estrangeiro, é de se alojar, de ter, se não um quarto, pelo menos um leito em qualquer lugar”. Daí o significado histórico dos mobiliados e dos dormitórios, comuns em Paris, a partir de meados do século XIX.¹² *História dos quartos* é, desse modo, um estudo sobre cultura material. Ou melhor: uma história social que trata a cultura material não apenas como fonte que exige procedimentos específicos, e sim na qualidade de problema com características próprias. Há, inclusive, o cuidado especial diante da sedução da memória, cuja presença é assídua quando os objetos são conservados e exibidos. O livro é, também, um estudo minucioso e inovador sobre museus, como se percebe na sua análise sobre o quarto do rei em Versalhes: “Conhecemo-lo mal, tantas vezes foram modificados sua decoração e seu mobiliário, sem cessar substituído e dispersado, em uma época em que não se dava valor a ‘antiguidades’”. Quando um cortesão morria, seus móveis, frequentemente, passavam para as mãos de familiares e criados. “Onde foram parar os móveis do rei?” — pergunta-se a historiadora, não para buscá-los como quem procura a pureza de um passado. O intuito, na trama do seu texto, é levar em conta que o quarto hoje visitado no museu “resulta de uma recomposição histórica, em parte imaginária”.¹³ O livro, porém, não se apresenta como estudo de cultura material. Vem daí, certamente, uma das qualidades que tornam a obra tão significativa. Os artefatos são tratados como uma das questões, em nome de um estudo que a historiadora, em sua escrita literária, chama de “contribuição à história da noite”.¹⁴ No final das contas, o livro é

¹² PERROT, Michelle. *História dos quartos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. p. 30.

¹³ PERROT, Michelle. *História dos quartos... Op. cit.*, p. 30.

¹⁴ *Ibid.* p. 17.

de história e ponto final. Mas, dependendo do interesse do leitor, pode se tornar uma história da cultura material.

Os capítulos aqui reunidos acreditam nessa proposta que Michelle Perrot pôs em prática: a cultura material não somente como fonte, nem apenas como objeto, mas como parte do problema histórico. É por isso que a perspectiva está longe de sugerir o comando de algum subcampo, como “pedagogia museológica”, “ensino de história”, “educação patrimonial” ou algo semelhante. O subtítulo *museu, memória e ensino de história*, embora possa indicar alguma cerca disciplinar, não tem a menor pretensão de isolar pesquisas em compartimentos corporativos.

Isso significa que a utilização de objetos na educação histórica pressupõe perguntas em sintonia com os recortes temáticos. E tudo pode ficar mais interessante se a visita à exposição for precedida não só por explicações sobre o tema, mas também por exercícios com artefatos do dia a dia. Se há indumentária no museu, vale a pena desenvolver atividades sobre a relação dos estudantes com as roupas que eles vestem ou deixam de vestir. Assim, tornar-se-ia possível entender que a roupa faz parte das relações sociais. É evidente que, ao redor dessa operação lúdica e cognitiva, há o risco do anacronismo: achar que as coisas expostas são apenas coisas ultrapassadas, ou que os “antigos” eram crianças que hoje se tornaram adultos... A comparação com o presente sempre pode ser perigosa, mas se torna absolutamente necessária, porque é exatamente aí que nós cultivamos a consciência histórica, entendendo que o presente não está solto no ar, pois depende das pontes com o passado e o futuro.

Saber por que uma sociedade restringia ou ampliava o uso de um objeto não se trata de mera curiosidade, e sim de uma reflexão sobre as dinâmicas de poder. Longe do reflexo, essa reflexão passa necessariamente por uma crítica sobre os acordos e os conflitos que transformaram o que ontem existia naquilo que hoje existe, sem desprezar aquilo que poderia ter existido e ainda pode existir. Os objetos são veículos privilegiados para o pensamento sobre a própria historicidade do ser humano atual. Afinal, somos criadores e criaturas de artefatos.

Por exemplo: as fardas dos alunos e das alunas são compostas (atualmente) em fábricas e trazem, além do símbolo da escola, a etiqueta do fabricante. Homens e mulheres explorados(as) pelo capital inserem-se em um longo (e rápido) processo de transformação da natureza em objeto, e do objeto em mercadoria. Operários e operárias, vendedores e vendedoras estão marcados(as) por essas roupas. Por outro lado, as pessoas tornam-se “alguém” quando colocam a pele em contato com o tecido: estudantes até podem usar a mesma farda, mas com experiências e expectativas mais ou menos variadas, ou mais especificamente, em relações mais ou menos variadas com a sociedade de consumo. Nisso tudo, há, obviamente, os que são impedidos de usar, porque não tiveram acesso à escola ou foram obrigados a abandoná-la (as razões de tal impedimento jamais poderão ser silenciadas, senão o *objeto gerador* deixa de ser teoria para ser apenas método, deixa de ser reflexão sobre a realidade para ser reflexo de um real isolado).

Implementar esses exercícios, fazendo conexões com práticas sociais de períodos cronologicamente situados, significa alimentar a história dos objetos no ensino de história. É assim, por exemplo, que a batina do Padre Cícero no Museu do Ceará e o vestido da Maria Bonita no Museu Histórico Nacional transformam-se em objetos de conhecimento. Também é assim que, no Museu da República, o pijama do presidente Vargas passa a ter existência no tempo e no espaço da consciência histórica.

A batina do padre, a farda do policial, o paletó do advogado e o jeans do estudante não são inocentes. Recortados, montados e costurados, todos esses tecidos misturam-se à outra tessitura, dão sentido à epiderme. As roupas cobrem e descobrem o corpo, na medida em que escondem e mostram o jeito com que cada um se afirma. É por isso que não daria para compreender a imagem do Padre Cícero de jeans ou do presidente Vargas numa batina de padre. Aliás, é até possível imaginar esses personagens assim deslocados (coisa que fiz ao escrever e o leitor acabou de fazer). Mas eles deixam de ser o que eram e transmutam-se em outras pessoas (prato feito para o riso dos irreverentes ou a indignação dos admiradores). Do mesmo modo,

nós passamos a ser outros (pelo menos na aparência) quando nos cobrimos de outras roupas.

Em princípio, não há limites tipológicos, pois o que conta é vincular o que vai ser visto no museu com o tema estudado em sala de aula e com objetos contemporâneos, a partir de perguntas historicamente fundamentadas. Não para confirmar noções de progresso ou regresso, mas no intuito de estabelecer diferenças e contradições. Os usos pedagógicos de roupas e outros objetos são, portanto, infinitos. Afinal, o ensino que se serve da cultura material como fonte de saber histórico se nutre, também, da criatividade dos museus e das escolas, ou melhor, dos que trabalham nos museus e nas escolas, em nome do futuro que o passado pode gerar.

Capítulo II

O QUE É UM OBJETO DE FATO

Na hora de pôr a mesa, éramos cinco: o meu pai, a minha mãe, as minhas irmãs e eu. depois, a minha irmã mais velha casou-se. depois, a minha irmã mais nova casou-se. depois, o meu pai morreu. hoje, na hora de pôr a mesa, somos cinco, menos a minha irmã mais velha que está na casa dela, menos a minha irmã mais nova que está na casa dela, menos o meu pai, menos a minha mãe viúva, cada um deles é um lugar vazio nesta mesa onde como sozinho. mas irão estar sempre aqui. na hora de pôr a mesa, seremos sempre cinco. enquanto um de nós estiver vivo, seremos sempre cinco.

*José Luís Peixoto*¹⁵

Para superar a “educação bancária”, Paulo Freire projetou uma forma de alfabetização para adultos por meio de “palavras geradoras”. Palavras que tivessem mais sentido para quem iria ser alfabetizado e que fossem utilizadas como matéria-prima para a descoberta da forma pela qual as palavras seriam escritas. A ideia era gerar um movimento de leituras de palavras com leituras do mundo, com a escrita e a re-escrita do mundo.

¹⁵ PEIXOTO, José Luís. *A criança em ruínas*. Porto Alegre: Dublinense, 2017. p. 10.

De acordo com Paulo Freire, não se tratava simplesmente de uma técnica para conectar uma palavra a uma circunstância. A palavra isolada não fazia sentido. Não fazia sentido isolar uma palavra para conectá-la a uma realidade isolada. O que importava era a trama entre palavras na trama da realidade histórica do mundo, realidade já cotidianamente vivida, mas ainda não cotidianamente pensada em termos históricos mais amplos.

Em resumo, o intuito consistia em ler e reler o mundo e a palavra não somente para ter informações sobre o existente, mas também para pensar em transformações. Sobre isso vale a pena citar o pedaço de uma das suas últimas palestras, em que ele se aproxima e se afasta de Emília Ferreiro, reafirmando seu compromisso de perceber que é impossível dissociar o ato educativo do mundo político:

Ora, diz-se, então, que eu falava em palavra geradora e que não poderia ser a palavra geradora, mas tem de ser a sentença... É claro, como eu falava, nos anos 50, e nos anos 40, em palavra geradora, alguém que tenha vivido naquela época e tenha visto algum tipo de experiência assim vai lembrar que nós partíamos de um discurso linguístico, da linguagem do alfabetizando e não do educador [...]. Por isso mesmo, então, o que se teria de fazer, de acordo com a minha proposta, era uma pesquisa do que eu chamava “universo vocabular mínimo dos alfabetizados”. Nesse universo, nós selecionávamos palavras com que partíamos para a experiência. Quer dizer, no fundo, o que eu propunha era uma análise do discurso popular e, depois, durante a análise, a apreensão de determinadas palavras que eram chaves – no discurso, não em si – para, com elas, no processo da síntese, chegar ao discurso global de novo.¹⁶

Assim, o próprio alfabetizando perceberia que faz cultura quando fura o chão e constrói uma cacimba. Perceberia que, se ele constrói coisas, ele pode “mudar o mundo de cultura, que é o mundo da política”. Aí, exatamente aí, ressalta Paulo Freire: “não tenho nada

¹⁶ FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Unesp, 2001. p. 177-178.

que ver mais com a Emília [Ferreiro]. Quer dizer, as preocupações de Emília jamais levaram Emília a discutir isso”. A produção da linguagem, de acordo com Paulo Freire, jamais estaria desvinculada da produção política: “O que eu queria era combater a ideologia fatalista segundo a qual Deus ou destino são os responsáveis pela péssima vida do explorado e do dominado”.¹⁷

Em certo sentido, a pedagogia do diálogo contida na “palavra geradora” pode servir de base para o trabalho com *objetos geradores*. Por exemplo: em sala de aula, no museu ou em outros espaços educativos, o professor faria uma pesquisa e escolheria objetos significativos para os alunos, ou participantes de certo grupo, e daí realizaria exercícios sobre a leitura do mundo através dos objetos selecionados.¹⁸

O objetivo primeiro do trabalho com o *objeto gerador* é exatamente motivar reflexões sobre as tramas entre sujeito e objeto: perceber a vida dos objetos, entender e sentir que os objetos expressam traços culturais, que os objetos são criadores e criaturas do ser humano. Ora, tal exercício deve partir do próprio cotidiano, pois assim se estabelece o diálogo, o conhecimento do novo na experiência vivida: conversa entre o que se sabe e o que se vai saber – leitura dos objetos como ato de procurar novas leituras.

Escolhido o objeto, a partir de sua inserção significativa na vida cotidiana, há de ter a criação de mais uma atividade que explicita melhor a própria relevância do objeto para quem o colocou na qualidade de *objeto gerador*. Pode-se, por exemplo, fazer com que cada participante traga de casa um objeto para ser apresentado ao grupo, através de comentários sobre a relação de quem o escolheu com a própria escolha. Outra opção é trabalhar com objetos que se carregam em bolsas, nos bolsos ou no próprio corpo, tais como carteiras de identidade, dinheiro, pente, espelho, caneta, retratos, santos, camisa, sapato, calça... Assim, vão se criando condições para diálogos *sobre* e *com* o mundo

¹⁷ *Ibid.* p. 161.

¹⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre o uso do “objeto gerador”, consultar: RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

dos objetos. O importante é que seja construída a circunstância para que se fale sobre objetos da vida cotidiana. O importante é que sejam construídas relações entre fatos e objetos, criando “objetos de fato”. Um “objeto de fato” passa, então, a ter vinculações entre passado e presente, passa a ter passado a partir de perguntas do presente. O *objeto gerador*, desse modo, é uma operação que coloca o objeto cotidiano em um “campo factual”.¹⁹

Fica evidente que o ponto de partida para o trabalho aqui defendido é a pedagogia de Paulo Freire, mas, ao mesmo tempo, essa base teórica é entrelaçada com outras perspectivas, que veem de modo diferente a conexão entre sujeito e objeto. O importante aqui é também perceber o domínio do objeto sobre o sujeito, não no intuito de simplesmente inverter uma relação de poder historicamente constituída na modernidade, mas para buscar outras formas de ser e estar no mundo e com o mundo. O trabalho com *objetos geradores* não se vincula a relações nas quais o sujeito simplesmente descobre o objeto. Não se trata da revelação à luz de métodos cujos passos estão seguramente definidos. Antes de tudo, o potencial educativo dos *objetos geradores* reside no exercício de alargamento do nosso ser no mundo, da experiência de viver a historicidade do ser que dá existência a nós e ao mundo, em suas múltiplas ligações.

Perscrutar objetos expostos no museu, ou em uma sala de aula, não é um ofício de analisar o que passou, mas interpretar a presença do pretérito, em suas múltiplas dimensões temporais. É por isso que, apesar de tudo, um museu histórico faz sentido: em seus objetos, há prolongamentos do corpo, acordos e rupturas diante do espaço e do tempo.²⁰

¹⁹ “O campo factual não compreenderia lugares que se iria visitar e que se chamariam acontecimentos: um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis”. VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1982. p. 45.

²⁰ Como ressalta Merleau-Ponty, “Habituá-lo a um chapéu, a um automóvel ou a uma bengala é instalar-se neles ou, inversamente, fazê-lo participar do caráter volumoso de nosso corpo próprio”. MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 199.

O trabalho com o *objeto gerador* sugere que, inicialmente, sejam exploradas as múltiplas relações entre o objeto e quem o escolheu. Mais cedo ou mais tarde, isso desemboca em outros atos criativos: a relação entre objetos do presente e do passado e o próprio questionamento sobre as divisões entre o pretérito e o mundo atual. Tais exercícios vão, pouco a pouco, constituindo base para um relacionamento mais crítico com as exposições museológicas. Mas isso só acontece porque há, antes de tudo, uma abertura de visibilidade, o alargamento da percepção. Desse modo, o *objeto gerador* não é método e sim uma leitura sobre a historicidade dos objetos. A historicidade dos objetos reside no tempo, nas marcas do uso, da falta de uso ou nas fendas do abuso. É por isso que sentimos o que é novo, assim como imaginamos o tanto de décadas ou séculos que possui determinado objeto. Afinal, com quantas histórias se faz um objeto? Como foi feito? Por quem? Por quê? Quando? Foi amado ou odiado? Foi permitido e proibido? Foi sedutor? Repugnante? Sacralizado? Profanado?...

O trabalho com o “objeto gerador”, vale salientar, pode cair em alguns equívocos. Por exemplo, a confusão entre história e memória. O importante não é apenas relacionar o artefato com lembranças pessoais ou coletivas. Isso pode ser um ponto de partida, mas nunca o ponto final. Não se trata de simplesmente compor um canteiro de recordações, ou justificar identidades a partir de certas materialidades. Fundamental e inegociável é chegar à história, em sua dúvida metodicamente conduzida, em sua capacidade para lidar com as diferenças sem reduzi-las a um rol de diversidades prontas e acabadas. Cabe ao grupo que transforma o objeto em *objeto gerador* a tarefa de gerar a reflexão histórica, que significa necessariamente lidar com tensões e conflitos.

“Partir da realidade do aluno” não significa “ficar na realidade do aluno”. Pelo contrário, porque o verbo estudar implica, necessariamente, a saída dessa dita “realidade”, para torná-la mais complexa, em comparações criativas com situações mais amplas. Nesse sentido, aliás, Paulo Freire tem sido muito incompreendido. O que ele queria, ao falar sobre o respeito diante da cultura de todos os alfabetizados, não era defender a reverência ou a sacralização do “discurso do outro”, e sim

explicitar onde começa o trabalho educativo (que, a rigor, tem finalidade, mas não tem fim).

“De acordo com Paulo Freire, existe uma cultura superior?”. Sim. No dicionário do liberalismo, as piores e as melhores definições de cultura evocam divisões entre o que é e o que não é superior. Através do “eu” e pela concorrência chega-se a uma cultura superior — assim pensa um liberal. Para Paulo Freire, cultura superior não nem nada a ver com isso. Para a educação libertadora, uma cultura superior é exatamente a que liberta através do desejo de “ser mais” coletivamente. Paulo Freire usava, nessa perspectiva, um termo chave, que atualmente está meio fora de moda: CONSCIENTIZAÇÃO.

A conscientização vem pelo diálogo entre pessoas com culturas (mais ou menos) diferentes. Não se trata de uma conquista personalizada e sim de uma dinâmica coletiva, criativa e inesgotável: cada um vai conhecendo e construindo uma cultura superior, quer dizer, uma cultura que dialoga e que, por isso mesmo, fica mais sensível. As pessoas, quando dialogam de fato, reafirmam culturas particulares não pela reafirmação isolada do particularismo e sim pela interação aberta e ilimitada com as obras da humanidade, patrimônio comum, herança comum e não apenas de uns que tomam a cultura como distinção e outros não. Nesse mundo comum não poderá haver deserdados, não poderão persistir as fronteiras que o iluminismo escravocrata inventou. Por isso, a luta deve ser comum e pelo comum, sem as divisões de gênero e raça que articulam inferioridade no “outro”.²¹

Para Paulo Freire, a composição de uma cultura superior não nasce da megalomania burguesa. Uma cultura superior assim não valoriza Beethoven apenas para mostrar “bom gosto”. Para uma educação verdadeiramente libertadora, Beethoven torna-se importante e mesmo fundamental pelo que ele tem de criador, pela percepção que ele pode abrir, pelo sonho que ele pode provocar, pelo desejo de vida e de beleza que ele pode gerar. Uma cultura superior, para Paulo Freire, é sempre “conscientizadora” diante das variadas formas de dominação, é sempre

²¹ HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2019. p. 80.

desejosa de transformação diante das perversidades do capitalismo, é, portanto, uma cultura estética.

Além disso, e também por isso, a história deve tratar a memória como matéria de estudo, e não como a voz que vem do passado e simplesmente deve ser escutada e credenciada. É uma armadilha confundir memória com história. Trata-se de uma confusão que transforma os debates sobre os artefatos em sessões de terapia, em que, no final das contas, o professor se vê numa situação na qual ele não tem domínio (e nem deveria, já que existem profissionais especializados na questão). Relacionar objetos com a vida pessoal não é um exercício de desabafo coletivo com base em intimidades da vida. Não se trata de cultivo de subjetividades consumistas de si ou de objetos.²² Numa aula de história, em espaços formais ou não, o que realmente interessa é partir da cultura material atrelada a um problema histórico. Não adianta simplesmente perguntar por perguntar. A pergunta deve ter sentido de análise da historicidade. É, exatamente por isso, uma luta “abolicionista”.²³

Como ressalta Paul Veyne, “um fato não é um ser, mas um cruzamento de itinerários possíveis”. O fato histórico não é um dado, não é dado à percepção como ser puro – essência do acontecimento. Conhecer o passado significa interrogá-lo a partir de questões historicamente fundamentadas. Na medida em que são vestígios do passado recente ou mais longínquo, os objetos também se constituem, vale repetir, em cruzamentos possíveis. Não possuem essência, não são definidos de modo pronto e acabado: são tessituras, tramas em movimento.²⁴

²² DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

²³ DAVIS, Ângela. *A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

²⁴ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1982. p. 45.

Capítulo III

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO TEMPO

“Não está na hora de jogar fora essa bagunça?”, ele sugere.
“Não é bagunça”, diz o menino. “É coisas que eu estou guardando”.
Ele dá um empurrão na caixa com o pé. “É lixo. Não dá para guardar toda coisinha que você encontra”.
“É o meu museu”, diz o menino.
“Um monte de porcarias não é um museu. As coisas precisam ter algum valor para achar seu lugar num museu”.
“O que é valor?”
“A coisa tem valor quando todo mundo aprecia, concorda que ela é valiosa. Uma xícara quebrada não tem valor. Ninguém aprecia uma xícara quebrada”.
“Eu aprecio. É o meu museu, não o seu.”
Ele se volta para Inés. “Você concorda com isso aqui?”
“Deixe. Ele diz que tem pena das coisas velhas”.

*J. M. Coetzee*²⁵

Há uma relação íntima entre poder e velocidade. Intimidade historicamente situada, dependente das circunstâncias nas quais as sociedades constituem maneiras de compor conexões entre tempo e

²⁵ COETZEE, John Maxwell. *A infância de Jesus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 184-185.

espaço. Paul Virilio chega a afirmar que, se não é possível fazer separações entre riqueza e velocidade, qualquer estudo sobre o poder passa necessariamente pelo “poder dromocrático”. *Dromos*, em grego, significa corrida. Emerge, portanto, um campo de investigação de primordial importância: a análise sobre a maneira pela qual as sociedades dão suas carreiras e suas paradas.²⁶

Se a “Idade Média conheceu os pombos-correios”, argumenta Paul Virilio, “a sociedade colonial conheceu o poder marítimo da Inglaterra e da França”. Depois, “o poder aéreo”. E atualmente, “a sociedade mundial está em gestação e não pode ser compreendida sem a velocidade da luz, sem as cotações automáticas das bolsas de Wall Street, de Tóquio ou de Londres”.²⁷ Virilio adverte que o ato de viajar se constituía em três etapas: a partida, o trajeto e a chegada. Com a aceleração geral do mundo contemporâneo, “a chegada generalizada dominou todas as partidas”.²⁸ É o tempo que engole o espaço, e o espaço que engole o tempo, em uma perda da própria experiência vivida. Ao lado da “ecologia verde”, que denuncia a poluição da natureza, Virilio propõe uma “ecologia das distâncias”, porque a poluição é mais ampla do que aquilo que normalmente se imagina: “A poluição é também a poluição da grandeza natural pela velocidade. A velocidade polui a extensão do mundo e as distâncias do mundo”.²⁹ Nesse sentido, Virilio diz que corremos o risco de provocar o acidente dos acidentes: “o acidente do tempo”. Catástrofe que vem acontecendo, aos poucos, quando a hipertrofia do presente vai dominando o passado e o futuro, na medida em que a partida vai eliminando o trajeto em nome da chegada.

²⁶ “Quer seja nas sociedades antigas através do papel desempenhado pela cavalaria (os primeiros banqueiros romanos eram cavaleiros) ou no poder marítimo através da conquista dos mares, o poder é sempre o poder de controlar um território por mensageiros, por meios de transporte e de transmissão. Independentemente da economia da riqueza, uma abordagem do político não pode ser feita sem uma abordagem da economia da velocidade. O papel desempenhado pela velocidade é diferente segundo a sociedade considerada”. VIRILIO, Paul. *Cibermundo: a política do pior*. Lisboa: Editorial Teorema, 2000. p. 15.

²⁷ VIRILIO, Paul. *Cibermundo...*, p. 15.

²⁸ *Ibid.* p. 62.

²⁹ *Ibid.* p. 63.

Quando a velocidade aumenta, a duração diminui. Tal equação é, em síntese, o sentido que rege a aceleração dos objetos na sociedade de consumo. Fruto permitido e proibido do capitalismo, o objeto transformado em mercadoria foi se instituindo na constante diminuição da vida média. Nesse caso, o acelerado aumento da mortalidade dos artefatos corresponde ao insaciável incremento da natalidade. Objetos são criados em desespero contínuo, para alimentar o consumo, igualmente desesperado. Depois de comprado, o objeto não deve ter vida longa: desgasta-se logo ou logo fica “fora de moda”. Nunca houve, em nenhuma sociedade, uma relação tão próxima entre berçário e cemitério.

Nessa perspectiva de estudar a biografia dos artefatos, não se podem desprezar, certamente, os aspectos quantitativos, as estatísticas que dão conta das várias trajetórias delimitadas no começo e no fim desses artefatos. Mesmo com algumas restrições, penso que se deva levar em consideração as sugestões de Abraham Moles em torno de uma “demografia dos objetos”.³⁰

Enfrentar a sociedade de consumo é, ou deveria ser, o pressuposto básico de qualquer atividade relacionada ao uso de objetos em aulas de história, pois a consciência histórica não trata do passado isolado, e sim das várias tramas entre pretérito e presente, sem esquecer o campo de expectativas ligado ao futuro. O estatuto atual do objeto é, portanto, ponto de partida. Só assim tornam-se viáveis, por exemplo, as chamadas “visitas educativas” aos museus ou a quaisquer outros “lugares de memória”. Afinal, o conhecimento histórico se faz no presente e pelo presente, que interpela o passado. A distância entre o que passou e o tempo atual não é o entrave ou o caminho a ser eliminado ou percorrido com a chamada “neutralidade científica”. Como ressalta Gadamer, “o tempo não é um precipício que devemos transpor para recuperarmos o passado; é, na realidade, o solo que mantém o devir e onde o presente cria raízes”.³¹

³⁰ MOLES, Abraham. *Rumos de uma cultura tecnológica*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 213.

³¹ GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 67.

Esse tempo, entre raízes e antenas, não é simplesmente a presença do presente, mas a presença das conexões que nós poderemos fazer entre passado e presente, passado e futuro. Aqui, por uma questão de recorte metodológico, vou me deter sobre a temporalidade dos objetos atuais, aqueles produzidos no calor da “sociedade de consumo”. Com isso, defendo que se torna completamente indispensável, para a construção da consciência histórica, a proposição de atividades pedagógicas com artefatos da contemporaneidade.

Uma proliferação incessante de objetos. Essa é, certamente, uma característica do mundo no qual vivemos. Além do aparecimento constante de certas novidades que rapidamente se tornam de uso mais ou menos comum, como o telefone celular, o videocassete ou o CD, coisas já inventadas ganham rapidamente outras cores e formatos. Estamos, como diz Jean Baudrillard, no “tempo dos objetos”. No passado, não muito distante, havia uma perenidade que hoje já não há: “os objetos viam o nascimento e a morte de gerações humanas. Atualmente, são os homens que assistem ao início e ao fim dos objetos”.³² Quem nasceu nos anos 1970 não manuseou discos de cera, com uma música de cada lado. Para os adolescentes da década de 1990, o disco de vinil apresentou-se como coisa fora de uso comum. E assim, vemos nascer e morrer objetos, com uma rapidez que assusta e excita, no desejo sempre renovado de consumir. O “tempo dos objetos” pressupõe a existência da “sociedade de consumo”.

Beatriz Sarlo indica que o consumidor da atualidade é um *coleccionador às avessas*: “em vez de colecionar objetos, coleciona atos de aquisição dos objetos”. Coleciona, de modo excitante, “atos de compra e venda”. Assim, há sempre uma ausência, falta de objetos que nunca é preenchida por novas aquisições. Depois de sair da vitrine, o objeto vai se desvalorizando e, mais cedo ou mais tarde, transforma-se em algo fora de uso, sem a sacralidade que o envolvia. Objetos efêmeros, que nos escapam: “às vezes porque não podemos consegui-los, outras vezes porque já os conseguimos...”. Sorrateiramente, ergue-se um poder dos

³² Baudrillard (1995a, p. 15).

objetos, sedução de vida e morte: “a liberdade daqueles que os consomem surge da férrea necessidade do mercado de converter-nos em consumidores permanentes”.³³

A “sociedade de consumo”, que se reproduz em uma interminável rede de fome e morte, realiza-se, também, no desejo, na vontade insaciável do consumir, na produção incansável de objetos. Se o templo dos “coleccionadores às avessas” é o *shopping center*, o altar de adoração é certamente a vitrine, lugar onde a sacralização do mercado mostra toda sua carga de erotismo e cinismo. A velocidade ganha estatuto de lei canônica, que (des)regula o infinito gozo da liberdade de provar os sabores da novidade. O velocímetro vira relógio biológico, marcando os passos de uma liturgia profana e profanadora, mas em nome do sagrado e da sacralização.

Não é difícil perceber que alguns museus transformaram seus acervos em materiais de consumo visual, em conchavo com o “tempo dos objetos”. Por outro lado, esse mesmo “tempo dos objetos” pode dar mais argumentos para o museu assumir nova abrangência: o próprio estudo das condições que possibilitam a “sociedade de consumo”. No “tempo de objetos”, o museu seria um núcleo educativo de insubstituível importância, centro de estudos sobre a historicidade dos objetos, instituição de pesquisa onde o contemporâneo ganharia um *status* sem precedentes... Enfrentar, por meio dos objetos, os sentidos de passado e futuro que habitam o presente tornar-se-ia um desafio ético abrangente e, ao mesmo tempo, específico, uma via de posicionamento crítico em consonância com o desafio pedagógico do museu.

A questão é que, muitas vezes, a alternativa criada diante dos museus tradicionais, que glorificavam a história das classes dominantes, não foi a favor de um posicionamento reflexivo, e sim em nome do espetáculo da “sociedade de consumo”. Os museus, desse modo, embarcam na onda de consumo visual do patrimônio histórico, geralmente associado a um turismo predador. Daí, as chamadas “políticas culturais” ficam reféns do “mercado”, para implementar a “indústria e

³³ SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 27.

o comércio dos bens simbólicos”. E tudo é feito como “construção da cidadania”, porque gera “emprego e renda”. Ora, o que muitas vezes acontece é que todo esse vocabulário que une cultura e economia vai minando aquilo que seria, dentro dessa mesma lógica do mercado, a “grande atração”: o conjunto dinâmico das peculiaridades culturais.

E, contrariando o clichê, não se trata somente de descobrir as “raízes culturais”. O mais importante é dialogar com o que já foi feito, sabendo por quem foi feito, para quem e contra quem foi feito. Tratar a cultura em sua constituição conflituosa, dialogar com o passado, não para sentir saudade ou tentar salvá-lo do esquecimento, mas para interpretá-lo como fonte de conhecimento a respeito das nossas idas e vindas nos mapas da temporalidade. Se vamos apagando as marcas do pretérito, perdemos o potencial educativo de experimentar as diferenças temporais, de sentir a estética do tempo como forma de entender o que éramos, o que somos e o que poderemos ser.

Capítulo IV

O TEMPO QUE O CONSUMO PRECISA

EU: — Então quereis vender-me tempo?

ELE: — Tempo? Unicamente algum tempo? Não, meu caro, não é só com esse artigo que o Diabo faz negócios. Só ele não nos faria merecer o preço do fim que será nosso. O que importa é a espécie de tempo que se fornece!

*Thomas Mann*³⁴

Para trabalhar com objetos da sociedade de consumo em aulas de história, é preciso considerar, antes de tudo, que tais objetos devem ser tratados como documentos históricos. E os documentos históricos só fertilizam a reflexão crítica a partir de problemáticas historicamente fundamentadas. Os tempos de duração dos artefatos contemporâneos podem ser, por exemplo, documentos para a composição de problemas históricos, em interação com outras áreas, como a biologia, a química e a física. O inegociável, na chamada interdisciplinaridade, é simples: as disciplinas não podem desaparecer.

Cito um caso concreto para deixar mais clara a posição, aqui defendida, a respeito dessa perspectiva interdisciplinar. Trata-se

³⁴ MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 311.

do livro *Plástico: bem supérfluo ou mal necessário?* Na introdução há o seguinte:

Podemos dizer que a humanidade, que já vivenciou as idades da Pedra Lascada, da Pedra Polida e dos Metais, encontra-se atualmente na Era dos Plásticos.

Leves e resistentes, práticos e versáteis, duráveis e relativamente baratos, eles são uma das expressões máximas da idéia da tecnologia a serviço do homem.

Contudo, em virtude de sua não-degradabilidade e também da redução progressiva dos estoques naturais de matérias-primas, eles podem representar uma séria ameaça ao meio ambiente.

Vale a pena ter o conforto proporcionado pelos plásticos, mesmo sabendo que, num futuro próximo, os terrenos sanitários poderão estar abarrotados de montanhas de lixo plástico, que demorarão décadas para desaparecer? Compensa viver com a poluição proveniente das indústrias que os produzem? É sensato utilizar o petróleo, fonte de combustível e de matéria-prima, para fabricar plásticos, cujo destino final é o lixão municipal?

Mas, por sua vez, seria uma decisão inteligente proibir a fabricação desse tipo de material e viver sem o conforto que ele traz? Seria justo suspender o uso de plásticos como, por exemplo, o teflon, empregado em próteses ósseas, marcapassos e dentaduras? Enfim, haveria um meio-termo conciliador para todas essas e tantas outras questões polêmicas relativas aos plásticos?

Mocinho ou bandido? Bem supérfluo ou mal necessário? Este livro não tem a pretensão (ou, até por que não dizer, o autoritarismo) de esboçar uma resposta acabada e definitiva a essa indagação. Sua proposta consiste, ao contrário, em fornecer um mínimo de informação científica e tecnológica sobre os plásticos, suas propriedades e aplicações, vantagens e desvantagens.

Então, após estar munido dessas informações – e, espera-se, tanto vacinado contra as maravilhosas colorações publicitárias que endeusam os plásticos, quanto prevenido contra “ecologismos catastróficos” e “chutes” baseados no senso comum e nas informações veiculadas pela mídia (nem sempre corretas e confiáveis nos seus aspectos científicos) –, cabe ao leitor posicionar-se, como pessoa e cidadão, diante dessa controvertida e atual discussão.

Faz, portanto, parte da proposta desta obra proporcionar subsídios para que o leitor possa entender por que há tanta polêmica no que diz respeito aos plásticos, à necessidade de seu reaproveitamento através da reciclagem e à sua degradação natural por intermédio

de uma produção que pense nisso previamente.

Finalizando a introdução, gostaria de esclarecer que, embora este livro seja destinado a pessoas que já se iniciaram no estudo de Química do Ensino Médio, acredito que um leigo também possa tirar algum proveito do conteúdo aqui exposto. Basta não dar às formulas e nomes químicos uma importância maior do que eles têm.³⁵

É um texto que parece promover a construção do conhecimento histórico. Até existe, nesse livro, um capítulo intitulado “Um pouco de história dos plásticos”. Mas é aí que se percebe, de modo mais evidente, a falta de uma fundamentação histórica. A história é confundida com sequência de datas e fatos. Em poucas palavras: o autor acredita que mais informações sobre o passado e o presente promoveriam mais consciência histórica. Não cabe, aqui, uma análise mais detalhada sobre isso, até porque esse livro faz parte de um variado conjunto de publicações pretensamente didáticas que, a rigor, estão mais próximas de uma certa literatura de autoajuda para quem acha que o saber se confunde com armazenamento de informações. Vou apenas identificar uma carência que deixa ainda mais anêmico o sentido crítico que o referido autor deseja ter: não há discussões sobre as inúmeras conexões entre o desenvolvimento do plástico e (re)produção das desigualdades sociais na exploração capitalista. A evolução da técnica fica solta no ar, como se bastasse citar uma sequência de inventores e suas invenções ou um inventário de problemas técnicos e soluções igualmente tecnológicas. A ecologia até aparece, mas igualmente solta, como se a questão fosse apenas defender ou acusar o plástico, como se houvesse neutralidade científica diante da sociedade, da economia, da política, dos objetos... Tudo é resumido na simplificação do título: “Plástico: bem supérfluo ou mal necessário?”. Não há dúvidas, por outro lado, de que certas informações trazidas nesse livro podem ser fundamentais, mas na medida em que forem

³⁵ CANTO, Eduardo Leite do. *Plástico: bem supérfluo ou mal necessário?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. p. 9.

inseridas em problematizações históricas, prontas para gerar reflexões sobre a nossa condição de criadores e criaturas do tempo.

Conhecer o passado de modo crítico significa, antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente. Mostrando relações historicamente fundamentadas entre objetos atuais e de outros tempos, o museu e a sala de aula ganham substâncias educativas, pois há relações entre o que passou, o que está passando e o que pode passar. Se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas. Além de interpretar a história através dos livros, é plausível estudá-la por meio de objetos. Foi pensando nisso que, em 2004, publiquei, como já foi dito, o livro *A danação do objeto: o museu no ensino de história*.³⁶

No cotidiano, usamos uma infinidade de objetos: desde a televisão até uma roupa. Por outro lado, pouco pensamos sobre os objetos que nos cercam. Se pouco refletimos sobre nossos próprios objetos, a nossa percepção de objetos expostos no museu será também de reduzida abrangência. Sem o ato de pensar sobre o presente vivido, não há meios de construir conhecimento sobre o passado. E o próprio conhecimento do presente já pressupõe referências ao pretérito. É por isso que qualquer museu histórico pode (e deve) ter, em seu acervo, artefatos do mundo contemporâneo.

Perguntar-se sobre nossas roupas comparando-as com as vestimentas da década de 1950 ou da aristocracia francesa do século XVIII é, por exemplo, uma das questões que podem desencadear processos de sensibilização para a historicidade dos objetos com os quais lidamos no dia a dia. Uma outra questão poderia vislumbrar a relação entre o relógio que está no braço dos alunos, ou no pátio, e a noção de tempo necessária à chamada “Revolução Industrial”. Ou a relação desse mesmo relógio com a “sociedade de consumo”. Pode-se questionar a ligação do relógio com a destruição da natureza, a busca

³⁶ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

de lucros que insidiosamente proclama que “tempo é dinheiro”, as diferenças entre o tempo dos “índios” que não usavam relógios e o tempo do mundo capitalista...

No museu ou na sala de aula, um copo descartável pode ser tomado como fragmento do tempo monetário, no qual tudo deve durar pouco, pois o ideal é sempre acelerar os índices de consumo. Mais coisas consumidas em menor quantidade de tempo: tempo marcado pela matemática e pouco marcante nas afetividades da memória, tudo em nome de um presente artificialmente eternizado.

O melhor exemplo que eu conheço de trabalho com tais artefatos foi dado por Ulpiano Bezerra de Menezes:

Um museu de cidade, por exemplo, pode contar com uma coleção de relógios de rua. E pode ampliar tipologicamente tal coleção e também expô-la tipologicamente, em paralelo a várias outras classes de objetos, cada uma em seu segmento taxonômico. Pouco conhecimento se terá da cidade, salvo numa escala pontual e limitada. Sequer ficariam claras as funções desse tipo de monumento urbano. No entanto, caso se parta de um problema (que a própria coleção de relógios pode sugerir), como a do tempo enquanto forma de controle social no espaço urbano, já se pode montar uma estratégia e mobilizar outras coleções existentes ou definir uma política de coleta. Assim, a partir do relógio de rua, como referência que projetava no espaço urbano as significações do tempo enquanto fator de organização e convergência, numa sociedade em processo rápido de fragmentação, buscar-se-iam relações com outras formas de controle social por meio dos objetos pertinentes. Como, por exemplo, a domesticação do tempo natural pelas exigências da produção, que nossa sociedade impõe. A produção requer continuidade, mas o tempo natural apresenta rupturas como a alternância dia/noite. Daí ser adequado incorporar à exposição coleções de equipamentos de iluminação (doméstica, industrial, de rua), capazes de permitir o entendimento deste domínio sobre o tempo. Outra relação poderia ser com o domínio da duração das coisas, da vida útil dos objetos reduzidos à mercadoria, a fim de que elas circulem mais rapidamente (é, portanto, a mesma matriz). Assim, a exposição contaria também com uma coleção de objetos descartáveis, como embalagens,

copos, por exemplo, ou outros objetos marcados pelo efêmero ou pela obsolescência programada. Poderia parecer uma exposição compósita, eclética. De fato, mas nisso mesmo ela remete às múltiplas malhas da interação social, sem a qual escaparia o sentido histórico dos diversos tipos de objetos exibidos.³⁷

Aqui, a base é a problemática histórica diante dos objetos, em diálogo político com as teorias sobre a sociedade de consumo. É claro que, a partir dessa sugestão, pode-se abrir um amplo território de possibilidades educativas. Imagino grandes exposições, juntando os mais variados objetos descartáveis com os mais variados relógios, a partir de recortes que vão depender do enfoque que se deseja. Por outro lado, penso em pequenas exposições de estudantes do Ensino Fundamental ou Médio, na sala da escola, com propostas que podem relacionar história e biologia, por exemplo.

Seria interessante levar certos objetos de plástico para aulas sobre temas clássicos, como industrialização, urbanização ou globalização. É plenamente viável propor que, além da voz, os professores utilizem objetos, não importando o tema, porque o que dá a qualidade da construção da consciência histórica é o problema historicamente fundamentado.

Pode-se pensar, por exemplo, como há relações entre o desenvolvimento do capitalismo e a redução do tempo dos objetos, inclusive com destaque para a atual proliferação de relógios de plástico e o crescente desaparecimento de oficinas de consertar relógios. E a relação dos relógios com as propagandas? Refiro-me não somente a propagandas para vender relógios, facilmente encontradas em jornais e revistas de todo século XX e que apresentam um infundável cardápio de indícios sobre os usos dos ponteiros, passando por questões de gênero, classe social, distinções entre público e privado, simbologias do poder. Reporto-me, também, às

³⁷ BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 2, 1994. p. 32.

atuais propagandas nos relógios públicos e privados. Atrás dos ponteiros, é comum a colocação de informes publicitários. Trata-se de um recurso que extrapola a propagação do consumo, entrando, sem pudores, na propaganda da fé. Afinal, não é difícil encontrar no comércio de eletrodomésticos a existência de relógios de plástico com a figura de um santo atrás dos ponteiros. E, nesse caso, nem é preciso dizer que há sempre um furo no rosto da imagem, quase sempre no nariz, evidenciando que a lógica de funcionamento dos objetos nas sociedades sempre foge de regras congeladas. Isso sem falar no acoplamento do relógio ao telefone móvel, que passa a ter as mais variadas funções, inclusive incorporando a televisão, o jornal, o rádio, o computador, o caderno de anotações, a agenda, a máquina fotográfica e não sei mais o quê, articulando novas subjetividades com novos e velhos sofrimentos.

Vale ainda breve menção ao emprego de certos objetos (como o próprio copo plástico) para entabular diálogos interdisciplinares, a exemplo dos relacionados à educação ambiental. Um objeto descartável tem seu valor de uso aviltado, reduzido, depreciado pela rapidez de seu consumo / destruição, mas sua matéria-prima cobra e dá a ver o alto custo social e natural da produção fabril massificada: o plástico, que em um momento fugaz era objeto e logo depois virou lixo, requer algumas centenas de anos para se decompor no meio ambiente, pois não é biodegradável. Isso, obviamente, implica em discussões sobre o estatuto do objeto na sociedade de consumo. Nessa perspectiva, é plausível discutir a criação de “Museus do Consumo”, que seriam, em certo sentido, a mesma coisa de “Memoriais do Lixo”. Afinal, a sociedade de consumo, na qual vivemos, se faz na medida em que produz uma sociedade do lixo.³⁸

Na sociedade cheia de objetos, novos ou com novos formatos, há um imenso vazio. Temos, então, um paradoxo inevitável: a proliferação dos objetos cria, ao mesmo tempo, uma deliberada perda de

³⁸ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004. p. 86-87.

durabilidade, uma presença que se realiza na ausência programada. Os objetos já nascem para morrer rapidamente, em nome do “avanço tecnológico”, do “novo modelo”, do “conforto”, da “beleza” e da “saúde” dos “usuários”. O obituário das invenções cresce vertiginosamente. Na medida em que tem íntima relação com as mazelas e glórias das subjetividades contemporâneas, a curta duração dos objetos deve necessariamente ocupar um lugar de destaque nas reflexões sobre os feitos e as faltas dos museus (e das aulas) de história.

E não se trata apenas de desenvolver trabalhos com temáticas mais específicas, como “museu do telefone”, “museu do brinquedo” ou “memorial do lixo”. Ao pôr em cena a necessidade de coletar, conservar e expor objetos da atualidade, os museus não podem fugir do debate sobre os sentidos dos objetos na “sociedade de consumo”, levando em consideração a grande complexidade que reside no próprio desenvolvimento do capitalismo.

Já que, no ensino de história por meio de objetos, o lixo não pode faltar, vale a pena citar uma crônica de Luís Fernando Veríssimo. Trata-se do diálogo entre a senhora do 601 e o senhor do 612, quando se encontraram pela primeira vez. Estavam na área de serviço, “cada um com seu pacote de lixo”. Aproveitando a situação, ela fez a ponte entre a polidez quase anônima do “Bom dia” e uma confissão quase repentina: “Desculpe a minha indiscrição, mas tenho visto o seu lixo...”. A partir daí, os objetos começam a falar, ou melhor, transformam-se na via de acesso entre dois desconhecidos, que já conversavam, mas sem palavras.

- Reparei que nunca é muito. Sua família dever ser pequena...
- Na verdade sou só eu.
- Mmmm. Notei também que o senhor usa muita comida em lata.
- É que eu tenho que fazer minha própria comida. E como não sei cozinhar...
- Entendo.
- A senhora também...
- Me chame de você.
- Você também perdoe a minha indiscrição, mas tenho visto alguns restos de comida em seu lixo. Champignons, coisas assim...

- É que eu gosto muito de cozinhar. Fazer pratos diferentes. Mas como moro sozinha, às vezes sobra...
- A senhora... Você não tem família?
- Tenho, mas não aqui.
- No Espírito Santo.
- Como é que você sabe?
- Vejo uns envelopes no seu lixo. Do Espírito Santo.
- É. Mamãe escreve todas as semanas.
- Ela é professora?
- Isso é incrível! Como foi que você adivinhou?
- Pela letra no envelope. Achei que era letra de professora.
- O senhor não recebe muitas cartas. A julgar pelo seu lixo.
- Pois é...³⁹

No modo pelo qual o texto se constitui, do começo ao fim, há uma impressionante trama de ligações entre sujeitos e objetos, uma complexa rede de conexões que pode sair de coisas aparentemente inanimadas, como se o lixo fosse um museu de novidades, porque o acervo estaria em constante renovação e, em cada visita, tudo seria visto pela primeira e única vez.

Depois do telegrama amassado, seguido de muitas carteiras de cigarro, a trama fica ousada e quem dispara é ele, ansioso para saber até onde a conversa poderia chegar: “Você brigou com o namorado, certo?”. Ela, no mesmo ritmo, engata uma pergunta “Isso você também descobriu no lixo?” e recebe uma resposta mais ou menos esperada: “Primeiro o buquê de flores, com o cartãozinho, jogado fora. Depois, muito lenço de papel”.

- É, chorei bastante, mas já passou.
- Mas hoje ainda tem uns lencinhos...
- É que eu estou com um pouco de coriza.
- Ah.
- Vejo muita revista de palavras cruzadas no seu lixo.
- É. Sim. Bem. Eu fico muito em casa. Não saio muito. Sabe como é.
- Namorada?
- Não.

³⁹ VERÍSSIMO, Luís Fernando. *O analista de Bagé*. Porto Alegre: L&PM, 1982. p. 83.

- Mas há uns dias tinha uma fotografia de mulher no seu lixo. Até bonitinha.
- Eu estava limpando umas gavetas. Coisa antiga.
- Você não rasgou a fotografia. Isso significa que, no fundo, você quer que ela volte.
- Você já está analisando o meu lixo!
- Não posso negar que o seu lixo me interessou.
- Engraçado. Quando examinei o seu lixo, decidi que gostaria de conhecê-la. Acho que foi a poesia.
- Não! Você viu meus poemas?
- Vi e gostei muito.
- Mas são muito ruins!
- Se você achasse eles ruins mesmo, teria rasgado. Eles só estavam dobrados.
- Se eu soubesse que você ia ler...
- Só não fiquei com eles porque, afinal, estaria roubando. Se bem que, não sei: o lixo da pessoa ainda é propriedade dela?
- Acho que não. Lixo é domínio público.
- Você tem razão. Através do lixo, o particular se torna público. O que sobra da nossa vida privada se integra com a sobra dos outros. O lixo é comunitário. É a nossa parte mais social. Será isso?
- Bom, aí você já está indo fundo demais no lixo. Acho que...
- Ontem, no seu lixo...
- O quê?
- Me enganei, ou eram cascas de camarão? ⁴⁰

E assim, nessa peleja que fascina e prende o leitor, a troca de palavras continua. No final das contas, o casal encontra nas cascas de camarão o tão desejado motivo para uma nova conversa. Encontro que iria dar, mais cedo ou mais tarde, coisas novas no lixo. Imagino que é nesse jogo do cotidiano apresentado por Veríssimo que reside a matéria-prima para o uso dos objetos no ensino de história. E não será exagero concluir que a literatura tem um papel fundamental para fazer vínculos entre o ensino de história e a história dos objetos. O trabalho dos objetos através da literatura não pressupõe o descarte da interpretação histórica. Pelo contrário: a interpretação da história social da cultura continua

⁴⁰ VERÍSSIMO, Luís Fernando. *O analista de Bagé... Op. cit.*, p. 85.

sendo a base, e é sobre esta base que a literatura é convocada para alargar a potência do ensino de história.

Não se trata, obviamente, de apenas fazer do objeto uma fonte de informação sobre o sujeito. Isso pode ser o primeiro passo. A crônica de Luís Fernando Veríssimo, por exemplo, é significativa como abertura da percepção para as relações entre os seres humanos e suas coisas materiais, mas isso deve ser apenas o começo. Torna-se necessário problematizar as relações sociais mediadas pela cultura material.

Capítulo V

O OBJETO: POÉTICA E NARRATIVA

Rubião fitava a enseada — eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta, mas, em verdade, vos digo que pensava em outra coisa. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

*Machado de Assis*⁴¹

As interconexões entre literatura, história e objetos podem ser um caminho promissor para aulas de história. A literatura, nesse caso, teria a missão de abrir a percepção, funcionaria como uma espécie de museu onde os objetos estão expostos de uma maneira muito especial: nas tramas da narrativa, isto é, em funcionamento cotidiano. O uso da literatura parece-me indispensável, na medida

⁴¹ ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Martin Claret, 2012. p. 25.

em que ressalta as temporalidades dos objetos, na medida em que reafirma que a matéria-prima de cada artefato é o tempo no qual ele ganha existência.

Um sapato, por exemplo, não deve ficar no plano de uma definição abstrata. É preciso inseri-lo no tempo. Uma das maneiras de fazer essa inserção é colocá-lo numa trama narrativa. Assim, enredado no tempo, o sapato passa a ter a possibilidade de ser tratado como documento histórico. Nas narrativas, os objetos ganham vida com a vida dos sujeitos. Um sapato, para continuar com o mesmo exemplo, deixa de ser uma generalidade e ganha substância existencial. Nesse sentido, vale a pena lembrar o depoimento de Primo Levi sobre uma situação extrema, a sua vida no campo de concentração:

Aprendemos que tudo serve: o pedaço de arame, para amarrar os sapatos; os trapos, para envolver os pés; o papel, para forrar (embora proibido) o casaco contra o frio. Aprendemos que, por outro lado, tudo pode ser roubado, aliás, que é automaticamente roubado ao menor descuido, e para evitar isso tivemos que aprender a arte de dormir apoiando a cabeça numa trouxa feita com o casaco e contendo todos os nossos pertences, da gamela até os sapatos. [...] A morte começa pelos sapatos. Eles se revelaram, para a maioria de nós, verdadeiros instrumentos de tortura que, após umas horas de marcha, criavam feridas dolorosas, sujeitas a infecção na certa. A gente, então, caminha como se tivesse uma bola de ferro amarrada no pé (daí, a estranha andadura do exército de fantasmas que a cada noite voltava em formação de marcha); sempre chega por último, e sempre apanha; se perseguido, não consegue fugir; seus pés incham e, quanto mais incham, mais insuportável torna-se o atrito com a madeira e a lona dos sapatos. Então, só resta o hospital, mas entrar no hospital com o diagnóstico *dicke Füße* (pés inchados) é sumamente perigoso, já que todos sabem (e especialmente os SS) que essa doença, aqui, não dá para curar.⁴²

⁴² LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988. p. 32.

Os sapatos, aliás, os próprios sapatos dos estudantes em uma aula de história podem ser, portanto, *objetos geradores* para o estudo de muitos temas, inclusive o nazismo. Estudo em um sentido profundo, por meio do desenvolvimento de uma consciência histórica e a partir de objetos do presente, relacionando-os com outras situações, criando assim reflexões sobre a historicidade do existente. Desse modo, o saber histórico deixa de ser a história dos outros, para se transformar na nossa história, feita de mudanças e permanências, semelhanças e diferenças, mas sempre refeita por seres humanos em contato com objetos, nas mais variadas situações, criando e destruindo poderes de vida e morte. Isso significa tratar o objeto como documento histórico a ser estudado por meio de problemáticas historicamente fundamentadas. Sobre isso, Ulpiano Bezerra de Meneses é incisivo:

Se, ao invés de usar uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria-prima e respectivo processamento, à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação etc. – este objeto utilitário está sendo empregado como documento. (Observe-se, pois, que o documento sempre se define em relação a um terceiro, externo a seu horizonte original). O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica.⁴³

⁴³ BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. p. 95.

Por outro lado, os poetas ensinam que os objetos não estão rigidamente separados da carne. É por isso que, no caixão do morto, vai somente uma parte do corpo. O enterro sempre deixa pedaços:

Os objetos sobrevivem ao morto:

os sapatos,
o relógio,
os óculos

sobrevivem

ao corpo
e solitários restam
sem conforto.

Alguns deles, como os livros,
Ficam com o destino torto.
Parecem filhos deserdados
ou folhas secas no horto.
As joias perdem o brilho
embora em outro rosto.

Não deveriam
deixar pelo mundo

espalhados

os objetos órfãos do morto,
pois eles são, na verdade, fragmentos
de um corpo.⁴⁴

Antes de mostrar objetos, o museu é o lugar do corpo exposto. Ao saber que nas exposições há pedaços amputados, o ensino de história com objetos começa a ganhar profundidade existencial. Em sua trama de conflitos historicamente engendrados, o objeto está entre o passado e o futuro – presença de temporalidades. Presença de tempos em prolongamentos do nosso corpo. Jean Brun argumenta, a partir do pensamento de Bergson, que os nossos órgãos são instrumentos naturais e os nossos instrumentos são órgãos artificiais. A ferramenta, por exemplo, continua o braço. Os utensílios da

⁴⁴ SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Intervalo amoroso e outros poemas escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1999. p. 78.

humanidade são, portanto, prolongamentos do corpo humano.⁴⁵ Vale notar que, em certas ocasiões, a literatura só consegue falar de certas configurações existenciais do ser humano com a ajuda de referências do mundo dos inanimados. Cito um caso, ligado a um objeto específico: o automóvel. O autor é Mia Couto:

Cruzamo-nos com um luxuoso automóvel enterrado no areal. Quem traria viatura da cidade para uma ilha sem estrada?

— Olha, é o Tio Últímio! — e acenam.

Meu Tio Últímio, todos sabem, é gente grande na capital, depende negócios e vai politicando consoante as conveniências. A política á a arte de mentir tão mal que só pode ser desmentida por outros políticos. Últímio sempre espalhou enganos e parece ter lucrado, acumulando alianças e influências. No entanto, ele ali se apresenta frágil, à mercê de uma pobre mão. No tractor comentam vastamente o carro afocinhado, rodas enfronhadas na areia. Mas não param. Ainda há alguns que insistem nos deveres solidários. Mas Fulano Malta é terminante:

— Ele que se desenterre — é sua arreganhada sentença.⁴⁶

Pensando nesse carro preso, imagino que se torna inviável falar de certos sujeitos sem falar de certos objetos, que se torna impossível se referir a determinados comportamentos sem mencionar artefatos. Isso, não tenho dúvidas, não é somente um recurso estilístico do texto ficcional. Trata-se, também, de perceber que os humanos se fazem por meio dos inumanos, que os comportamentos se realizam por meio de utensílios. Veja-se, por exemplo, o romance *Quincas Borba*, citado em epígrafe. Há uma cena que se inicia quando o “criado trouxe o café”. Logo em seguida, o foco vai se deslocando das pessoas para os objetos: “Rubião pegou na xícara e, enquanto lhe deitava açúcar, ia disfarçadamente mirando a bandeja, que era de prata lavrada”. Daí o tema passa a ser a matéria com a qual os objetos foram feitos: “Prata, ouro, eram os metais que amava de coração; não gostava de bronze, mas o amigo Palha disse-lhe que era matéria de

⁴⁵ BRUN, Jean. *A mão e o espírito*. Lisboa: Edições 70, 1991. p. 64.

⁴⁶ COUTO, Mia. *O outro pé da sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 28.

preço; e assim se explica este par de figuras que está na sala, um Mefistófeles e um Fausto”. No mesmo parágrafo, e alargando a ironia com a qual o autor escreve, a narrativa passa dos objetos para pessoas como se elas também fossem objetos, e ainda mais, também feitas de matérias que podem ser nobres ou não, a depender da moda em vigor. O leitor fica sabendo que o criado novo era espanhol. Mais precisamente, fica sabendo que Rubião resistiu para aceitá-lo e até argumentou que “estava acostumando aos seus crioulos de Minas”. Mas, no final das contas, cedeu: “o amigo Palha insistiu, demonstrando-lhe a necessidade de ter criados brancos”.⁴⁷

O possuidor, quando está possuindo, também é possuído. O usuário, quando está usando, também é usado. O fabricante, quando está fabricando, também é fabricado. A ficção, mais do que qualquer outra área, sabe muito bem disso. E é exatamente isso que faz da literatura uma via de acesso para a construção de problemáticas históricas diante dos objetos, dentro e fora de museus, dentro e fora de salas de aula.

⁴⁷ ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Martin Claret, 2012. p. 26.

Capítulo VI

PARA ESCUTAR O CANTO DA SEREIA

Vem para perto, famoso Odisseu, dos Aquivos orgulho,
Traz para cá teu navio, que possas o canto escutar-nos.
Em nenhum tempo ninguém por aqui navegou em nau negra,
Sem nossa voz inefável ouvir, qual dos lábios nos soa.
Bem mais instruído prossegue, depois de se haver deleitado.

*Homero*⁴⁸

Ali, a paisagem tem ideias e faz pensar”. Com essa observação de Balzac, Michel Maffesoli ressalta que a literatura tem se mostrado como veículo de inspiração para se perscrutar o “não-humano”: “o instinto estético, se se pode retomar essa noção, sente a força intrínseca, a virtude infundida que anima o mundo dos objetos”. O que Balzac diz da paisagem é um indício do tanto de sujeito que há no objeto: “o que se pode chamar de ‘objetal’ insiste no fato de que, na expressão ‘mundo social’, o primado deve ser posto no termo ‘mundo’. Ou ainda, para que haja ações, interações, transações, coisas

⁴⁸ HOMERO. *Odisseia*. São Paulo: Editora Três, 1974. p. 174.

que constituem o social, é preciso que exista um lugar material no qual elas possam se exprimir”.⁴⁹

Mesmo diante de generalizações abstratas como essa agora citada, Michel Maffesoli tem dado uma contribuição inestimável para quem deseja perceber a porosidade da fronteira entre sujeito e objeto. Ele tem, por exemplo, uma sensibilidade especial para perceber o poder dos objetos oferecidos ao olhar do consumidor: “Há um vitalismo louco, de que só se pode ser atingido nesses amontoados de objetos oferecidos à contemplação, ao consumo, nesses novos templos que são os ‘hiper super grandes mercados’ contemporâneos”.⁵⁰ Por isso, ele afirma que o objeto pós-moderno, em sua funcionalidade, garante coesão: “... para retomar uma velha noção alquímica, o papel da *glutinum mundi*, essa cola do mundo que faz com que o corpo social seja o que é”. Esse objeto será, então, uma forma de celebrar a materialidade do mundo social, pois o mundo social existe por meio do mundo das coisas: “E será, então, essa festa perpetuamente celebrada nos templos do objeto: liquidação, quinzena comercial, desconto e outro ‘aniversário’ desse ou daquele grande magazine”. Um novo tempo assim se configura: “Há como que um calendário litúrgico com, é claro, a mesma função que esse último: unir a comunidade, lembrar-lhe que ela é comunidade”.⁵¹

Por outro lado, há aqui um problema grave: a suposta neutralidade diante do mercado. Esse fascínio provocado no autor não é somente gerador de vida. É, antes de mais nada, a face enganosa de uma máquina de sofrimento e morte. Nesses mesmos objetos sedutoramente exibidos, há, além de muitas outras formas de exploração capitalista, a presença inconfessada do trabalho escravo, que engenhosamente está, também, na lógica do modo de vida engendrado pelo capitalismo. Esse adoçamento visual que empolgou os olhos do autor existe mesmo. Não há como negá-lo. Trata-se de um açúcar (com afeto) fabricado com um único fim: vender mais, sempre mais. Aliás,

⁴⁹ MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 282.

⁵⁰ *Ibid.* p. 287.

⁵¹ *Ibid.* p. 297.

há muita gente que trabalha exatamente nisso, nessa coisa chamada *design*, *marketing*, propaganda ou coisa parecida, ensinada e aprendida inclusive em universidades públicas. Esse tipo peculiar de beleza existe e funciona, e não é inocente. Os usos da beleza ou do lixo devem ser, portanto, levados em consideração quando se pensa em conhecimento da história a partir de objetos.

Estudar a história não significa saber o que aconteceu e sim ampliar o conhecimento sobre a nossa própria historicidade. Saber que o *ser* humano é um *sendo*, campo de possibilidades historicamente condicionado e abertura para mudanças. É por isso que Paulo Freire argumenta que a pedagogia do diálogo está enraizada na “situacionalidade” do ser no mundo: “os homens *são* porque *estão* em situação”. O ato educativo alarga o ser humano na medida em que se considera o *ser* um *estar* – prática cotidiana de pensar e atuar criticamente sobre a situação em que se constitui o estar no mundo e com o mundo.⁵²

Passado, presente e futuro. Lidar com o tempo assim dividido vem sendo, de diferentes maneiras, a condição de possibilidade da “operação historiográfica”, tal como indicou Michel de Certeau.⁵³ Se tal operação vem se fazendo a partir da ruptura moderna entre passado e presente, a escrita da história tem sido uma fabricação específica no meio de outros usos desse passado que se distancia do presente. Ao lado da escrita, atrelado a ela, ou mesmo apesar dela, o objeto material participa do mesmo dispositivo da modernidade que articula e legitima a construção de pontes e barreiras no tempo, na medida em que vai unindo e separando o presente e o passado.

Não se pode afirmar que é da essência do tempo dividir-se entre passado, presente e futuro. A existência dessas três dimensões e as relações entre elas dependem da circunstância histórica e por isso se fazem como dispositivos de poder. Termos como velho e novo ou atraso e progresso, por exemplo, não são inocentes. Devem ser analisados em suas historicidades e discutidos no âmbito da domesticação do tempo

⁵² FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 101.

⁵³ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

que é posta em prática no modo de produção capitalista. Isso quer dizer que não se deve desvincular o uso do tempo das práticas de consumo.

O canto da sereia foi interpretado no século XX como o chamado dos prazeres ilimitados diante da racionalidade astuciosa de um viajante.⁵⁴ Mas não será inverossímil imaginar que, no final do século XX (e principalmente depois), o movimento se faz, também, em outras direções: o cálculo torna-se mais cantante, transformando os objetos de consumo em pequenas sereias que prometem algo que pode ser mais cativante do que o prazer eterno: a eterna busca por um novo prazer.

⁵⁴ MATOS, Olgária. A melancolia de Ulisses: a dialética do iluminismo e o canto das sereias. In: NOVAES, Adauto. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 141-158.

Capítulo VII

POR UM PASSADO NÃO DEFICITÁRIO

Há uns vinte anos, a Nasa, ou outra organização governamental americana, perguntava-se onde enterrar exatamente os dejetos nucleares, que conservam, como sabemos, um poder radioativo durante 10 mil anos [...]. O problema era que, se o território pudesse ser encontrado em algum lugar, eles não sabiam com que tipo de sinal seria preciso cercá-lo para vedar seu acesso. Em dois ou três mil anos, não perdemos as chaves de leitura de diversas línguas? [...] Esses especialistas encarregaram um linguista e um antropólogo para amenizar as dificuldades. Após ter examinado todas as soluções possíveis, a conclusão de Sebeok foi que não existia nenhuma linguagem, sequer pictográfica, suscetível de ser compreendida fora do contexto que vira nascer.

*Umberto Eco*⁵⁵

A borracha é o mais importante produto do mundo”. Assim falou Harvey Firestone em 1917, quando se realizava o banquete anual da “liga americana da borracha”. Para alguns, pareceu exagero, apesar de parecer verdade. Para muitos, o tempo iria mostrar que o aforismo

⁵⁵ ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 147.

estava correto. No livro *Os Tesouros da Terra*, por exemplo, Juri Semjonow teve todo gosto para provar, com detalhes, que Firestone estava com a mais completa razão. Semjonow mostra, sem rodeios, que “a borracha acompanha o homem desde o berço até o túmulo”. O recém-nascido já sabe do valor que ela tem ou a falta que ela pode fazer. Afinal, é de borracha o bico da mamadeira. São de borracha os brinquedos e muitos outros artefatos que circundam as pequenas criaturas. Depois, na infância, vem outra avalanche de borrachas, que vai do pneu da bicicleta até a borracha de apagar a escrita do lápis. Na vida adulta, a lista de objetos parece chegar ao infinito. Enquanto o cirurgião põe “luvas de borracha”, o farmacêutico usa “rolhas de borracha nos vidros”. Se o escafandrista veste “roupa de borracha”, o químico coloca em seus frascos “tubos de borracha”. O russo tem “galochas ou sapatos de borracha”, e o americano tem a “bolsa de borracha para fumo”. “E, demais, quando este último personagem acaba de cachimbar, [...] compra caramelos de borracha “Wrigley””.⁵⁶

E assim vai o autor em seus devaneios em torno dos objetos. Da bengala ao chiclete, do cinto ao tubo de farmácia. Para ele, o importante consiste em proclamar que o ser humano é, antes de tudo, uma criatura criadora. Está em pauta, para os que vão ler “Os Tesouros da Terra”, a capacidade de dominar a natureza. E tal imperativo prático emerge como meio de produzir felicidade para todos, como se o capitalismo assim permitisse. A natureza transforma-se, então, em cardápio preferido, não para ser digerida, como acontecia outrora, mas para ser vendida. Tudo que a natureza pode dar é submetido a um padrão de produtividade, em íntima relação com insaciável astúcia da “consciência tecnológica”.⁵⁷

⁵⁶ SEMJONOW, Juri. *Os tesouros da terra: uma geografia econômica para todos*. Porto Alegre: Edição da Livraria O Globo, 1947. p. 169.

⁵⁷ “Consciência tecnológica é consciência que tudo vê a partir do caráter de sujeito atribuído ao homem; técnica e auto-realização do homem como doador de sentido a tudo o que existe. Para o sujeito, tudo é considerado apenas na perspectiva da autopoção da subjetividade: consciência tecnológica é consciência da funcionalização universal, já que a subjetividade relaciona todas as coisas a si, na perspectiva da função que elas possam ter em sua auto-realização”. OLIVEIRA, Manfredo. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 122.

Aí entra em cena a sacralização da ciência e da técnica, que dá ao homem atribuições divinas, poderes para gerar objetos, para tirar da ausência a presença de um invento. Manipular o existente e fazê-lo existir de outra maneira, como nunca havia existido. É por isso que, na introdução do seu livro, Semjonow anuncia: “cada objeto que usamos, cada produto que consumimos, é um milagre, toda uma coleção de milagres”. A referência bíblica para endeusar os humanos é de uma inequívoca clareza pedagógica: “Milagre da transformação das dádivas da natureza em valores econômicos; milagre semelhante ao da transmutação da água em vinho”.

O livro *Os Tesouros da Terra* teve uma edição brasileira em 1947, mas o original em alemão fora publicado quando a geopolítica vivia em outras tensões, sob o impacto da primeira grande guerra. Hoje, torna-se plausível imaginar que, se tivesse sido escrito 20 ou 30 anos depois, Semjonow seria ainda mais entusiasmado e, sem dúvida, teria muito mais coisa para contar em sua perspectiva de fazer uma “geografia econômica”, apontando as negociações em torno da borracha, um produto que, sem titubeios, confirmou seu lugar na economia globalizada.

Do começo ao fim, o livro *Os Tesouros da Terra* alimenta uma tradição inventada no século XIX e alargada no século XX: escrever em linguagem clara e direta para apresentar às multidões os avanços do maravilhoso mundo da ciência, com destaque para a felicidade que a tecnologia pode trazer, sempre lembrando algo mais, que mistura ameaça e chantagem com a inconsolável falta que a tecnologia pode fazer. Está em pauta a história triunfante das invenções e dos inventores, provando que o progresso, além de ter um passado, terá futuro.

N’*Os Tesouros da Terra*, o interesse é mais sobre a história material dos objetos e menos sobre a história dos objetos, apesar, é claro, de ser impossível separar uma história da outra. Mais explícito em relação ao progresso dos objetos é o livro *10.000 anos de descobertas*, traduzido para o português do original suíço pela Editora Melhoramentos na década de 1950.⁵⁸ Se aí o invento tem destaque, em outras publicações

⁵⁸ KAISER, Bruno. *10.000 anos de descobertas*. Tradução de Roberto Luiz F. de Almeida. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

a ênfase recai sobre o inventor, como é caso do livro de F. Acquarone, *Os grandes benfeitores da humanidade*, também publicado em meados do século XX.⁵⁹

É também em meados do século XX que esse tipo de publicação vai migrando de uma missão pedagógica mais explícita, nos moldes da história exemplar dos heróis, para uma abordagem que vai ter mais legitimidade apelando para o público em geral, e não para estudantes. *A história secreta e curiosa das grandes invenções*, do início dos anos de 1960, é um bom exemplo disso.⁶⁰ E a moda continuará, inclusive com títulos que colocam os objetos numa espécie de *ranking*. Por exemplo: *100 invenções que mudaram a história do mundo*, de Bill Yenne,⁶¹ e *As 100 maiores invenções da história*, de Tom Philbin.⁶²

Entre os mais criativos, gostaria de destacar o livro de Bárbara Soalheiro, *Como fazíamos sem...*, que pretende exatamente mostrar “como fazíamos sem...” certos objetos como fósforos, internet, ventilador ou relógio. O passado seria um lugar do *sem*, na medida em que o presente tornar-se-ia o lugar do *com*. A falta de antes e a presença de agora. Prometendo um rol de curiosidades instrutivas, o pressuposto implícito é o progresso que toma o presente como medida de todas as coisas.

Obviamente, não é meu interesse inventariar as publicações que lidam dessa forma com a cultura material, mas apenas destacar que elas apresentam uma espécie de senso comum diante do passado. Senso comum que, muitas vezes, é reforçado pelos museus. Peter Lee chamou isso de “passado deficitário”, em um texto cujo título não poderia ser mais sugestivo, na medida em que reproduz a fala de certo visitante em um museu: “Nós fabricamos carros e eles tinham

⁵⁹ ACQUARONE, Francisco. *Os grandes benfeitores da humanidade*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, s/d.

⁶⁰ CAMP, Lyon Sprague de. *A história secreta e curiosa das grandes invenções*. Rio de Janeiro: Lidador, 1964.

⁶¹ YENNE, Bill. *100 invenções que mudaram a história do mundo*. Tradução de Carla C. Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

⁶² PHILBIN, Tom. *As 100 maiores invenções da história: uma classificação cronológica*. Tradução de Flávio Marcos e Sá Gomes. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

que andar a pé”.⁶³ Por outro lado, poder-se-ia dizer que há também nos livros que tratam de invenções uma tendência, mais ou menos clara, para algo igualmente simplista: o presente deficitário. Nesse caso, é o presente que deve ao passado. A história volta a ser reverente ao passado. Não é que o presente seja menor. Trata-se de afirmar que o presente não é tão grande assim, afinal coisas fundamentais foram antes criadas, tão fundamentais que permaneceram no tempo praticamente do mesmo jeito. Exemplo disso é um livro *Invenções da Idade Média*: óculos, livros, botões e outras inovações geniais. A autora inicia o seu “preâmbulo” com a pergunta “o que devemos à Idade Média?” e termina explicando que o livro não tem a pretensão de ser completo: “... assim como quem colhe flores na primavera, não pretende esgotar o campo”. E ainda mais atada ao lugar comum, quer dizer, ainda mais envolvida em estereótipos, a autora conclui: “Meu ramalhete é uma homenagem à Idade Média, aos vários avanços que introduziu e os quais desfrutamos ainda hoje”.⁶⁴

Para problematizar o “passado deficitário”, uma saída seria trocar o *sem* pelo *com*. *O que fazíamos com...* seria um bom livro no sentido de fornecer elementos para trabalhos com “objetos geradores”. Igualmente proveitoso seria *O que os objetos faziam com as pessoas...* Sobre o trabalho de negação do “passado deficitário” no espaço museológico, cito um caso: o projeto da exposição “Ceará: História no Plural”, cuja estratégia, além dos recursos cenográficos, foi investir em textos que provocassem alguma reflexão sobre o “sem” e o “com” no decorrer do tempo. Na abertura do segundo módulo, lia-se:

O Ceará não tinha, nem fazia falta. O que havia era um conjunto de populações que foi agredida e combatida com a chegada dos colonizadores no séc. XVI. O Ceará, juntamente com outras divisões do Brasil, veio depois, para criar centros administrativos

⁶³ LEE, Peter. Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: compreensão da vida no passado. In: BARCA, Isabel. *Educação histórica e museus*. Portugal: Universidade do Minho, 2003. p. 22. (Actas das segundas jornadas internacionais de educação histórica).

⁶⁴ FRUGONI, Chiara. *Invenções da Idade Média*: óculos, livros, botões e outras inovações geniais. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. p. 7-8.

e repressivos. A criação do Ceará veio para explorar a terra e dominar seus habitantes, como aconteceu em outros lugares subjugados pelo sistema colonial.

Os objetos arqueológicos aqui expostos não são os vestígios dos primeiros habitantes do Brasil. Também não são os testemunhos dos primeiros cearenses. Brasileiros e cearenses são invenções recentes. Antes, havia povos que viviam suas vidas das mais variadas maneiras, com grande diversidade cultural. Foram os colonizadores que inventaram o termo “índio”.⁶⁵

A seguir, várias vitrines, cada uma com uma legenda, sempre com o intuito de fazer relações não progressivas entre presente e passado:

Furar, cortar, amassar, triturar, bater. Para conjugar esses verbos, os seres humanos criaram um impressionante avanço tecnológico. Os objetos líticos podem levar a uma reflexão sobre as necessidades que motivaram a criação dos primeiros instrumentos. E permanecem as perguntas sobre a primeira vez em que a cultura humana transformou uma pedra em objeto.

Vale a pena imaginar como a pedra se transformou em furadores, cortadores, amassadores, trituradores, batedores. Vale a pena imaginar como os primeiros objetos imitam os dentes e começam a fazer o que os dentes já faziam: furar, cortar, amassar, triturar, bater. A criação dos objetos dá ao homem novas chances de sobreviver.

E quem olhou para a pedra e deu a primeira pedrada? Foi assim que se deu o primeiro tiro? Foi a primeira bala? Como aconteceu essa teoria (essa prática) de impulsionar para lançar, atirar. Foi para defender-se e atacar? Qualquer resposta que pode ser dada não diminui a importância diante dessa ação primordial: a utilização de instrumentos para atingir, a força de propulsão para, a partir do impulso, fazer uma pedra voar. Voar para atingir um alvo. É a invenção do voo, aquilo que depois seria copiado pelo avião. Afinal, o segredo das aeronaves também está no impulso.

De qualquer maneira continuamos imitando as primeiras invenções, agora usando ferro, chumbo, cobre, bronze e o plástico. Continuamos a inventar objetos para furar, cortar, amassar, triturar, bater e atirar.

E de onde veio a primeira bacia? De onde vem o primeiro copo?

⁶⁵ ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MUSEU DO CEARÁ [ASMUCE]. *Museu do Ceará 75 Anos*. Fortaleza: Associação Amigos do Museu do Ceará, 2007. p. 454.

Exatamente da necessidade de armazenar e transportar. De onde veio a necessidade não se sabe, mas, de acordo com Elias Canetti, o primeiro recipiente veio das mãos, quando as mãos se juntaram pela primeira vez para formar a primeira caneca de beber água. A cultura humana foi criada, nesse sentido, a partir do corpo. Bacias, canecos, baldes, potes, jarros, garrafas... A criação desses objetos imita e aperfeiçoa o poder das mãos. Imita e amplia a capacidade do homem para armazenar e transportar.⁶⁶

Obviamente, esta é uma possibilidade entre outras, cuja realização pedagógica depende da circunstância: desde a relação da escola com o museu até a relação dos estudantes com a visita. Quer dizer: legendas e roteiros museológicos são apenas uma parte em um processo.

⁶⁶ ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MUSEU DO CEARÁ [ASMUCE]. *Museu do Ceará 75 Anos*. Fortaleza: Associação Amigos do Museu do Ceará, 2007. p. 454.

Capítulo VIII

O CALEIDOSCÓPIO DA MEMÓRIA PUBLICADA

“Como fazer no bicho-homem uma memória? Como gravar algo indelével nessa inteligência voltada para o instante, meio obtusa, meio leviana, nessa encarnação do esquecimento?”... Esse antiquíssimo problema, pode-se imaginar, não foi resolvido exatamente com meios e respostas suaves; talvez nada exista de mais terrível e inquietante na pré-história do homem do que a sua mnemotécnica. “Grava-se algo a fogo, para que fique na memória” – eis um axioma da mais antiga (e infelizmente mais duradoura) psicologia da terra. Pode-se mesmo dizer que em toda parte onde, na vida de um homem e de um povo, existem ainda solenidade, gravidade, segredo, cores sombrias, *persiste* algo do terror com que outrora se prometia, se empenhava a palavra, se jurava: é o passado, o mais distante, duro, profundo passado, que nos alcança e que reflui dentro de nós, quando nos tornamos “sérios”. Jamais deixou de haver sangue, martírio e sacrifício, quando o homem sentiu a necessidade de criar em si uma memória; os mais horrendos sacrifícios e penhores (entre eles o sacrifício dos primogênitos), as mais repugnantes mutilações (as castrações, por exemplo), os mais cruéis rituais de todos os cultos religiosos (todas as religiões são, no seu nível mais profundo, sistemas de crueldades) – tudo isso tem origem naquele instinto que divisou na dor o mais poderoso auxiliar da mnemônica.

*Friedrich Nietzsche*⁶⁷

⁶⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 50-51.

Na Semana Santa de 2003, em Fortaleza, a estátua de Capistrano de Abreu sumiu, sem deixar pistas sobre os agentes ou as razões do sumiço. No dia 26 de abril, o jornal *O Povo* publicou a matéria “Capistrano Mutilado”, noticiando que a polícia havia prendido os “ladrões da estátua”. O motivo do roubo era simples: 150 quilos de bronze. “Sua perna direita foi serrada e já seria vendida a um depósito de sucata”, ressalta o jornalista. Exatamente na data do aniversário do historiador, 23 de outubro, o mesmo jornal publicou “A Volta de Capistrano”:

Enquanto um grupo maior de pessoas prestava atenção à apresentação de um artista popular cantando, outros tentavam vender roupas ou frutas e alguns observavam os retoques no pedestal e preparativos para erguer a estátua de cerca de 150 quilos e 1,90 metro de altura. “Quem é esse aí, hein?”. “Ah! O nosso professor voltou”. “A perna é de ouro mesmo? Se for, não vai durar essa noite aí no altar”, diziam alguns dos populares que se amontoavam na praça da Lagoinha, em busca de um lugar em frente ao pedestal. Tentavam identificar melhor a estátua recuperada. [...] O pedestal voltou a receber a estátua por volta das 15h30min de ontem, com a ajuda de alguns populares, já que havia apenas dois operários fazendo o esforço de levantar os 150 quilos de bronze. Alguns atrapalhavam, querendo aparecer nas fotos e filmagens, mas outros suaram para deixar o homenageado no lugar. Muitos dos que assistiam à cena se perguntavam como apenas duas pessoas haviam conseguido furtar a estátua sem que ninguém visse.⁶⁸

Por fim, a matéria destaca que, para preservar a restauração, a prefeitura havia prometido um “reforço no policiamento”. Mas, o que, afinal, foi roubado? Uma estátua ou 150 quilos de bronze? A imagem mutilada, consertada e recolocada no pedestal era “o professor” de quem? Para quem e contra quem? Quem era o professor

⁶⁸ *O Povo*, Fortaleza, 23 out. 2003. Caderno Vida e Arte, p. 1.

de quem precisava vender pedaços da “praça pública”? E quem sabia que ali era a “Praça Capistrano de Abreu”? Falta de memória? Falta de história?

A Praça Capistrano de Abreu foi criada por uma lei municipal de 1965. Antes, o nome oficial era “Coronel Teodorico”, conforme determinação de 1881. Por algum tempo chamou-se “16 de Novembro”.⁶⁹ Por outro lado, essa dança de nomes ao sabor da circunstância política e das preferências privadas não teve grande repercussão na linguagem dos caminantes: desde meados do séc. XIX até hoje, o que vem prevalecendo é a “Praça da Lagoinha”, que nas últimas décadas ficou conhecida como lugar de venda e troca de mercadorias com procedência ilegal.

Voltemos à estátua mutilada, para interrogá-la novamente e, portanto, dar-lhe outros contornos. Seria tarefa dos estudantes e professores de história explicar a biografia de cada estátua ou de cada monumento? Incluir os “lugares de memória” em guias turísticos e livros didáticos? Criar disciplinas de valorização da memória em cursos de graduação ou na educação básica?

Se é levada em consideração a fronteira entre história e memória, essas perguntas, com suas preocupações institucionais, não teriam somente uma resposta negativa, mas motivariam debates sobre a impropriedade e a legitimidade dos princípios que regeram a formulação do questionamento. As perguntas, portanto, não seriam simplesmente outras, mas estariam sobre outras bases. Isso significa que o ensino de história evocado em programas de “ONGs” ou secretarias de cultura (ou turismo) deveria, antes de tudo, indagar-se sobre as divergências entre o trabalho da memória e o procedimento da história. É claro que memória e história fazem parte de um campo comum: a construção de sentidos para o passado, mas isso não quer dizer que se confundem. No atual debate historiográfico, já há um consenso para formalizar as fronteiras entre essas duas maneiras de compor figuras temporais, e isso não deveria ser ignorado pelos que transitam em torno daquilo que comumente se chama de “política cultural”.

⁶⁹ CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1990. p. 97.

É claro que não se trata de transformar tudo em sala de aula de história. Por outro lado, torna-se urgente cultivar novos diálogos das teorias e metodologias de estudos sobre o passado com as programações de museus, centros culturais, guias de turismo ou quaisquer outras instituições que tomam para si a responsabilidade de valorização do patrimônio cultural. Obviamente não é o caso de montar receitas, e sim de alargar a reflexão, isto é, explicitar os fundamentos norteadores das práticas, desalojando-as de posições fixas e inatingíveis.

Tarefa primeira a ser realizada terá lugar no âmbito do próprio conceito de patrimônio. Não mais defendê-lo como coisa em si, essencialmente pura e boa, mas na qualidade de apropriação do presente envolvido em disputas variadas, que vão da fé de cada um ao bolso de todos. Da religião à economia, dos valores da família aos princípios da coisa pública, em tudo isso se aloja uma tensão nos usos do passado. Fazer opções não é fácil e, portanto, exige preparo para quem assume para si alguma responsabilidade administrativa nessa área. Será o primeiro passo de muitos outros re-conhecer a complexidade constitutiva do verbo lembrar, afastando a suposta positividade da memória e tornando mais claro o enraizamento temporal do mundo contemporâneo.

A estátua do Capistrano, como era de se esperar, não é um caso isolado. O General Tibúrcio também sofreu mutilações, como descreve a crônica de *Ciro Colares em 1979*:

Um homem levou a espada de Tibúrcio. Seria um colecionador de objetos raros ou seria um homem que ficou truncado na infância e queria agora brincar de ser general? Depois se soube, era um débil mental que na Polícia declarou coisas absurdas, mas muito ingênuas, inclusive afirmou que queria apenas limpar a espada, deixá-la brilhando, no seu entender talvez para uma segunda guerra contra o Paraguai.

Reinaldo Anchieta Lobão pastoreia a cidade nas suas andanças noturnas, naquela meia-noite teve o estalo, subiu na estátua, rodou o parafuso que prendia a espada na mão de Tibúrcio. E como se fosse um ordenança zeloso, rumou ao riacho Pajeú para proceder à limpeza da arma. Um gesto simples, sem continência, mas com muito respeito ao herói filho de Viçosa. Se Reinaldo

desejar limpar todas as coisas sujas desta cidade, inclusive o meu Beco do Segundo, vai ter muito que rebolar, as águas do Pajeú não dão nem mesmo para lavar a cara de Fortaleza.⁷⁰

Ao assumirem a forma escrita, a perna serrada e a espada levada entraram em um jogo de argumentos que se inicia com a própria necessidade de escrever sobre um “ato impuro”, no primeiro caso, e “ato curioso”, no segundo. É claro que, para a perna, há o sentido de denúncia e, para a espada, o que reina é a ironia, um exemplo pelo avesso para falar sobre a sujeira da cidade nascida nas margens do riacho Pajeú. De ambos, entretanto, emerge algo que supostamente afetaria a “memória coletiva”. De modo diferenciado, porém análogo, os redatores pressupõem uma comunidade mnemônica que nunca houve (ou pelos menos deveria existir em um futuro ideal ou ter existido em um passado idealizado). Fica, de qualquer modo, a dificuldade de admitir que essas e outras estátuas da cidade nunca foram consensuais.

Abordar esses lugares de memória no ensino de história não é fácil: exige tato e faro para o palimpsesto e o holograma que há na pele de cada monumento. É imprescindível lidar com deferimentos e desprezos, reverências e irreverências, conforme o rumo das muitas maneiras de imaginar os lugares de uma cidade. Assim, a valorização da memória deixa de ser uma razão a ser defendida para se tornar uma razão a ser debatida.

Ao assumir compromisso com a pluralidade cultural, o ensino de história abre espaço para um tempo instável e apto a perceber a unidade que já não há. Não mais a recordação comum, mas uma tensão sobre o que fazer com o passado; ou ainda, a angústia em torno do que o passado pode fazer para ausentar o presente. O livro *Lavoura Arcaica*, desse ponto de vista, é um caso dramático. Raduan Nassar expõe, em urdiduras e fímbrias simultâneas, o choque inevitável e incontornável entre o pai e o filho. Cada um emerge no decorrer dos capítulos de modo visceral e envolvente, seduzindo o leitor para os dois lados, ao mesmo tempo. Em contraposição à falta de relógio do

⁷⁰ COLARES, Ciró. *O beco*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1985. p. 63.

filho, o pai faz um longo discurso, que assim se inicia: “O tempo é o maior tesouro de que um homem pode dispor; embora inconsumível, o tempo é o nosso melhor alimento [...]”.

Sentado à cabeceira da mesa e na frente de um velho relógio de parede, o pai continua sua prédica esclarecendo que o tempo em tudo está e tudo tem uma ordem. Na mesa da casa, por exemplo, é percebido o tempo: “existiu primeiro uma terra propícia, existiu depois uma árvore secular feita de anos sossegados, e existiu finalmente uma prancha nodosa e dura trabalhada pelas mãos de um artesão dia após dia [...]”. Existe tempo nas cadeiras, nos móveis e nas paredes, mas também “[...] na água que bebemos, na terra que fecunda, na semente que germina, nos frutos que colhermos, no pão em cima da mesa, na massa fértil dos nossos corpos, na luz que nos ilumina, nas coisas que nos passam pela cabeça [...]”. O tempo, enfim, há em tudo, basta procurá-lo.⁷¹

Nessa ânsia paciente de mostrar a eterna ordem do tempo, a pedagogia do pai continua até o fim do capítulo. Em contraposição, há um capítulo que mostra o outro lado da mesa: o filho, que tira da mesma mesa uma estratigrafia diferente. As camadas de tempo são outras. Mais do que isso, são opostas:

[...] e é enxergando os utensílios, e mais o vestuário da família, que escuto vozes difusas perdidas naquele fosso, sem me surpreender contudo com a água transparente que ainda brota lá do fundo; e recuo em nossas fadigas, e recuo em tanta luta exausta, e vou puxando desse feixe de rotinas, um a um, os ossos sublimes do nosso código de conduta: o excesso proibido, o zelo uma exigência, e, condenado como vício, a prédica constante contra o desperdício, apontado sempre como ofensa grave ao trabalho; e reencontro a mensagem morna de cenhos e sobrolhos, e as nossas vergonhas mais escondidas nos traindo no rubor das faces, e a angústia ácida de um pito vindo a propósito e uma disciplina às vezes descarnada, e também uma escola de meninos-artesãos, defendendo de adquirir fora o que pudesse ser feito

⁷¹ NASSAR, Raduan. *Lavoura arcaica*. Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 53-54.

por nossas próprias mãos, e uma lei ainda mais rígida, dispondo que era lá mesmo na fazenda que devia ser amassado o nosso pão: nunca tivemos outro em nossa mesa que não fosse o pão de casa, e era na hora de reparti-lo que concluíamos, três vezes ao dia, o nosso ritual de austeridade, sendo que era também na mesa, mais que em qualquer outro lugar, onde fazíamos de olhos baixos o nosso aprendizado da justiça.⁷²

Há uma infinidade de conflitos entre duas maneiras de ensinar sobre o passado dos objetos, em sintonia com duas vivências do tempo. Para o pai, em sua pregação, trata-se de evitar a desordem que, pouco a pouco, poderia contaminar a vida dos descendentes. Os tempos mergulhados na árvore que virou mesa, ou na mesa que é e não é árvore, tudo isso vem não propriamente de representações desencarnadas, e sim da própria vida dos personagens. O tempo vivido é exatamente o tempo que ensina a viver:

Rico não é o homem que coleciona e se pesa no amontoado de moedas, e nem aquele, devasso, que se estende, mãos e braços, em terras largas; rico só é o homem que aprendeu, piedoso e humilde, a conviver com o tempo, aproximando-se dele com ternura, não contrariando suas disposições, não se rebelando contra o seu curso, não irritando sua corrente, estando atento para o seu fluxo, brindando-o antes com sabedoria para receber dele os favores e não a sua ira; o equilíbrio da vida depende essencialmente deste bem supremo, e quem souber com acerto a quantidade de vagar, ou a de espera, que se deve pôr nas coisas, não corre nunca o risco, ao buscar por elas, de defrontar-se com o que não é [...].⁷³

Longe desse tempo exemplar, caminha a vida do filho, em seu trajeto pelos desvãos da recordação. Em contraste com o pai que sabe da ordem entre passado, presente e futuro, vem o filho do presente

⁷² NASSAR, Raduan. *Lavoura arcaica*. Op. cit., p. 77-78.

⁷³ *Ibid.* p. 54.

múltiplo, que convoca camadas de espaço, aqui e agora: “O tempo, o tempo é versátil, o tempo faz diabruras, o tempo brincava comigo, o tempo se espreguiçava provocadoramente [...]”.

[...] era um tempo também de sobressaltos, me embaralhando ruídos, confundindo minhas antenas, me levando a ouvir claramente acenos imaginários, me despertando com a gravidade de um julgamento mais áspero, eu estou louco! e que saliva mais corrosiva a desse verbo, me lambendo de fantasias desesperadas, compondo máscaras terríveis na minha cara, me atirando, às vezes mais doce, em preâmbulos afetivos de uma orgia religiosa: que potro enjaezado corria o pasto, esfolando as farpas sanguíneas das nossas cercas, me guiando até a gruta encantada dos pomares!⁷⁴

É como se o pai tivesse entronizado o bronze em praça pública e o filho, desnorteado e alienado, fosse exatamente aquele que teve a ideia de vendê-lo no quilo, violando a sagrada família da memória. Também é o filho quem desparafusa a espada que os avós colocaram na mão do herói. Violação com ideia, mas sem ideais, em nome de nada e contra o nome de todas as placas, como dialética sem síntese, apondo para estilhaços de praças mnemônicas.

[...] que polpa mais exasperada, guardada entre folhas de prata, tingindo meus dentes, inflamando minha língua, cobrindo minha pele adolescente com suas manchas! o tempo, o tempo, o tempo me pesquisava na sua calma, o tempo me castigava, ouvi clara e distintamente os passos na pequena escada de entrada: que súbito espanto, que atropelos, vendo o coração me surgir assim de repente feito um pássaro ferido, gritando aos saltos na minha palma! [...] ⁷⁵

A lavoura é arcaica, mas perdeu o controle sobre seus frutos. Os usos do tempo vão se revelando no decorrer da narrativa, não somente como expressão das angústias e esperanças diante do passado,

⁷⁴ NASSAR, Raduan. *Lavoura arcaica*. *Op. cit.*, p. 95.

⁷⁵ *Idem*.

mas em uma peleja sem fim entre o dever e a dúvida, entre a dívida e o devir. Penso que é exatamente nesse quiproquó que o ensino de história poderá encontrar seu ponto de partida para dialogar com a memória, em uma relação tão indissolúvel e precária como a que se faz entre pais e filhos.

Para se contrapor à história sagrada, histórias profanas. Nada mais consensual. E nada mais polêmico, na medida em que as histórias profanas, pelo fato de não serem religiosas, estão em permanente que-rela, solicitando sem parar novos desafios. Desse modo, não se pode defender que o combate à história católica venha por uma história protestante, espírita ou afrodescendente, assim como a reflexão sobre as memórias nacionalistas (fabricantes de homogeneidade) se resolvam com o incentivo às memórias das minorias (fabricantes de heterogeneidade). A saída para o ensino de história atento ao respeito pela diversidade cultural não é transformar-se em ensino de memória.

A memória faz parte das lutas políticas. Cabe ao ensino de história fornecer instrumentos para se perceber como isso acontece no tempo e no espaço. A ética do ensino de história (o que equivale dizer a ética do conhecimento histórico) está no incentivo ao juízo reflexivo que abre espaço para a liberdade, inclusive para questionar a própria historicidade da história e da liberdade, levando-se em consideração que qualquer configuração do presente sobre o passado é parcial. Se fosse possível tudo resumir, poder-se-ia dizer que o objetivo dos estudos históricos é compreender que somos criadores e criaturas das temporalidades e que nossas opções sempre estão vinculadas ao modo pelo qual lidamos com o tempo.

Cabe ao ensino de história o interesse de enfocar os modos pelos quais o passado, em determinada situação histórica, é disputado, seduzido e conquistado. O passado, afinal, não é simplesmente aquilo que passou, e sim uma complexa composição subordinada aos interesses de quem aciona os jogos da memória. Não se trata, nessa perspectiva, de perceber como certos autores preenchem o tempo com acontecidos, porque é o acontecer que faz o tempo existir. Não há tempo sem ação, ou melhor, sem ação narrada. É no

modo de encadear os fatos que o tempo ganha volume e sentido. É na maneira de ajeitar o mapa do verbo existir que se cria a ideia do tempo dividido entre passado, presente e futuro.

“Pode-se narrar o tempo, o próprio tempo, o tempo como tal e em si?”, pergunta o narrador de *A montanha mágica* no início do capítulo VII, “Passeio pela praia”, desse romance de Thomas Mann. E ele próprio responde que, embora o tempo seja a condição da narrativa, quem se abalançasse a narrá-lo conseguiria, em vez de contar uma história, alinhar frases repetitivas abstratas do tipo “o tempo decorria, escoava-se, seguia o seu curso, e assim por diante...”, como alguém que “tivesse a idéia maluca de manter durante uma hora um mesmo tom ou acorde e afirmasse ser isso música. Pois a narrativa se parece com a música no sentido de que ambas dão um conteúdo ao tempo...”. A primeira preenche-o com a matéria dos acontecimentos na forma de uma sequência, a segunda mede-o e subdivide-o. Sem esse preenchimento, sem essa medida, fica-nos do tempo, que é invisível, como dele afirmou o filósofo Kant, um esquema vazio. Entretanto, o tempo “é o elemento da narrativa, assim como é o elemento da vida; está inseparavelmente ligado a ela, como aos corpos no espaço. É também o elemento da música...”. Eis o primeiro paradoxo que enfrentamos: para narrar – e também para criar musicalmente – precisamos do tempo. Mas somente a narrativa e a criação musical possibilitam divisá-lo em formas determinadas.⁷⁶

Dito isso, voltemos aos tempos do pai e do filho, tal como se mostram na ficção de Raduan Nassar. O problema é que, no final das contas, as escolhas que se fazem no ensino de história passam necessariamente por concepções de tempo, história e memória. Em nossas aulas, portanto, não cabe dar razão ao pai ou ao filho, porque história não é memória.

⁷⁶ NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995. p. 5.

Capítulo IX

APELOS E SEDUÇÕES DA MEMÓRIA

O que distingue o crescimento patrimonial contemporâneo dos precedentes é a rapidez de sua extensão, a multiplicidade de suas manifestações e seu caráter fortemente presentista, quando o presente tomou uma extensão inédita. [...] O passado atrai mais que a história; a presença do passado, a evocação e a emoção predominam sobre a tomada de distância e a mediação.

*François Hartog*⁷⁷

Não é descabido imaginar que, se fosse escrito hoje, o livro de E. Carr *O que é história?* incluiria, entre outros, o tópico “memória”. Em um congresso realizado no Institute of Historical Research de Londres, para avaliar e comemorar os 40 anos da obra (1961-2001), um dos palestrantes fez referência a isso de uma maneira muito clara:

Hoje em dia, o passado é genuinamente popular: de fato, talvez nunca tenha existido tanto interesse público pela história, não obstante a sua perda de importância no currículo escolar oficial (ou

⁷⁷ HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, n. 36, 2006. p. 272.

talvez por isso mesmo). Contudo, o passado que apela ao gosto popular não é, em termos gerais, o passado que os historiadores profissionais investigam e revelam. Atualmente, as áreas em franca expansão são a equivocadamente denominada “história familiar” – isto é, a pesquisa genealógica privada –, o chamado “patrimônio” e esse gênero de documentários televisivos a que na Inglaterra se chama *infotainment*. Carr não conheceu nem previu estas áreas.⁷⁸

No início do século XXI, em um livro que também carrega certo tom de manual ou de avaliação geral, Chartier dá conta do sucesso dessas “áreas” de que E. Carr não tratou, nem poderia tratar. A partir do que se discute na França, Chartier dedica algumas páginas às diferenças entre história e memória: enquanto a memória é tratada como produção vinculada às demandas existenciais das comunidades, a história é inscrita na ordem de uma reflexão crítica e pública.⁷⁹

Em seu parecer, as distâncias entre história e memória foram medidas com maior clareza com a publicação do livro de Paul Ricoeur, *A história, a memória, o esquecimento*. De fato, essa é uma obra de referência, destinada a permanecer por muito tempo no *ranking* das notas de rodapé. Por outro lado, não deixa de ser significativo perguntar-se sobre a eleição desse divisor de águas. Antes de Ricoeur, a distinção entre história e memória já havia sido posta e repostada, como se percebe, por exemplo, na abordagem de Pierre Nora.

Suspeita diante da história, a memória é tratada por Nora como objeto de estudo. É por isso que ele adverte: “não se celebra mais a nação, mas se estudam suas celebrações”.⁸⁰ Os “lugares de memória” existem porque, no mundo contemporâneo, não há mais a rede mnemônica que havia nas sociedades tradicionais. Sem essa memória vivida no cotidiano, os processos de modernização criaram lugares para lembrar, já que o próprio existir em sociedade não carregava mais a potência da

⁷⁸ FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. Epílogo: que é a história hoje? In: CANNADINE, David (org.). *Que é a História hoje?* Lisboa: 2006. p. 195.

⁷⁹ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 24.

⁸⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993. p. 9.

recordação coletiva e compartilhada. Daí o excesso recordativo, identificado como característica de um mundo fragmentado, perdido e em busca de um sentido para o tempo. Os “lugares de memória” são, portanto, “rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza”.⁸¹ No Brasil, como em outras partes do mundo, o termo fez sucesso e passou a ser usado não mais como recurso teórico, mas como solução conceitual para explicar museus, monumentos, arquivos, comemorações. Ora, nem é preciso dizer que a potência analítica da proposta entrou em declínio, na medida em que passou a frequentar explicações institucionais de variadas maneiras. Ignorou-se que Nora não pretendia criar uma teoria universal.

De qualquer modo, salta aos olhos a segurança de Chartier quando proclama a independência da história. Isto, a meu ver, não vem apenas por um suposto aperfeiçoamento de técnicas ou teorias, mas através de tensões constituídas pelo lugar que o termo memória vem ocupando no mundo contemporâneo. A “defesa da memória” assumiu proporções tão inesperadas que o tema passou a ser tratado de outra maneira. Tornou-se tarefa da teoria da história “desnaturalizar” o valor positivo da memória, não simplesmente como reação de um corporativismo disciplinar, mas para estudar as vias através das quais foram se constituindo certas necessidades ou certas demandas que passaram a se apresentar na qualidade de valores imprescindíveis.

Chartier avalia que a nossa conexão com o passado “está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas ou imaginárias...”. Daí vem a necessidade de estabelecer a reflexão sobre as condições que dão à escrita da história um poder de estruturar explicações e “representações” em torno da “realidade que foi”: “... essa reflexão participa do longo processo de emancipação da história com respeito à memória e com respeito à fábula, também verossímil”.⁸²

“A necessidade de afirmação ou de justificação de identidades construídas ou reconstruídas, e que não são todas nacionais, costuma

⁸¹ *Ibid.* p. 11.

⁸² CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 31.

inspirar uma reescrita do passado que deforma, esquece ou oculta as contribuições do saber histórico controlado”.⁸³ “Controlado”, nesse contexto, significa metodicamente pesquisado, com base em discussões teoricamente orientadas e debates sobre a ética dos que produzem saberes sobre o pretérito. Mas não é proposta apenas lançar a história contra a memória. O que se quer passa por uma postura bem mais complexa diante do desvio mnemônico realizado como parte integrante de muitos movimentos sociais: “Esse desvio, impulsionado por reivindicações frequentemente muito legítimas, justifica totalmente a reflexão epistemológica em torno de critérios de validação aplicáveis à ‘operação historiográfica’ em seus diferentes momentos”.⁸⁴

A referência ao termo “operação historiográfica” adquire, desse modo, valor central. Há, em toda obra de Chartier, uma declarada filiação à de Michel de Certeau, uma apropriação rigorosa e, ao mesmo tempo, afetiva, em um movimento criativo e propositivo. Não se pode dizer o mesmo sobre a obra de Paul Ricoeur, mas, a respeito de seu livro há pouco citado, a situação assemelha-se: Certeau emerge como base confiável para se pensar as tramas envolvidas na escrita da história. Refiro-me a isso de maneira mais detalhada porque é em Certeau, penso eu, que a teoria da história encontrou mais força para se tornar passível de investidas historiográficas, tornando-se, também, objeto de crítica.

Seria uma tarefa longa inventariar as posições que, nas últimas décadas, fazem essas fronteiras entre história e memória, com argumentos mais ou menos semelhantes. Cito, apenas como exemplo, Jean-Pierre Rioux, em seu texto sobre a moda da “emoção patrimonial”, que dá existência ao “*self-service* da celebração”:

É verdade que a memória sempre foi imperiosa e provocadora. Mas hoje ela desnuda e trespassa mais do que nunca. Causa também arrepios, jogando alternadamente com a nostalgia e a inquietação. Os Gregos haviam-no pressentido: a pequena Clio,

⁸³ *Ibid.* p. 30.

⁸⁴ *Idem.*

filha de Mnemósina e de Zeus, distrairá os deuses e conviverá com os poetas. O seu sopro, dizia Hesíodo, há de afagar para sempre os mortais, anunciando-lhes “o que será e o que foi”.⁸⁵

Seguindo a argumentação de Pierre Nora, Rioux tenta mostrar que, apesar da rede de seduções, não há união possível entre os procedimentos do saber histórico e a produção social das memórias: “colocar esta incompatibilidade de humor entre filha e mãe, entre Clio e Mnemósina, é um primeiro dever para o historiador”.⁸⁶

O livro de Beatriz Sarlo, *Tempo Passado*, inexplicavelmente ausente da bibliografia de Chartier, é certamente uma leitura que tem lastro e abertura para nutrir a renovação dos debates. Sua argumentação gira em torno do perigo que reside na supervalorização de relatos dos oprimidos por ditaduras recentes. E o que estaria em perigo? A própria história, em seu intuito de fazer pensar historicamente.

Não é o caso de identificar a origem da reflexão sobre a diferença entre história e memória, mas apenas de localizar, minimamente, a questão. A meu ver, isso não está presente nos debates dos últimos 20 ou 30 anos apenas como consequência de um suposto aperfeiçoamento de técnicas ou teorias, mas através de tensões constituídas pelo lugar que o termo memória vem ocupando no mundo contemporâneo. A “defesa da memória” assumiu proporções tão inesperadas e espetaculares que, no âmbito da produção historiográfica, o tema passou a ser recordado de outra maneira. Além de se consolidar a ideia de tratar a memória como objeto de pesquisa, emergiu mais uma carência no âmbito da teoria da história: mostrar que, mesmo fazendo parte dos jogos mnemônicos, a operação historiográfica não se confunde com a recordação de fatos mais ou menos isolados.

Em outros termos: tornou-se tarefa da teoria da história “desnaturalizar” o valor positivo da memória, não simplesmente como reação defensiva de um corpo disciplinar, mas para evitar a transformação de

⁸⁵ RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 307.

⁸⁶ RIOUX, Jean-Pierre. *A memória coletiva...* *Op. cit.*, p. 307.

todos os usos do passado em atividades da lembrança. Aí, vem se compondo, na escrita da história, o desafio de estudar as vias através das quais foram constituindo-se certas necessidades ou certas demandas que, nas práticas da recordação, passaram a se apresentar na qualidade de valores imprescindíveis.

Está em jogo a positividade transbordante da memória, sua imperiosa sedução para ser testemunha inquestionável do passado. Coisa que pode transformar a história em uma confusão de versões defendidas com a voracidade de quem se sente portador de uma defesa inquestionável. Chartier localiza a obra de Paul Ricoeur *A história, a memória, o esquecimento* como um divisor de águas: depois dela, há um fundamento de peso para se trabalhar com o tema. Obviamente, seria algo impertinente, ou infecundo, ficar imaginando outras fronteiras, que, sem dúvida, são igualmente (ou mais) legítimas, como Pierre Nora, Le Goff ou De Certeau.

O que quero destacar, longe de propor fronteiras alternativas, e apenas rapidamente, é que as posições mais incisivas sobre os perigos da memória no século XX não vieram da teoria da história, nem da filosofia, e sim da literatura. Basta citar George Orwell, Jorge Luís Borges ou Thomas Mann, autores que só recentemente têm chamado a atenção da historiografia. Refiro-me não a uma atenção para tratar a literatura como “fonte” (de pesquisa ou de doutrinação), mas como texto de posicionamento teórico e metodológico para o estudo das historicidades.

Não é de se estranhar, portanto, que, no plano da teoria, o livro-chave tenha vindo de uma autora que tem intimidade com a chamada “crítica literária”. *Tempo Passado*, de Beatriz Sarlo, logo se vê, é um livro corajoso, sobretudo porque mexe em algo demasiadamente delicado: a memória dos torturados. Seu destemor se concentra precisamente em afirmar que a história é um conhecimento necessário e indispensável. A autora não faz concessões às conveniências das políticas acadêmicas: “o espaço de liberdade intelectual se defende até mesmo diante das melhores intenções”.⁸⁷ O olhar é certo, e o alvo é o clã dos intelectuais. Como pensadora atuante, ela sabe

⁸⁷ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 20.

que a sobrevivência da intelectualidade nos dias atuais passa pelo exercício de cortar a própria carne.

“Não há equivalência entre o direito de lembrar e a afirmação de uma verdade da lembrança; tampouco o dever de memória obriga a aceitar essa equivalência”.⁸⁸ Uma crítica, portanto, à volta do valor absoluto do documento. Documento que, nesse enraizamento ontológico da memória, aparece não somente como fonte autêntica, mas como o próprio conhecimento. Ou pior: passa a funcionar na qualidade de critério da autenticidade a respeito do pretérito. Em outros termos, aquilo que deveria ser objeto de interpretação histórica transforma-se no próprio ato de conhecer, como se o passado fosse algo revelado.

Tempo Passado, explica Beatriz Sarlo, inspira-se em uma observação de Susan Sontag: “Talvez se atribua valor demais à memória e valor insuficiente ao pensamento”. Mas nada é tão simples assim. Ao concluir que “é mais importante entender do que lembrar”, a autora adverte que, para entender, “é preciso lembrar”.⁸⁹ No final das contas, está se compondo não uma condenação à memória, mas uma reflexão sobre a defesa da memória, sobretudo aquela defesa que só sabe se defender, sobre a qual não se pode exercer o pensamento e através da qual o poder repressivo exerce controle, nas instituições ou nas relações cotidianas. Há, é verdade, uma confiança exagerada na história. Certas vezes, Beatriz Sarlo atribui à história uma espécie de messianismo científico. Mas, de qualquer modo, vale a pena observar os seus argumentos.

No Brasil, uma das primeiras manifestações sobre os perigos da autoridade da memória diante da pesquisa histórica veio de José Honório Rodrigues, em 1981: “Ultimamente, tem havido verdadeiro abuso da palavra ‘memória’, sobretudo quando aplicada à defesa do patrimônio histórico. Ora, na verdade, esse uso da palavra desprestigia e menospreza a cultura histórica”. Como era do seu feitio, ele argumenta que, a partir da ignorância sobre o papel e a responsabilidade pública do “Arquivo Nacional”, os erros começaram a aumentar.

⁸⁸ *Ibid.* p. 44.

⁸⁹ *Ibid.* p. 22.

Exemplo: “Fundação Pró-Memória! Pró-memória de quê e de quem? A iniciativa dessa ideia não honra o Ministério da Educação e Cultura e surgiu de alguma cabeça sem nenhuma experiência de historiador”.⁹⁰

Assim como E. Carr, José Honório não previu o sucesso da memória, mas chegou a identificar o problema diante dos rumos institucionais. De qualquer modo, sua preocupação é um indício dos temas que seriam posteriormente tratados, obviamente não a partir do que ele entendia como história, mas certamente com preocupações que ele, ao seu modo, tentou explicitar.

⁹⁰ RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 45.

Capítulo X

OS TRABALHOS DA MEMÓRIA NO ENSINO DE HISTÓRIA

Fomos empurrados para definir aquilo que se chamam 'identidades'. Deram-nos para isso um espelho viciado. Só parece refletir a 'nossa' imagem porque o nosso olhar foi educado a identificarmo-nos de uma certa maneira. [...] Onde deveríamos ver dinâmicas vislumbramos essências, onde deveríamos descobrir processo apenas notamos imobilidade.

*Mia Couto*⁹¹

Quando é transformada em bandeira de luta, em salas de aula e nas chamadas “instituições culturais”, a atual “defesa da memória” gera uma confusão que merece ser melhor explicitada. Refiro-me à volta (ou à revolta) de narrativas que identificam o passado com a “testemunha”, com base na própria legitimidade da memória e, portanto, sem o reconhecimento das particularidades autolegitimadas. Urge, então, o debate sobre a chamada “diversidade da memória”, que, pelo menos em princípio, não se confunde (ou não

⁹¹ COUTO, Mia. *Pensatempos: textos de opinião*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005. p. 156.

deveria se confundir) com escrita da história. Depois do século XX, pelo menos uma conclusão parece ser mais consensual entre os teóricos: a história não é escrita com o intuito de exibir as variações mnemônicas e sim no vínculo inegociável com problematizações sobre as relações que o presente estabelece com o passado, incluindo aí as maneiras de lembrar socialmente compartilhadas, em jogos de acordos e disputas.

O tempo mudou, mudando também a contagem do tempo. Nas últimas décadas, e por muitos meios, “identidade”, “memória” e “etnia” transformaram-se em palavras de ordem. Repito: de ordem. O que antes parecia ser em benefício da reflexão historicamente fundamentada vem se transformando, muitas vezes, em selo de qualidade para projetos oficiais (ou alternativos) supostamente participativos. O passado passa a ser “resgatado” para servir de alimento aos movimentos de “reconstrução de identidades” e “valorização étnica”.

O que prevalece, em muitos casos, é o direito à memória e não o direito à história. Ou melhor: o que predomina é a confusão entre esses direitos, transformando a história em acúmulo de memória ou dando à memória a qualidade de história verdadeira.

Os museus, nesse caso, tornar-se-iam lugares de ensino de história na medida em que a memória fosse tratada como fonte de conhecimento e não simplesmente como algo já conhecido. É claro que não dá para eliminar a memória, isso seria como esvaziar o ser humano, tirar-lhe a sua condição de ser cultural. Não é possível entender que a história está livre das armadilhas mnemônicas. Mas, se um museu pretende ser educativo, necessariamente deve existir o cultivo da crítica historicamente fundamentada. Afinal, não se trata apenas de promover o reconhecimento, mas o próprio conhecimento, que incomoda na medida em que conhecer não é confirmar o que se sabe.

Nessa direção, não se deve confundir tema de estudo com defesa de um tema. Pensar que estudar os índios é defender os índios é a mesma coisa que imaginar que estudar o nazismo é defender o nazismo. Aliás, nunca é demais repetir que a qualidade de uma pesquisa não se mensura pelo tema e sim pela articulação entre problema, teoria, métodos e fontes.

Articulação, vale destacar, que se torna densa na medida em que é criadora e criatura da reflexão crítica, feita na liberdade e para a liberdade de se pensar sobre as relações entre passado, presente e futuro. Essas noções, tão elementares para quem pesquisa com critérios e compromisso com o saber, precisam ser evidenciadas não somente no ato de pesquisar, mas também quando são observadas as maneiras pelas quais as políticas públicas partem em defesa do dito “patrimônio histórico” ou de outras categorias naturalizadas pela repetição das assessorias de imprensa.

Sendo assim, o debate sobre o conhecimento da história, em salas de aula ou em museus, não deveria amenizar a diferença entre história e memória. Mesmo com as muitas semelhanças, uma não se confunde com a outra. O conhecimento histórico pressupõe um trabalho teoricamente orientado e constantemente submetido a critérios publicamente discutidos e constantemente passíveis de crítica e autocrítica. A memória é algo muito mais abrangente, vincula-se ao modo pelo qual as culturas fazem relações entre passado, presente e futuro. Enquanto a história criou o hábito de pensar sobre suas fontes e suas considerações, a memória encarrega-se de lembrar, com a crença de trazer ao presente o que se passou ou ainda se passa, a partir de certos valores que podem, ou não, reivindicar validade universal. A história, sobretudo nas últimas décadas, trata a memória como objeto de estudo, como fonte para reflexões sobre o modo pelo qual as sociedades lembram, como documento sobre o papel das recordações nas várias dimensões da vida cotidiana, como a religião, a política, a família, a festa etc. O contrário não se dá, ou seja, a memória não estuda a história, assim como a saúde não estuda a medicina. Desse modo, cabe perguntar sobre as responsabilidades da história diante da memória.

A defesa de identidade pressupõe a defesa do passado. Quando um grupo de pessoas se define em um espaço cultural com fronteiras definidas, há necessariamente requerentes de acontecimentos fundadores e de determinados jogos de continuidade. O passado é assediado e funciona como deferimento para as lutas do presente, legitimando-as de uma maneira radical, porque o termo “história” assume a condição de sentido do tempo, que se realiza nas pessoas, mas está para além delas, na medida em que evidencia uma ordem transcendental.

Jay Winter, em suas investidas em torno dos usos contemporâneos da recordação, conclui que “a criação e a disseminação de narrativas sobre o passado surgem de e expressam políticas de identidade”. Como exemplo, ele cita o Memorial Nacional do Holocausto no Mall de Washington, feito para expressar o “orgulho judeu-americano”: “o museu expressa uma história sem medida em uma gramática que vive em um hífen, o hífen da política-étnica”. O sucesso foi e é estrondoso, chamando grande e variada quantidade de visitantes. O efeito de uma estrutura cuidadosamente montada, conforme Winter, não é de pouca monta: “... nos inscreve desde o começo em uma família de enlutados, que, entre outras coisas, é uma família judia”. E o apelo para o público não é de menor proporção: “Orgulho e tristeza étnicos estão presentes lá em partes iguais”.⁹²

O caso citado por Winter é particular, mas também é indício de um movimento mais geral de valorização da memória e pode servir para inspirar estudos sobre situações diferenciadas. Assim, vale questionar a respeito do modo pelo qual as recordações fazem parte da construção de identidades e, portanto, da diversidade cultural convocada na qualidade de “direitos culturais”, que não podem ser entendidos simplesmente como o direito de ser diferente.

É por isso que Alain Touraine adverte que os direitos culturais não devem ser considerados como uma extensão dos direitos políticos. Enquanto os direitos políticos são concedidos a todos os cidadãos, os direitos culturais protegem populações específicas: “É o caso dos muçulmanos, que exigem o direito de fazer o ramadã; é também o caso dos gays e lésbicas, que reclamam o direito de casar”. Não se trata, simplesmente, do “direito de ser como os outros”. O que se reivindica é a possibilidade de “ser outro”. O multiculturalismo entra em colisão com o universalismo abstrato das Luzes. Além de visar à proteção da diversidade, afirma que “cada um, individual ou coletivamente, pode construir condições de vida e transformar a vida

⁹² WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006. p. 71.

social em função de sua maneira de harmonizar os princípios gerais da modernização com as ‘identidades’ particulares”. O “direito à diferença”, segundo Alain Touraine, é um termo incompleto e mesmo perigoso, pois a “diferença cultural” não pode ser vista de maneira isolada na medida em que se relaciona com uma economia cada vez mais mundializada. Assim pensado, o multiculturalismo “exclui a ideia de que a modernidade reina acima de todos os atores sociais, e igualmente a de que uma única cultura seria capaz de responder às exigências da modernidade”.⁹³

Se, por um lado, a própria afirmação cultural se institucionaliza e se legitima como resistência aos sistemas opressivos, não se pode negligenciar, por outro lado, o exercício de análise sobre a proliferação da intolerância e dos preconceitos que nascem e crescem exatamente no chão adubado pelo “direito à diferença”. Conflitos no presente, nessa perspectiva, não são somente do presente, porque estão calçados em direitos supostamente adquiridos em dívidas que se acumulam no tempo. O re-sentimento alimentado pela memória passa a impedir o re-pensar sobre a convivência.

A tão falada “busca das raízes”, ressalta Teixeira Coelho, foi e é uma “operação que sempre cobrou seus tributos em sangue”. Mas não é fácil cultivar o debate sobre as muitas desigualdades e as várias injustiças cometidas em nome de certas “identidades”. Como era de se esperar, essa via de questionamento “não é uma ideia nada oportuna para o ideólogo de partido que deve gerar chavões cuja finalidade primeira é ajudar seu grupo a conquistar o poder e, uma vez no poder, ali se perpetuar”.⁹⁴

Por outro lado, mas nessa mesma direção de crítica à ontologia da identidade, David Rieff chega a dizer que a liberdade do multiculturalismo, defendida pelos acadêmicos e pelas “ONGs”, acabou incentivando o “multiculturalismo do mercado”. A demanda pelo consumo

⁹³ TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 171.

⁹⁴ COELHO, Teixeira. *A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. p. 15.

diferenciado ficou “cada vez mais ansiosa por deixar entrar mulheres, negros, gays e outros grupos marginalizados”. Na medida em que “o capitalismo lucra com as novas mercadorias da diversidade”, esvazia-se o sentido contestatório do multiculturalismo.⁹⁵

A transformação da memória em mercadoria valeu a pena, houve um enorme “boom” de consumo do passado X em filmes, livros, artigos e, mais recentemente, na internet e na televisão. Há toda uma indústria dedicada a “exibições de grande impacto” em museus, cujos visitantes parecem responder cada vez mais a shows espetaculares.⁹⁶

Nada garante que as boas intenções do multiculturalismo permanecem no decorrer do percurso, como alerta Alain Touraine: “acontece que os movimentos sociais se degradam até se transformarem no contrário deles mesmos”. Afirmções de crítica à violência contra certas minorias descambam para a violência contra outras minorias, que passam a ser consideradas como heréticas.

O que é que faz um movimento deixar de ser “social” para ser uma “obsessão da identidade”? – Alain Touraine pergunta. A resposta vem a partir de casos específicos, mas se estende a uma infinidade de situações: “Quando o movimento de libertação nacional se transforma em nacionalismo, quando a luta de classe se reduz a um corporativismo, quando o feminismo se limita à supressão das desigualdades entre homens e mulheres”.⁹⁷

Se a “defesa da memória” anda sempre de mãos dadas com a “defesa da identidade”, caberia, então, propor estudos (públicos e independentes) sobre as “defesas da memória”; quer dizer, uma linha de pesquisa preocupada com história das muitas formas de lutar pelo passado no decorrer do tempo. Estaria em pauta o estudo em torno das apropriações do pretérito na constituição das identidades.

⁹⁵ WINTER, Jay. *A geração da memória...*, p. 78.

⁹⁶ *Idem*.

⁹⁷ TOURANE, Alain. *Um novo paradigma...*, p. 177.

Obviamente, o desempenho do conhecimento historicamente fundamentado não se faria nas campanhas de pacificação, nem nas convocações de guerra. O importante seria fornecer meios através dos quais as lembranças fossem inseridas em um campo de pensamento apto a entender a própria construção histórica das tensões socialmente constituídas. Nessa linha de raciocínio, teríamos uma compreensão mais ampla sobre aquilo que os “gestores da cultura” vêm chamando de “defesa de memórias das minorias”.

O saber da história na atualidade, com sua precariedade conclusiva e sua vocação para a interdisciplinaridade, pode dar alguma contribuição a esse debate na medida em que a memória passe a ser tratada como manifestação de indivíduos ou grupos que se fazem em tensões sociais, com interesses que nem sempre são explicitados. Assim, a memória perde sua redoma de sacralidade e começa a integrar o campo de investigações sobre as mudanças e permanências das sociedades. Além disso, a memória torna-se passível de ser avaliada, não em tom jurídico ou laudatório, mas a partir de éticas publicamente explicitadas e valores que apontam para o campo do devir. Devir não como pagamento de dívida, nem dever do destino, mas campo possível, enredado em passados que poderiam ter sido e assumiram a condição de utopia.

Nessa direção, Todorov lançou um desafio que não pode ser ignorado. “O passado”, escreve Todorov, “poderá contribuir tanto para a constituição da identidade, individual ou coletiva, quanto para a formação de nossos valores, ideais, princípios”. Mas os valores, os ideais e os princípios não são autoevidente, ou melhor, não podem ser impostos apenas “porque são nossos”.

O passado pode alimentar nossos princípios de ação no presente; mas nem por isso nos revela o sentido desse presente. O racismo, a xenofobia, a exclusão que hoje atingem os outros não são idênticos àqueles de cinquenta, cem ou duzentos anos atrás, não têm nem as mesmas formas nem as mesmas vítimas. A sacralização do passado o priva de toda eficácia no presente; mas a assimilação pura e simples do passado ao presente nos deixa cegos diante dos dois, e por sua vez provoca a injustiça. Pode parecer

estreito o caminho entre sacralização e banalização do passado, entre servir ao próprio interesse e fazer exortações morais aos outros; e no entanto ele existe.⁹⁸

É ingenuidade acreditar que o passado tem como destino dirigir-se ao presente. A rigor, é o presente que insiste em se vincular a um suposto passado, que daria continuidades e diferenças em relação ao que se tem ou ao que se deveria ter. A identificação do esquecimento por aqueles que são assediados pelo desejo de lembrar é, portanto, a denúncia da memória que se vê sempre de maneira positiva e bem-vinda. O esquecimento esquecido (quer dizer, não percebido) é a transformação, a mudança, a presença do presente que se livra efetivamente do pretérito, não como ruptura radical, mas como movimento que cede espaço ao devir. O esquecimento denunciado, nessa lógica narrativa do cultivo mnemônico, é sempre o vilão, que também tem suas memórias, seus interesses em produzir o passado.

História e memória estão no mesmo terreno de construção de sentido para o tempo. Ambas são facas de dois gumes: cortam o presente e o futuro, ao mesmo tempo. A diferença estaria nos procedimentos que regem o uso dos cortes e nas maneiras de fazer as costuras. A memória, ao contrário da história, não pensa sobre si mesma de maneira sistemática, não aceita, em princípio, a memória dos outros, porque o direito a ter outras memórias já pressupõe, de alguma maneira, um exercício metódico que caracteriza a história. Mas a história não é simplesmente um saco de gatos. Também está longe de inventários da diversidade, das sínteses conciliatórias ou relativismos da charmosa preguiça que delinea a pós-modernidade.

A memória, sempre pronta para se defender de outras lembranças, faz parte da própria existência de indivíduos e grupos sociais, apresenta soluções de continuidade e rompimento, fundamentais em qualquer configuração cultural. A história não está livre dessas vinculações, é preciso reconhecer. Dependendo das filiações,

⁹⁸ TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem*: indagações sobre o século XX. São Paulo: Arx, 2002. p. 207.

há na escrita da história maior ou menor peso nas alianças com a memória, mas sempre emerge uma diferença, através da qual são estabelecidas as fronteiras: a missão da história está em apresentar problemas, não só como fundamento do próprio saber, mas como princípio ético de validação do ato de conhecer.

A saída, desse modo, não seria o esquecimento, ou simplesmente o acirramento dos combates mnemônicos, mas a história atenta a esse processo social e conflitivo dos modos pelos quais as recordações circulam ou deixam de circular. História e memória, nessa perspectiva, até podem ser amigas, mas nem tanto, nem por muito tempo, na medida em que possuem meios e fins que não combinam. Em seus apetites pelo passado, história e memória até sofrem a sedução da via conciliatória e não é raro encontrar essa diplomacia, mas, nesses acordos, o que se vê é a diluição das fronteiras e a consequente mistura que passa a justificar sem argumentar, que afirma a diferença sem afirmar o direito à igualdade. Não dá para ceder impunemente. As cooperações possuem preço, quase sempre escondido, como se preço não tivessem. Assim, nunca é demais ressaltar que o compromisso do saber histórico tem determinadas exigências, sem as quais o saber deixa de ser historicamente definido.

Enfim, o debate é longo, sobretudo porque é difícil admitir que, apesar de tantas mudanças, continua a valer o raciocínio discriminador, que procura saldar dívidas do passado com caridades no presente. Essa penitência mnemônica, com forte apelo sentimental, tem servido muito mais ao mercado da sociedade de consumo do que propriamente a transformações nas relações de dominação cultural.

A luta pelas “memórias das minorias” seria, então, um nacionalismo em miniatura? Em certos casos, tudo indica que sim. E, em algumas situações, a defesa mnemônica tem se tornado tão autoritária quanto os nacionalismos em tamanho natural, de direita ou de esquerda. A situação, portanto, não é simples. Solicita intervenções urgentes, porém pacientes, em um longo trabalho de pesquisa sobre os movimentos de reivindicação que buscam no passado formas e desejos de luta do presente.

Sendo assim, a história dos negros, dos índios ou de outros grupos que no passado sofreram algum tipo de dominação ou massacre

não deveria simplesmente ceder aos apelos da memória em seu desejo de “resgatar o passado”, dando-lhe o caráter estereotipado que elimina contradições e comparações. No Brasil, esse debate vem ganhando corpo e alma, mas ainda há uma considerável imprecisão teórica, inclusive nutrida pela própria lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira”.⁹⁹

Se fosse possível resumir a multiplicidade de desafios que o ensino de história enfrenta ao se sentir envolvido pelas seduções da memória, poder-se-ia afirmar que, apesar do debate, permanece em voga a legitimidade autoritária do passado em função de uma liberdade messiânica do presente. Na aparente mudança a favor das diferenças, fica intacta a ideia do passado essencialmente autêntico, simplesmente à espera do resgate. A chamada “visão crítica” transforma-se em “crítica da visão”. Em vez de problematizar o modo pelo qual “vemos” ou deixamos de “ver” os muitos indícios que o passado deixou ou destruiu, o papel do conhecimento se resume ao ato de criticar a “visão”, com o objetivo de encontrar o ângulo certo e a lente adequada.

⁹⁹ PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história do imediato contexto pós-Lei n. 10.639. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 21-43, 2008.

Capítulo XI

A IDENTIDADE AINDA SERÁ A ESPINHA DORSAL DOS MUSEUS?

Se o passado nos chega deformado, o presente deságua em nossas vidas de forma incompleta. Alguns vivem isso como um drama. E partem em corrida nervosa à procura daquilo que chamam a nossa identidade. [...] Outros acreditam que a afirmação de sua identidade nasce da negação da identidade dos outros. O certo é que a afirmação do que somos está baseada em inúmeros equívocos.

Mia Couto¹⁰⁰

O título, desde já esclareço, foi inspirado no texto que Le Goff publicou em 1971, na *Historical Studies Today*: “A História política continua a ser a espinha dorsal da história?”¹⁰¹ Sua preocupação era com o poder de sobrevivência da velha história política, cronológica e teleológica, e sobretudo com as dificuldades para se fazer circular o debate a respeito de novas propostas sobre o estudo do mundo político. Daí, não parece descabida a adaptação da pergunta

¹⁰⁰ COUTO, Mia. *Pensatempos: textos de opinião*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005. p. 14.

¹⁰¹ LE GOFF, Jacques. *O imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 351-367.

para o intuito aqui constituído, que é uma abordagem a respeito do confronto entre a persistência da noção de identidade e os novos desafios da teoria da história diante dos museus.

Antes de tudo, é preciso perceber que o multiculturalismo pressupõe o multimemorialismo. Muitas memórias para a afirmação de muitas culturas, na medida em que as lembranças convocam legitimidades no decorrer do tempo. Assim afirma-se, de algum modo, alguma continuidade: se é mais ou menos aquilo que os ancestrais já foram e não deixaram de ser, porque deixaram descendentes. A memória assim considerada vive de acreditar em heranças, veladas ou reveladas. É assim que o presente se vê ligado ao passado. Sem passado, é como se a cultura não tivesse força para se afirmar diante das outras. Por outro lado, as culturas querem exatamente romper com o passado, denunciando-o e afastando-o como formas de estabelecer relações justas e em pé de igualdade.

É assim que movimentos indígenas querem, ao mesmo tempo, romper com o passado de massacres e recuperar o passado dos costumes massacrados. Não é linear o que se quer do pretérito. Ora emergem herdeiros convictos, apesar da falta de testamentos. Ora se insurgem herdeiros que se deserdam, mesmo com os pais ainda vivos. Na construção das “identidades”, os usos do passado são absolutamente necessários, mas não se fazem em linha reta.

Pascal Bruckner¹⁰² adverte, nesse sentido, que o tão falado “dever da memória” não pode ficar somente no reclamar de vítimas e argumentos judiciais, acompanhado por uma querela sem fim entre os descendentes dos descendentes. Não esquecer nunca, isso seria perpetuar ressentimentos e alimentar novos sofrimentos, sobretudo na pele dos que já sofreram. A memória, além de se dirigir ao passado, deveria fazer alianças com um futuro diferente. Livre do re-sentimento e, portanto, livre para re-pensar. Disponível para re-avaliar os critérios

¹⁰² BRUCKNER, Pascal. *A tirania da penitência: ensaio sobre o masoquismo ocidental*. Rio de Janeiro: Difel, 2008. p. 179.

que orientaram as denúncias, os julgamentos, as réplicas, as trélicas, as culpas e as punições.

Comprometer-se com a circulação da crítica da história deveria ser a tarefa dos herdeiros de catástrofes traumáticas, como é o caso da escravidão ou dos regimes autoritários. Estaria no desafio de cada dia o instável e difícil equilíbrio entre afirmação e negação do passado. O dever da memória seria desvinculado do dever de penitência e o conhecimento sobre o passado passaria a ser responsabilidade (primordial, mas não isolada) do conhecimento histórico, que não se confunde com tribunais, mas não se desvincula de seu fundamento ético de anúncio e denúncia sobre os modos pelos quais os seres humanos se relacionam.

A melhor vitória sobre os exterminadores, torturadores, negreiros de ontem, é a coexistência, doravante possível, de populações, de etnias que os preconceitos, as mentalidades decretavam no passado incompatíveis, é o acesso dos antigos dominados à categoria de semelhantes, seu engajamento em uma aventura coletiva.¹⁰³

Antes de “lugares de memória”, do que se precisa é da construção de “lugares de história”. Monumentos? Museus? Talvez não, mesmo com a boa vontade das muitas e variadas renovações. Talvez sim, se as maneiras de indagar saírem de certas amarras. Carecemos de outras perguntas, como mostra Hugo Achugar: “Existe uma justiça do monumento? É possível uma justiça em nossas sociedades democráticas que dê conta da tensão entre esquecimento e memória?”¹⁰⁴

A questão, sempre carente de mais diálogo, torna-se um desafio para a interpretação sobre as lutas sociais e os modos pelos quais a memória assume papel de destaque nas afirmações de grupos em disputa. Cito um caso, descrito e comentado pelo prof. Ulpiano Bezerra de Meneses, para mostrar a diferença entre colocar “a identidade como objetivo” ou fazê-la emergir como “objeto do museu”:

¹⁰³ *Idem.*

¹⁰⁴ ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte cultura e literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 183.

Há alguns anos, na gestão de Jaime Lerner como prefeito de Curitiba, projetou ele a criação de 'portais étnicos' (espaços, nas entradas da cidade, dedicados às diversas colônias de imigrantes que integram a população paranaense). Não conheço detalhes do projeto, pois fui apenas consultado de improviso, numa reunião de museólogos, sobre dificuldades que estavam surgindo no entendimento das diversas comunidades entre si. Após reuniões iniciais cheias de cordialidade e expectativas, logo entraram em ação os mecanismos de fronteiras e estabeleceu-se a Torre de Babel pela valorização identitária, às custas da desqualificação uns dos outros. Em resposta à solicitação que me foi feita, respondi que o curso que o projeto havia tomado era previsível e que a única maneira de mudar o rumo era substituir a auto-representação narcisística que de si gerariam os poloneses, os ucranianos, os italianos, os portugueses etc. pela representação que cada comunidade fazia de seu *alter ego*, ou mesmo de seu "outro situacional": por exemplo, os poloneses dos ucranianos e vice-versa, os italianos dos portugueses e vice-versa e entrecruzando os focos. Embora a receita fosse drástica, seria excepcional oportunidade de trazer à luz o que são, para que servem e como funcionam as identidades.¹⁰⁵

Nessa direção, o autor também cita o *Tower Museum*, na cidade de Derry, Irlanda do Norte. Diante de uma comunidade dividida (protestantes e católicos), o museu aberto em 1972 não teve como missão trazer a paz e sim "prover as comunidades daquilo de que elas não dispunham: distância para ver o quadro todo das experiências vividas". Não foi trilhado o caminho da preguiça mental que geralmente ronda as exposições e, no final das contas, foram constituídos instrumentos de diálogo. Não foi fácil, porque a experiência exigia pesquisa e segurança teórica: "A exposição *Divided history, divided city* (1995) foi uma iniciativa honesta e corajosa, que permitiu expor [...] a história mitificada de ambos os adversários, registrando versões alternativas e permitindo comparação e análise". O resultado não poderia ser mais alvissareiro:

¹⁰⁵ BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: SANTOS, Afonso; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça. (org.). *Museus & Cidades*: livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004. p. 266.

“[...] provocou muita discussão, mas não foi rejeitada por nenhuma das comunidades em contenda”.¹⁰⁶

Atualmente, os grupos classificados de “minorias”, que buscam delimitar fronteiras a partir das diferentes pretéritos, estão exercitando determinadas maneiras de construir sentido para a vida e para a luta pela vida, mas o próprio conceito de “minorias” pode levar ao jogo inverso da “maioria”. Assim, a memória assume o tom bélico de autoafirmação e, ao mesmo tempo, de negação autoritária de tudo aquilo que compromete aquilo que se afirma. O movimento a favor da diferença descamba para uma cruzada contra a igualdade. Ora, “ser igual” se definiria, em plano ideal, em dar a cada um, de maneira igualitária, o direito de ser diferente, na medida em que a distinção não se transformasse em rebaixamento de ninguém.

Nesse sentido, vale a pena citar Mia Couto, mais uma vez:

África tem sido sujeita a sucessivos processos de essencialização e folclorização, e muito daquilo que se proclama como autenticamente africano resulta de invenções feitas fora do continente. Os escritores africanos sofreram durante décadas a chamada prova de autenticidade: pedia-se que os seus textos traduzissem aquilo que se entendia como sua verdadeira etnicidade. Os jovens autores africanos estão-se libertando da ‘africanidade’. Eles são os que são sem que necessitem de proclamação. Os escritores africanos desejam ser tão universais como qualquer outro escritor do mundo.¹⁰⁷

Caberia duvidar não só dos monumentos autoritários, mas da própria ação de dar a algo, a qualquer coisa, o sentido de materialidade memorável. É por isso que Achugar pergunta como seria “um monumento democrático”, ao mesmo tempo que em se questiona “qual seria a memória não autoritária”: “É possível essa memória, esse monumento democrático? Democracia é sinônimo de consenso? É desejável

¹⁰⁶ *Ibid.* p. 267.

¹⁰⁷ COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano e outras interinvenções*. Lisboa: Editorial Caminho, 2009. p. 24.

o monumento consensual? Talvez, a pergunta chave seja: as democracias contemporâneas necessitam de monumentos?”¹⁰⁸

“Ao lado de uma língua que nos faça ser mundo”, escreve Mia Couto, “deve coexistir uma outra que nos faça sair do mundo. De um lado, um idioma que nos crie raiz e lugar. Do outro, um idioma que nos faça ser asa e viagem”.¹⁰⁹ Não é à toa a recorrência quase insistente a citações de Mia Couto. Formam, em certa medida, um texto paralelo, em diálogo com os argumentos que procuro costurar. Mais especificamente em confluência com o que proponho como debate, destaco a posição de Mia Couto em torno da língua nos territórios africanos. Ele não nega, evidentemente, que os escritores enfrentam um “drama linguístico”, decorrente da violência colonizadora que retalhou o território em nações e tentou padronizar tudo a partir das línguas europeias. O que ele nega é a exclusividade desse drama. “A verdade, meus amigos, é que nenhum escritor tem ao seu dispor uma língua já feita”, observa Mia Couto.¹¹⁰ Então, é sempre preciso criar e recriar, configurar e reconfigurar. Mas, seu raciocínio não para por aí, porque tal falta de acabamento, universal e não somente africana, não é apenas uma característica da literatura, porque tem sido o próprio alimento de todas as artes, sua razão mais profunda de existir.

Além disso, há um aspecto político, que Mia Couto expõe a partir da constatação do sociólogo indiano André Béteille: “Conhecer uma língua nos torna humanos; sentirmo-nos à vontade em mais que uma língua nos torna civilizados”. “Se isto é verdade”, conclui Mia Couto, “os africanos – secularmente apontados como os não-civilizados – poderão estar mais disponíveis para a modernidade do que eles próprios pensam”. O porquê dessa disponibilidade é simples quando se constata que quase todos os africanos dominam mais de uma língua africana, e, para completar, sabem alguma língua europeia. Assim o que normalmente é tido na categoria de problemático pode se transmutar em potência do devir: “porque a nossa habilidade de políglotas nos

¹⁰⁸ ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca...*, p. 169.

¹⁰⁹ COUTO, Mia. *op. cit.*, p. 25-26.

¹¹⁰ *Ibid.* p. 26.

pode conferir, a nós africanos, um passaporte para algo que hoje se tornou perigosamente raro: a viagem entre identidades diversas”.¹¹¹

Também partindo desse tipo de elogio ao verbo viajar, a filosofia de Michel Serres entra em sintonia com a ficção de Mia Couto. Ao conceder uma entrevista na casa de Júlio Verne, Michel Serres explica que essa é uma casa peculiar, quando comparada com as habitações de outros intelectuais: “Proust habita sua intimidade, Rousseau depara com sua interioridade, enquanto o hábitat de Júlio Verne se estende para o exterior do mundo”. Assim, a noção de fronteira passa a ser outra: “nômade, Júlio Verne ensina a viajar para que a humanidade construa a sua casa primordial e global: o planeta”.¹¹² O racismo seria exatamente a perda do desejo de viajar. Desejo que é abafado pela “paixão da pertença”, uma espécie de epidemia que se assemelha ao corporativismo, mas ainda mais poderosa e trágica, até porque tem sido “pouco descrita”.¹¹³ Nesse raciocínio, o racismo consiste em tratar uma pessoa (ou tratar a si mesmo) somente a partir de uma das suas pertenças: negro, índio, católico, judeu, brasileiro, macho...

“O racismo define-se muito simplesmente”, adverte Michel Serres. Trata-se, no final das contas, de uma confusão entre a pertença e a identidade: “dizer identidade masculina ou nacional equivale a confundir uma categoria e uma pessoa ou a reduzir o individual ao coletivo”. Quer dizer, o racismo é um “erro de lógica, construtor de um clã local” e formador de “um grupo de pressão”.¹¹⁴

Além disso, ou exatamente por isso, está em jogo no racismo a invenção do “estrangeiro”, dispositivo ancestral e moderno, eficaz e falho, atraente e repelente, dispositivo cuja ambiguidade precisa ser enfrentada e cujas características precisam ser melhor explicitadas, inclusive a partir da psicanálise, aliás um dispositivo com o qual a manipulação política cada vez mais explora a fabricação de “verdades” na

¹¹¹ COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano...*, p. 26.

¹¹² SERRES, Michel. *Júlio Verne: a ciência e o homem contemporâneo – diálogos com Jean-Paul Dekiss*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 152.

¹¹³ SERRES, Michel. *Atlas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. p. 202.

¹¹⁴ *Ibid.* p. 201-202.

medida em que dá determinados sentidos aos processos de constituição dos “sujeitos”.¹¹⁵

Viagem no espaço para um saber mais aberto ao outro, mas também viagem no próprio saber, que alimentaria a existência de um mundo mais transitável e, portanto, menos intransigente. Disso, Michel Serres e Mia Couto não têm a menor dúvida. E até pode-se dizer que isso tem sido a bandeira que eles fazem tremular. Não uma bandeira branca, cor que sintetiza as outras e convoca o consenso, e sim uma bandeira de retalhos costurados. Nem sempre a mesma bandeira, mas sempre brincando com os limites, para fazê-los existir sem a velha necessidade da alfândega e do policiamento. A vida do filósofo e a vida do escritor parecem formar uma outra obra, na verdade impossível de ser escrita, mas que não se desvia do que eles escrevem.

Filósofo reconhecido, o francês Michel Serres não se cansa de dizer que sua formação básica foi em matemática, acompanhada por prolongadas experiências no transporte náutico, no alpinismo e um constante esforço para interagir com a física e a química. Ficcionalista igualmente reconhecido, o moçambicano Mia Couto diz que sua primeira profissão foi de biólogo, que ele não abandonou nem pretende abandonar, porque ele não admite para si a ideia de ser apenas escritor.

¹¹⁵ “[...] Freud foi o primeiro a falar da civilização do ponto de vista do analista, a falar de um mal-estar, chamando a atenção para a relação, no mínimo complexa, que o humano mantém com seu semelhante, já que o fundamento de todo amor é narcísico e que não há amor entre irmãos sem a rejeição dos estrangeiros. É por isso que é sempre possível unir os homens entre si, sob a condição de deixar alguns outros de fora, para podermos dirigir nossa agressividade contra eles, uma vez que esta, longe de ser mera reação de defesa do indivíduo em perigo, está no âmago do desejo humano, instrumento e causa de seu prazer. É como forma de mal-estar na civilização que o analista pode abordar o destino do estrangeiro na *polis* – o racismo –, relacionando o inconsciente freudiano com as transformações sociais e históricas do mundo contemporâneo. [...] Desde que Freud chamou nossa atenção para o fato de que a segregação é anterior à fraternidade, a questão problemática do indivíduo com o grupo não perdeu sua atualidade [...]. Enquanto manifestação do mal-estar na civilização, o racismo tem a ver não apenas com um determinado dispositivo social como também com a estrutura do sujeito, razão pela qual pode ser abordado pela psicanálise como um sintoma social e histórico, significado pelo Grande Outro, algo capaz de mudar com o tempo, acompanhando as transformações do Grande Outro – tanto no plano pessoal como no coletivo”. KOLTAI, Caterina. Racismo: uma questão cada vez mais delicada. *Ide*, São Paulo, [online], v. 31, n. 47, 2008.

Sua literatura e seu projeto político interagem. Sobre isso, faço uma citação particularmente esclarecedora:

Os que estudam a evolução da nossa espécie sabem que não foi exatamente a inteligência que nos fez resistir à extinção. A glorificação do saber que se consagrou na forma como a nós mesmos nos designamos enquanto espécie traduz apenas uma parte da verdade.

A capacidade de produzir diversidade genética foi, sim, a característica humana que mais e melhor nos permitiu sobreviver. O sermos suficientemente diferentes entre nós mesmos (e as diferenças de uma para outra geração) ofereceu à evolução um leque de escolhas genéticas e produziu respostas adaptativas suficientemente diversas para que a Vida pudesse sempre escolher. [...]

Essa habilidade em produzir diversidade, esse é o segredo da nossa vitalidade e das nossas artes de sobrevivência. Temos que saber manter essa capacidade – agora no plano cultural e civilizacional – para respondermos às novas ameaças que sobre todos nós pesam. As saídas que nos restam pedem-nos não o olhar do lince, mas o olho composto da mosca.¹¹⁶

No mesmo sentido, Michel Serres adverte que a própria formação das disciplinas ditas científicas se vincula à cobrança das tarifas alfandegárias, que dizem respeito muito mais à formação de grupos corporativos do que propriamente à busca do saber. Daí a proliferação de subáreas, como história da religião, sociologia da religião, filosofia da religião. Para isso, são criados conceitos específicos que se legitimam por meio de publicações e públicos delimitados que, com o passar do tempo, conseguem, ou não, ter algum poder intelectual, econômico ou político. Assim, a criação das fronteiras disciplinares corresponde à invenção de fiscais e pedágios.¹¹⁷

¹¹⁶ COUTO, Mia. *Pensatempos: textos de opinião*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005. p. 157.

¹¹⁷ SERRES, Michel. *Hermes: uma filosofia das ciências*. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 155-156.

A compreensão a respeito desse horror aos policiamentos de fronteira (no saber e na vida) fica mais clara quando se leva em consideração que ambos participaram de guerras. Michel Serres contra a ocupação nazista na França, Mia Couto contra a dominação portuguesa em Moçambique. Como se sabe, eles foram vitoriosos (os nazistas desocuparam a França, e os portugueses deixaram Moçambique), mas ficaram com a decisão de dedicar todo esforço para que nunca mais fosse visto aquilo que eles tiveram a obrigação de ver. Nem eles, nem muito menos os descendentes.

Longe dos processos de estetização da guerra e de outras violências, Serres fez da sua vida de professor uma procura para anular as condições de possibilidade que fizeram os horrores da sua juventude. Daí a sua desconfiança diante dos museus e de qualquer outra maquinação mnemônica que pode, de alguma maneira, fazer do passado uma justificativa para enclausurar o presente. Daí seu desgosto com a Andrômaca, personagem da tragédia de Racine, a “amante heroica apegada à memória de Heitor, o marido morto”. Serres não somente critica esse apego, mas também o repudia: “Ao beijar o filho Astianax, ela lhe diz, todas as manhãs, que, fazendo assim, é como se cobrisse de beijos seu pai, morto: pode-se dar a uma criança um presente mais encorajador do que esse na vida?”

Quer dizer: “Viúva-negra, aranha acuada no centro da teia, pegajosa de tempo morto, ela leva à morte seus próximos e se apodera, no final da peça, do poder real, no meio dos cadáveres. Assim o passado mata as gerações futuras”. Por isso, o afastamento e mesmo o desprezo: “Eu não tenho nenhum respeito por Andrômaca, essa viúva-negra. [...] Se quiser que as gerações futuras vivam, viva então, não se contente com os mausoléus, museus, marcos e comemorações”. “Eu não tenho”, conclui Michel Serres, “nenhuma vontade de conservar, como um veneno reativo, a mínima memória dos horrores que conheci durante as guerras de minha juventude”.¹¹⁸ Em outra entrevista, concedida a Bruno Latour, Michel Serres deixa isso ainda mais claro quando ele relata que, na sua memória, ficaria para sempre o cheiro de pólvora, misturado a

¹¹⁸ SERRES, Michel. *Júlio Verne: a ciência e o homem contemporâneo – diálogos com Jean-Paul Dekiss*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 165.

uma náusea indescritível. “A primeira mulher que vi nua”, ele confessa, “foi uma jovem que era linchada por uma multidão, até a morte”. As poucas fotografias da infância, ele preferia não tê-las: “ainda hoje, tenho dificuldade em suportar o que pode evocar essa época, tão na moda para aqueles que não a viveram”.¹¹⁹

O grande desafio, no meu entender, não se resume a listagens de contraposições entre história e memória. É preciso compreender que os usos do passado configuram-se em muitas dimensões da vida humana, por meio de carências e suprimentos variáveis no tempo e no espaço, dependendo dos modos pelos quais os poderes estabelecem táticas e estratégias de negociação. Se hoje se percebe a distinção entre história e memória, não se pode ignorar questionamentos sobre os motivos e os motes dessa necessidade que antes não havia, até porque as noções de passado, presente e futuro ajeitavam-se de outras maneiras. De qualquer modo, estão em pauta não somente os critérios do conhecimento, mas também o conhecimento dos critérios.

Não é fácil questionar os portadores de memória. Antes de tudo, a lembrança carrega consigo um forte recurso de legitimidade que afasta e nega outras possibilidades de narrar o passado. Exatamente por isso o desafio do saber histórico diante das construções mnemônicas carrega muitas dificuldades, tanto no campo dos procedimentos interpretativos, quanto na predisposição que transforma o ensino de história no “ensino de memória”.

Como bem ressalta Durval Muniz, cabe ao historiador a trabalhosa tarefa de “violiar memórias e gestar a História”: “As memórias falam de outros apenas enquanto caminho para falar do próprio indivíduo; a História é trabalho de indivíduos que querem conhecer o outro, interpretá-lo”. Isso quer dizer que “as memórias nascem de uma relação consigo mesmo; a História nasce de uma relação com o outro, com a alteridade. As memórias, portanto, constroem identidades; a História violenta identidades para descobri-las diferentes internamente”.¹²⁰

¹¹⁹ SERRES, Michel. *Luzes*: cinco entrevistas com Bruno Latour. São Paulo: Unimarco, 1999. p. 9-11.

¹²⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História. A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história*. Bauru: Edusc, 2007. p. 207.

Se a história violenta a memória, fazendo aparecer diferenças, a identidade monolítica é questionada na medida em que a pesquisa histórica abre espaço para a interpretação das várias memórias. Não somente para evidenciar diversidades, mas também para perceber como essas diversidades funcionam, legitimam-se e produzem relações de poder em várias dimensões da vida. Assim, o desafio está em perceber que os particularismos das lutas de reivindicação da memória impedem visões comparativas e avaliações mais amplas e profundas no tempo e no espaço (recurso básico em qualquer procedimento investigativo da escrita de história).

Ancorada na divisão entre sujeito e objeto, entre passado e futuro, a escrita da história tem sido uma “operação historiográfica”, quer dizer, tem sido um dispositivo de domesticação do “outro”, como bem destaca Michel de Certeau. O “outro” pode ser o “povo”, o “selvagem” ou o próprio “passado”. “Outro” que, na mão do historiador da modernidade, pode descambar para reafirmações do “mesmo”. Além disso, ou dentro disso, a história não consegue escapar das seduções da memória, transformando-as em demandas científicas autolegitimadas. Ou seja: enfrentar esse autoritarismo constitutivo da própria história do conhecimento histórico seria a condição de possibilidade para a história ter mais potência de interação diante da memória (note-se que me refiro à *potência* e não ao *poder*).

O direito de “ser outro” aparece na interpretação, quer dizer, emerge no trabalho crítico para se compreender que as lembranças se constituem de tensões sociais, em situações vinculadas aos conflitos de valores e perspectivas. Ao labor do ensino de história não caberia, portanto, a aderência a uma causa específica das reivindicações mnemônicas, exatamente porque sua contribuição estaria na capacidade de propor conhecimento sobre a sociedade, explicitando questões e problemas que a sociedade, muitas vezes, não quer mostrar ou simplesmente não deseja saber.

Capítulo XII

E O MUSEU DOS QUE NÃO TÊM?

A historiografia, de modo muito claro, tem (ao menos) três dimensões: a científica, a memorial e a retórica. Duvido apenas que elas realmente se excluam, assim como o senhor parece supor. As dificuldades não provêm, em primeiro lugar, do fato de que essas funções e dimensões acabam sendo absolutizadas, confundidas, contrapostas umas às outras de forma excludente? É possível dizer, por exemplo, que a recente querela dos historiadores na Alemanha foi decorrência de uma tal confusão ou de uma tal absolutização: algumas posições defenderam a dimensão memorial; outras, a dimensão científica. Alguns escreveram a história do Holocausto para dar testemunho do maior crime da história da humanidade e com isso fixá-lo como tal na memória; outros quiseram tratar esse acontecimento de maneira comparativa e explicá-lo por via causal. Contudo, talvez não se possam separar essas duas dimensões, a científica e a memorial, de maneira tão radical — somente de modo a apenas prejudicá-las mutuamente, talvez.

*Aleida Assmann*¹²¹

¹²¹ ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011. p. 156-157.

A luta pela “memória das minorias” seria um nacionalismo em miniatura? Tudo indica que sim. E, em alguns casos, a defesa mnemônica tem se tornado tão autoritária quanto os nacionalismos em tamanho “natural”. A musealização, nesse sentido, é uma espécie de valor universal, como se todas as matrizes culturais devessem valorizar o museu, ou, por meio do museu, valorizar-se. Aqui, nem memória e muito menos história e sim a disseminação de uma prática que pretende ser identidade temporal, em sintonia com a composição de conectores específicos entre passado, presente e futuro, particularizados em reação à escrita globalizante e, por isso mesmo, excludente.

Imaginários que entram em choque frontal com a ideia de objetos musealizados passam a absorver o ideal da “diversidade cultural” e também fazem museus, mais uma vez cedendo aos caprichos de um iluminismo perverso, calcado numa razão autocentrada, que reconhece o direito de existência do outro na medida em que o outro aceita fazer parte do mesmo, na qualidade de “reconhecido”. Daí se percebe, por exemplo, uma sequência de propostas a respeito dos índios no Brasil que pode ser dividida em três fases: 1 – o outro do passado diante de nós do presente: museu com peças indígenas; 2 – o outro do passado, do presente e do futuro, como herança e esperança de todos nós: museu do índio e para o índio; 3 – o outro a partir do mesmo: museu de índio, feito pelo índio (proposta que vem ganhando força nas últimas décadas e gerando avaliações e debates).¹²² A divisão, não deixo de reconhecer, é generalizante e por isso mesmo artificial, mas pode servir como provocação para um debate.

¹²² “O conceito de museu, que vem sendo refinado na última década pelos museólogos, tem sido também discutido pelos índios. Quase todos identificam a instituição como um lugar de conhecimento, de pesquisa, de estudo, de guardião da memória. No entanto, os índios, hoje, não aceitam mais passivamente que os museus construídos por não-índios tenham o monopólio do discurso histórico que lhes diz respeito. Querem deixar de ser apenas um objeto “musealizável”, para se tornarem também agentes organizadores de sua memória”. FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta do museu pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 250.

A primeira fase é ocupada pelo modelo tradicional de museu do século XIX, que lida com a noção de atraso e progresso — fenômeno que foge do que me proponho a discutir. Sobre a segunda fase, cito Darcy Ribeiro, em seu diário de campo: “Iniciei, hoje, o saqueio dos artefatos dos índios”. Ele mesmo confessa que era um “trabalho infeliz”: “[...] acabo de trocar dúzias de flechas, muitos arcos e, sobretudo, muita plumária por umas faquinhas, miçangas, tesouras, canivetes, pedaços de ferro para flechas e outras bobagens que eles adoram”. A troca, reconhece o antropólogo, era injusta: “Levarão anos para refazer a coleção, precisarão abater milhares de pássaros diferentes, ir arrancando cuidadosamente as penas e as conservando a todo o custo para aos poucos, refazerem seus tesouros, até que venha outros surrupiá-los”. Também em tom confessional, ele conclui que a coleta dos materiais não é totalmente descabida: “só me consola saber que vão para um museu”.¹²³

Impressiona o tom de autocrítica. E não menos impressionante é a discrepância entre a teoria e a prática. Em outro texto, também muito elucidativo, o antropólogo explica por que os índios não se (pre)ocupam com a preservação museológica: “Vivendo a vida indígena e tratando de colecionar objetos com propósitos museológicos, sentimos a estranheza que provocava nos índios a nossa ocupação”. Era uma maneira estranha de se relacionar com o mundo porque, para eles, “retirar aquelas coisas do uso corrente e retê-las seria como perder a fé de que os homens sejam capazes de continuar a fazê-las. O importante para os índios não é deter o objeto belo, mas ter os artistas ali, fazendo e refazendo a beleza, hoje como ontem, amanhã e sempre”. Ou seja: os índios não colecionavam objetos. Cada objeto representava quem o fez e lembrava “os dias em que foi feito”: “pode ser tido e retido, mas jamais colecionado”.¹²⁴ Assim, seria um absurdo acumular e exibir artefatos em museus, na medida em que cada coisa era

¹²³ RIBEIRO, Darcy. *Diários índios: os Urubu-Kaapor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 259.

¹²⁴ RIBEIRO, Darcy. *Arte índia*. In: RIBEIRO, Berta. *Suma etnológica brasileira: arte índia*. Petrópolis: Vozes, 1986. v. 3, p. 30.

feita para ser usada, para atender as mais variadas demandas da vida e da morte, sem separação nítida entre beleza e utilidade, entre sagrado e profano, ou ainda entre passado e futuro.

Darcy Ribeiro criou o museu do índio, com a missão de combater estereótipos diante dos “primeiros habitantes do Brasil”. Esse é o caso exemplar do segundo tipo de museu (o outro do passado, do presente e do futuro, como herança e esperança de todos nós: museu do índio e para o índio). Ele, aliás, fez questão de ser lembrado como o arauto desse segundo tipo de museu, como se vê em seu livro de memórias: “Outro feito meu muito bonito foi a criação, no Rio de Janeiro, do Museu do Índio, saudado internacionalmente como o primeiro museu voltado, especificamente, contra o preconceito”.¹²⁵ Para ele, obviamente, a solução. Mas o tempo mostraria que a solução era provisória e, mais do que isso, questionável, sobretudo com o crescimento de movimentos organizados no sentido de valorizar os povos indígenas, denunciando injustiças seculares e chamando atenção para a continuidade em relação ao crime organizado patrocinado por grandes latifundiários interessados em tomar posse de áreas onde, há muito tempo, viviam esses povos.

Contrariando as previsões de Darcy Ribeiro, a situação da preservação da memória indígena “avançou” para o terceiro tipo (o outro a partir do mesmo: museu de índio, feito pelo índio). Nesse caso, o artifício do deslocamento de artefatos se transfigura em algo naturalizado: a perda de outrora passa a ser vista como ganho do porvir, o isolamento de artefatos em lugares feitos para lembrar começa, então, a fazer sentido em um mundo de memórias perdidas. E tal processo de significação dos “outros”, que não é homogêneo, continua a ser conduzido pelos cientistas sociais, mas não somente por eles, porque “ongs”, museus, pedagogos e outros meios de disciplinamento do imaginário começaram a interferir na maneira pela qual os “outros” passaram a se apresentar, contribuindo de modo decisivo para a dominação do pensamento atrelado à “invenção de

¹²⁵ RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 195.

acervos” que caracterizou e caracteriza o imperialismo do pensamento topográfico e taxonômico.

Se, nessa terceira fase, defende-se o “museu dos índios feito pelos índios”, será, então, justo acolher as posições correlatas? Museu dos negros feito pelos negros? Museu dos brancos feito pelos brancos? Museu dos imigrantes italianos feito por imigrantes italianos? Passaria a funcionar uma lógica que dá ao museu a característica de instituição defensora de identidades específicas? Estar-se-ia em defesa de nacionalismos em miniatura? Mas, o que é essa nova configuração do nacionalismo? Quais as relações com o antigo? Em que medida, há uma continuidade ou uma ruptura? Como ficaria, nesse caso, a função (auto) crítica que se atribui atualmente à instituição museológica? Quais as implicações da existência de museus divididos a partir de reivindicações específicas? As divisões identitárias não seriam tributárias da epistemologia cartesiana por vias não reconhecidas? Como se vê, a situação ganhou uma complexidade que está a exigir novas reflexões, que, entre muitos desafios, certamente não poderão fugir do debate sobre as (im) possibilidades de “descolonizar os museus”.¹²⁶

Mais ou menos partir da década de 1970, a luta pela terra dos índios se juntou à luta de outros despossuídos, pobres do campo que foram ficando cada vez mais pobres com a chamada modernização da agricultura em sua ânsia pelos mercados internacionais e seu correspondente desprezo por qualquer tipo de “produção familiar”. Mas, se surgiu uma certa unidade na luta pela terra, surgiram também as diversidades culturais, lideradas não só pelos índios, mas também pelos negros, por exemplo. Juntamente com os índios, os negros conquistaram, através de lutas profundas e variadas, direitos de posse da terra a partir de provas históricas a respeito da existência de quilombos, por exemplo. Assim, foram se fazendo subdivisões culturais e históricas que separaram negros e índios em legislações e legitimidades específicas dentro da grande legião de sem terras ou de ameaçados de perdê-las. Os que não

¹²⁶ RIBEIRO, Antônio Pinto. Podemos descolonizar os museus? In: RIBEIRO, Antônio Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate. *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Coimbra: Edições Afrontamento, 2016.

são índios ou negros cairiam na fila longa e lenta da reforma agrária? Para essas pessoas (ou dessas pessoas), sem vinculação étnica reivindicada, não haveria projetos museológicos? A “identidade de classe” não seria capaz de movimentar aqueles sentimentos que articulam negros de um lado e índios de outro? Por que não pensar em um museu dos sem terra? Como pensar uma militância museológica em torno dessas perguntas? Seriam perguntas adequadas? O pensamento de Achille Mbembe sobre o que seria um “antimuseu” ajuda a responder e, mais do que isso, propicia uma melhor avaliação das perguntas. Pessoas transformadas em “escravos” na modernidade pelo funcionamento do capitalismo poderiam estar em museus?

Ora, seria precisamente necessário vigiar no escravo a sua força escandalosa. Paradoxalmente, essa força tem origem no fato de ser um escândalo que nos recusamos a reconhecer como tal. Inclusive na recusa de o reconhecer como tal, é este escândalo que outorga a esta figura da humanidade a sua força insurrecional. Foi para salvaguardar neste escândalo o seu poder de escândalo que o escravo não pode regressar ao museu. A história da escravatura atlântica convida, assim, a fundar uma nova instituição que será o antimuseu.¹²⁷

¹²⁷ MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017. p. 228.

Capítulo XIII

SOBRE O RISCO DE REDUZIR O DIFERENTE AO SEMELHANTE

É em particular o caso do grande santuário d'Ise. O templo da deusa Amaterasu, ancestral mítica da casa imperial, é reconstruído de forma idêntica em madeira de cipreste do Japão a cada 20 anos. Instaurada no século VIII, o rito continuou até hoje (sem dúvida, com períodos de interrupção). A próxima reconstrução está prevista para 2013. Conta sobretudo a permanência da forma. O dilema ocidental “conservar ou restaurar” não existe. Em compensação, um japonês que visita Paris será (mais exatamente teria sido outrora) chocado pelo esforço desenvolvido para conservar os objetos e os monumentos históricos contra o desgaste do tempo. De fato, a política cultural japonesa não tinha por primeira preocupação nem a visibilidade dos objetos nem a manutenção desta visibilidade. Ela repousava sobre uma outra lógica que era a da atualização. [...] Como o templo de madeira, a arte tradicional existe na medida em que ela está no ou dentro do presente. Decorre daí que estas noções, tão centrais na constituição do patrimônio do ocidente, de “original”, de “cópia”, de “autenticidade”, não existem ou não são, em todo caso, portadoras dos mesmos valores no Japão. Seguramente, o passado contava, mas a ordem do tempo operava de outra forma que na Europa. De um tempo que não era linear, derivava uma outra figuração de permanência e uma outra relação com o vestígio.

*François Hartog*¹²⁸

¹²⁸ HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006. p. 267.

Pensar que a musealização (com toda sua multiplicidade de propostas) constitui um valor universal implica entrar em contradição com o direito à diversidade. Especificamente no caso do Brasil, o debate precisa de mais oxigênio no sentido de interpretar aquilo que comumente é taxado de “afirmação étnica” em conexão com as chamadas “renovações da museologia”. Melhor dizendo, seria interessante interpretar as relações de poder (locais, nacionais e internacionais) que motivaram, por exemplo, a criação do “Museu Maguta”. Apenas para propor o aprofundamento da reflexão, cito o valioso depoimento da antropóloga que se envolveu no trabalho de constituição do museu:

Os objetos escolhidos foram os que têm para os ticuna maior significação cultural e afetiva. Essas particularidades, portanto, fazem dessa iniciativa um instrumento de autogestão da cultura, opondo-se às concepções mais tradicionais de museus etnográficos, onde os objetos são coletados e apresentados sob a ótica da sociedade dominante, predominando, muitas vezes, o interesse pessoal ou a curiosidade de um de seus produtores. Por outro lado, é um museu que não se afirma em princípios de poder e autoridade, de luxo ou consumo. Sua força reside muito mais numa profunda e persistente vontade dos índios de se tornarem visíveis como índios ticunas, de se comunicarem com os membros de outras sociedades e conquistarem o espaço social e cultural a que têm direito.¹²⁹

Não menos significativo a respeito da institucionalização da memória em conexão com situações de conflito, mais especificamente no caso o conflito que gerou o museu Maguta, é o depoimento

¹²⁹ GRUBER, Jussara. Museu Maguta. *Riracema: Revista de Arte e Cultura*, n. 2, ano 2, Rio de Janeiro, 1994. Apud ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu? In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 162-163.

do ticuna Constantino Ramos Lopes Cupeatücü, quando foi convidado para participar do “Seminário Patrimônio Cultural: coleções, narrativas e memória social”, organizado no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO:

No final de 1988, saí da aldeia para trabalhar como professor na cidade de Benjamin Constant. Mas, então, a Jussara me chamou para que eu assumisse o museu. Ela me explicou o que eu iria fazer, o prédio onde eu ia trabalhar e me ensinou sobre o que era museu. Ela me mostrou uns livros que tinham fotos de exposições. Com a orientação dela entendi o que era museu e saí para fazer reuniões na aldeia e explicar para eles o que era o museu, explicar que precisava das zarabatanas, da igaçaba, da arte em geral, de tudo o que ia ser colocado dentro do museu. Os parentes me perguntavam o porque disso e eu respondia que era para o museu, que a gente tinha uma casa onde seriam colocados tudo o que eu estava pedindo. A antropóloga Jussara tinha trabalhado do Museu Nacional, então, ela tinha fotografias dos pentes que os índios faziam, dos colares de dentes que os antigos faziam, de uma agulha que servia para os antigos tecerem panos de algodão. Ela me passou essas fotografias, e eu mostrei para os parentes, procurando quem fizesse aqueles objetos para colocar no museu. Eu dizia que iria colocar o nome de quem fizesse coisas bonitas no museu, o nome em português e na língua ticuna, o nome da aldeia e a idade de quem doou. Eles perguntavam: “Por que você quer isso?” E eu explicava que era para a informação, porque cada peça teria o nome da pessoa que fez e número do registro – coisas que eu aprendi. Isso durou três anos, de 1989 a 1994. Consegui coletar do meu próprio povo 380 peças, dessas foram escolhidas as mais bonitas e 170 ficaram na exposição. [...] Depois que ele foi escolhido “museu-símbolo”, houve uma divisão entre alguns assessores dos índios ticuna. Eu acabei ficando na ONG dos Professores, continuo trabalhando com a questão da memória junto aos professores indígenas e dentro das escolas. Não estou mais dentro do museu, mas dentro das escolas ticuna, quem sabe, de repente, criamos de novo um outro museu?!¹³⁰

¹³⁰ ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu? In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 165 e 167.

Apresentado e autoapresentado como ruptura no modo de conduzir a criação e a existência de museus no Brasil, o Maguta é, por outro lado, uma continuidade em relação ao trabalho de Darcy Ribeiro, na medida em que coloca em contato maneiras diferenciadas de tratar os artefatos como materialidades significativas para a composição de tramas entre o passado e o presente, dando um sentido institucional aos usos da memória em interação com as demandas sociais e políticas que caracterizam determinada circunstância. Levando-se em consideração que, nas formas de valorizar certos grupos culturais, as apropriações são variadas, incluindo a incorporação de dinâmicas alienígenas como estratégia de resistência, o museu Maguta entra em sintonia com as demandas de construção da identidade por meio da memória, constituindo-se como criador e criatura de parâmetros. Se, por um lado, essa experiência faz parte de um movimento mais geral de aproveitamento do passado em certas reivindicações do presente, por outro, não se deve desprezar que a chamada “cultura da memória” no mundo contemporâneo guarda vínculo com o próprio desenvolvimento da modernidade capitalista, desmemoriada e fragmentada. Trata-se, portanto, de algo particular e geral, que está a exigir estudos interdisciplinares a respeito dessa maneira de valorizar o pretérito, não simplesmente como parte de demandas acadêmicas, mas como instrumento na confecção das chamadas políticas culturais.

Torna-se tarefa lembrar que o campo intelectual, mesmo com sua tendência corporativa, faz-se na autocrítica pública. Do mesmo modo, o museu não deveria se transformar em algo essencialmente necessário e elogiável. Refiro-me à tradição etnocêntrica, que continua interferindo no que os “outros” devem ou podem fazer, devem ou podem lembrar. Daí a urgência de se pensar sobre a idealização em torno da positividade universal e abstrata do conceito de museu, como se todos tivessem a obrigação de se submeter a essa lógica de conservação e exibição de materialidades. O modo pelo qual os objetos são concebidos e usados não deveria ser abduzido por um único padrão, mesmo quando se percebe que, hoje, os museus possuem muitas vias para “musealizar”. A mesma coisa pode se afirmar sobre o ensino de história e a educação em geral, que se veem embalados

pelo esvaziamento do conceito de diversidade, como se diversidade fosse uma fórmula a ser sempre aplicada, em qualquer circunstância, como se isso fosse uma alternativa diante das identidades. É preciso observar que “diversidade cultural” pode ser convocada em variadas situações como solução “politicamente correta”, mas de modo inconsequente, dando a problemas graves uma fórmula artificial, “com muita frequência reduzida à dimensão de um *slogan*”.¹³¹

Como lidar, então, com esses novos desafios? A questão, obviamente, precisa alimentar-se do debate, assim como debate precisa se nutrir de experiências variadas, como aquela que chamou a atenção de François Hartog em sua reflexão sobre a necessidade de se perceber que a palavra “patrimônio” deve se livrar da sua paternidade eurocêntrica, como vê no trecho citado em epígrafe a respeito do “grande santuário d’Ise”, que “é reconstruído de forma idêntica em madeira de cipreste do Japão a cada 20 anos”. “Isto”, conclui Hartog, “é só um esquema rápido, um simples esboço de um olhar afastado, mas é suficiente para desfazer a evidência do conceito europeu de patrimônio”.¹³² Desfazer essa evidência, entretanto, não é tarefa fácil. Exige autocrítica, já que as noções de memória constituídas na modernidade assumiram novas dimensões: não estão mais somente no âmbito das nacionalidades, mas também no território das reivindicações sociais que assumiram demandas culturais. Se tais reivindicações são eticamente justas no plano daquilo que poderíamos chamar de justiça social, os apelos culturais correm o risco de homogeneizar o outro, como se o outro, para ser reconhecido, tivesse que seguir procedimentos do mesmo. Aqui, a questão básica é o objeto — conceito que pressupõe o sujeito construtor, autocentrado, senhor do saber e do fazer. Nesse sentido, seria uma postura etnocêntrica afirmar que todas as culturas possuem “objetos”, já que os artefatos nem sempre assumem o caráter de objeto feito pelo sujeito.

¹³¹ BERNARD, François de. Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural. In: BRANT, Leonardo. *Diversidade cultural: globalização e culturas locais: dimensões e perspectivas*. São Paulo: Escrituras: Instituto Pensarte, 2005. p. 73.

¹³² HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, jul./dez. 2006. p. 267.

A respeito da diversidade de apropriações (ou desapropriações ou impropriedades) do conceito “patrimônio”, tão significativa quanto a apreciação de Hartog há pouco citada é o texto de Priscila Faulhaber a respeito do seu “trabalho de campo”: “Os artefatos são representados como instrumentos com os quais os Ticuna podem transportar-se, em viagens análogas às descritas nos rituais de iniciação xamânica”. Assim, “limites espaciotemporais” são peculiares e permitem o trânsito com “outros mundos”: “O uso cerimonial de tais artefatos tem duração restrita; faz sentido dentro do contexto para o qual foram produzidos. Quando já cumpriram sua missão, eles são destruídos”.

“Um Ticuna, durante a festa de sua filha mais nova”, observa Priscila, “desencadeou a destruição de todos os objetos usados naquele dia: a queima da vestimenta de uma máscara O’ma e o desmantelamento, com batidas de paus, do casco de tracajá utilizado como tambor ritual”. Ele considerava que não teria mais filhos. Só preservou “a cara da máscara denominada O’ma e a cara e a vestimenta da máscara denominada Tchowicu”, porque Priscila pediu. Pediu não para si, vale destacar, e sim para ela levá-las ao Museu Goeldi e lá deixá-las como parte do acervo. Ele aceitou a proposta “mediante pagamento de 50 reais, preço estipulado pelos próprios Ticuna”.¹³³

Se há várias maneiras de definir patrimônio, é preciso indagar sobre o que significa falar em patrimônio dos índios. Partindo das culturas que aqui existiam antes da chegada dos europeus, emerge o desafio de pensar sobre vias mnemônicas que não combinam com as possibilidades museológicas. Como muito bem reconheceu Darcy Ribeiro, os índios estavam envolvidos em outras maneiras de compor relações entre sujeitos e objetos. Ou melhor, o mundo não estava dividido entre sujeito e objeto, já que a pele fazia parte da paisagem. O museu será, portanto, um dispositivo de retirada de vida dos objetos. A esse propósito, Achille Mbembe vem alertando que “a exposição de humanidades submissas ou humilhadas sempre obedeceu a algumas regras básicas de

¹³³ FAULHABER, Priscila. O etnógrafo e seus “outros”: informantes ou detentores de conhecimento especializado? *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, jul./dez. 2005. p. 124.

lesão e violação”.¹³⁴ Por isso, é preciso não ignorar que “o museu é um espaço de neutralização e de domesticação de forças que estavam vivas antes da sua museificação”.¹³⁵ Não será ético continuar assim, retirando dos objetos os seus “fluxos de energia”.¹³⁶

Daí a impossibilidade do dispositivo museológico: pesquisar para expor, expor para pesquisar; expor para ensinar; ensinar para expor. Exposto, o objeto perde algo pela captura de um olhar que se dirige ao que se expõe. A exposição, mais do que solicitar um ângulo de visibilidade, engendra-se numa maneira de olhar, vinculada ao cálculo exploratório que transforma o objeto em objeto exibido. Essa é a condição museológica. E é dessa condição que é preciso se desviar, principalmente se o intuito não está no campo turístico e sim no campo do conhecimento histórico. Pode-se pensar, com Achille Mbembe, que não se trata apenas de fazer um museu diferente, porque o diferente continuaria a ser um museu. Propõe-se algo mais radical: o “antimuseu”, que não é apenas oposição ao museu. Abrigar o outro nas instituições já existentes; fundar outra instituição para colecionar o outro — tudo isso seria uma continuidade colonial. Não se trata de quantidade nem de coleção, o que equivale a dizer que não há interesse de “conquista de espaço”, principalmente quando o espaço já traz em si o atributo museológico.

Não se trata, portanto, de profanar o museu de outras maneiras e muito menos de sacralizá-lo por outras vias, como já se fez e continua se fazendo, em experimentações que ajudam e continuam ajudando a reconhecer como as tentativas de renovação do verbo expor vão ampliando as fronteiras do museu.¹³⁷ Sacralizar e profanar são verbos que, de qualquer maneira, precisam ser repensados, já que as suas potências no espaço museológico não param de diminuir, na medida em que seus sentidos não param de se repetir, numa espécie de institucionalização do mercado das excentricidades autolegitimadas e, ao mesmo tempo,

¹³⁴ MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017. p. 226.

¹³⁵ *Ibid.* p. 227.

¹³⁶ *Idem.*

¹³⁷ ROLNIK, Suely. Despachos no museu. Sabe-se lá o que vai acontecer... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

submetidas às expectativas de públicos específicos. A relação sujeito/objeto e o vínculo tempo/narrativa, que já foram fartamente trabalhadas pela filosofia no século XX, não podem mais ser ignoradas e isso certamente terá importância para se reavaliar as tramas nas quais se produz e se reproduz a *Marca humana*.¹³⁸

Será preciso enveredar por um antiarquivo, uma história dos objetos que seja sensível às possibilidades da “dimensão espectral”. Um desafio que não se reduz aos modelos museológicos e, talvez por conta disso, enfrenta o império pedagógico não com pedagogias alternativas ou identitárias, e sim com uma historicização sem filosofia da história. O desafio lançado por Mbembe não é pequeno, e por isso mesmo está a exigir um esforço teórico, para que seja levado à frente sem a costureira dissociação entre teoria e prática (sem a reiterada reação disciplinar que vai compartimentando saberes em nome do poder, sem as saídas fáceis e de última hora, sem soluções que se exibem novas, mas na verdade são velhas). O que está em pauta é o compromisso ético, inalienável do compromisso de uma história dos objetos tal como aqui estou propondo. A neutralidade será assim o silenciamento da ética que fundamenta a teoria da história.

O escravo deve continuar a assombrar o museu, tal como existe nos nossos dias, pela sua ausência. Convém que esteja por todo e lugar nenhum, enquanto as suas aparições ocorrem sempre como ruptura e nunca no seio da instituição. É, assim, que se pode preservar no escravo a sua dimensão espectral. É também assim que se pode evitar que sejam tiradas consequências fáceis a partir do acontecimento abominável que foi o tráfico de escravos. Quanto ao antimuseu, não é de todo uma instituição, mas a figura de um lugar-outro, o da hospitalidade radical.¹³⁹

Não se deve imaginar uma “pureza” ou uma simples “permanência” de valores, já que não se podem desconsiderar as trocas e as

¹³⁸ ROTH, Philip. *A marca humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 266.

¹³⁹ MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017. p. 228.

tensões historicamente situadas. Isso quer dizer que, no âmbito das táticas da memória, há um hibridismo, a ser transformado em tema de reflexão. Sem o debate, a tendência passa a ser o predomínio de um “imperialismo museológico”, incapaz de perceber que a memória não está submetida a uma única gramática. Assim, não se trata simplesmente de fazer museus diferentes, mas abrir espaço para algo que difere dos museus, na medida em que parte de outras referências de tempo e de espaço.

Capítulo XIV

A HISTORICIDADE: NÃO SEM O OUTRO

Com a imaginação espicaçada pelo ódio, as democracias liberais não param de alimentar todo tipo de obsessões acerca da verdadeira identidade do inimigo. Mas afinal quem é ele? Será uma nação, uma religião, uma civilização, uma cultura ou uma ideia?

*Achille Mbembe*¹⁴⁰

Fazemos”, escreve Michel Serres, “história das ciências, história das religiões, história das literaturas etc.”. Mas isto, é preciso ressaltar, não se trata apenas do desenvolvimento natural do saber. “Os proprietários da região história pilham, arrombam, invadindo os territórios vizinhos. Estes territórios são vistos do lugar dominante, reescritos na linguagem da história, passam sob suas categorias, que é o mesmo que dizer passar vergonha”. “Fazemos”, argumenta Michel Serres, “filosofia da história, das ciências, e por aí vai”. Assim os centros de linguagem dominante vão se deslocando: “Fazemos linguística aplicada à filosofia, à história, às ciências etc. Novo deslocamento do saber, prejulgado como maior”.

¹⁴⁰ MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017. p. 89.

“Fizemos”, continua Michel Serres, “filosofia das religiões, da antropologia ou da linguística religiosas, e a partir daí o quanto se queira”. Daí, mais deslocamentos, criando campos supostamente mais corretos. Por exemplo: “Descobrir uma dinâmica global do sagrado, em seguida discorrer daí sobre a história, ciências, línguas, e até mesmo psicologia, segundo as categorias da nova língua”. Conclusão: “Basta repartir o bloco cultural em lugares ou continentes para inventar, a partir desse recorte, genitivos que são os traços de uma hegemonia.” Em outros termos:

Uma hora é Esparta, que a detém, outra hora é Atenas, em seguida Tebas. Ou a economia, ou a história, ou a língua, e por aí vai, o quanto se queira. É o conflito das faculdades. Ou o poder é tomado pela faculdade de teologia, ou então pela de filosofia, ou ainda pela de história. Não é pelo fato hoje em dia, de a presidência ser mantida pela história, que se passou a ter melhor conhecimento da cultura. Ela é simplesmente atravessada, em sentido unívoco, e é preciso pagar a cada vez que se passar por uma alfândega. De acordo com quem triunfa nesse conflito, o uniforme dos alfandegários muda, ou então muda a divisa sob a qual apresentamos nossa moeda.¹⁴¹

Mas, ainda há algo mais específico, que não diz respeito aos domínios entre zonas de saber, como sociologia e história, história e filosofia. Refiro-me ao saber histórico que se divide ao sabor da circunstância corporativa, na medida em que o campo vai crescendo e novas demandas são postas. Em outros termos: temas que se transformam em subáreas, com jargão próprio e, de acordo com o número de adeptos, pode sonhar com o status de área específica. História Oral, História das Mulheres, História dos Índios, Ensino de História, Historiografia, isso sem falar na tendência pelas fronteiras cronológicas, como História Colonial ou História do Império, com a criação

¹⁴¹ SERRES, Michel. *Hermes: uma filosofia das ciências*. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 155-156.

de congressos específicos e, se o grupo de pressão se articula com mais rigor sistemático, cada tema vai criando a sua ong.

Essas divisões trazem implicações teóricas e metodológicas que não são avaliadas com a devida continuidade. O motivo é simples e praticamente inconfessável: cada sistema de cooperativa do saber nasce com a síndrome do enfeitado, como se a história fosse um poder que não valoriza, como deveria valorizar, determinado recorte de problemas. Daí a comunidade já tem, em si, o pressuposto de se juntar para se valorizar, para mostrar para a história (a grande área) que um tema tem inestimável valor e precisa, inclusive, de fóruns específicos de debate. Dos fóruns, vão se (re)afirmando redes de epistemologia evolutiva, com autores canonizados e avaliações historiográficas específicas no sentido de mostrar que a especificidade temática tem, afinal, a sua própria história, com precursores nacionais e, o mais importante, internacionais. O grupo formado, então, vai constituindo as suas lutas internas, tornando-se ainda mais vigoroso, mas sempre com a possibilidade de mais uma subdivisão (também inoculada com o vírus do rejeitado, que passa a gerar sistemas reativos que se articulam em nome da liberdade do saber).

Essas considerações, nitidamente em traços de caricatura, são gerais e até mesmo generalizantes. É que as tomo apenas como introdução a um problema identificado por Michel de Certeau que ressalto aqui para atrelar, de modo mais específico, as particularidades da memória às subdivisões da história. Dito de forma mais direta: as reclamações da história diante da fragmentação particularista da memória (vinculada a interesses mais ou menos grupais) também devem se dirigir à própria história. De Certeau adverte, nesse sentido, que certos fracionamentos da história podem eliminar o cerne crítico que a escrita da história foi constituindo, como recursos que procuram problematizar mesmo na medida em que dá atenção ao outro. O lugar do sujeito que escreve história teria, nessa perspectiva, o compromisso com esse “outro” fundamental, diferente e, o mais importante, irredutível ao “mesmo”.

“História das mulheres, dos negros, dos judeus, das minorias culturais, etc.”, nessas histórias, quem é o “sujeito historiador”? Michel de

Certeau pergunta e dá duas respostas. Primeira: pode-se defender que “o status pessoal do autor é indiferente (em relação à objetividade de seu trabalho)”. Segunda: pode-se defender que “somente por seu intermédio [o intermédio do autor], o discurso é credenciado ou invalidado (dependendo de ser, ou não, “parte integrante” dele)”. Mas não se trata de uma coisa nem de outra, adverte Michel de Certeau, a partir da sua posição de historiador e de historiador que transita na psicanálise. Portanto, com base na reflexão sobre o “outro”, ainda pouco cultivada na historiografia, parecendo até que a historiografia tem medo do “outro” e, nesse medo, ela não o admite, não o aceita como parte constitutiva da escrita da história.

[...] esse debate exige, precisamente, a explicação do que foi dissimulado por uma epistemologia, a saber, o impacto das relações de sujeitos com sujeitos (mulheres e homens, negros e brancos, etc.) no uso das técnicas, aparentemente, “neutras” e na organização de discursos, talvez, igualmente científicos. Por exemplo, em decorrência da diferenciação entre sexos, será que se deve tirar a conclusão de que a historiografia produzida por uma mulher é diferente da que é elaborada por um homem? Evidentemente, não vou responder, mas constato que essa indagação envolve o lugar do sujeito e obriga a abordá-lo, contrariamente à epistemologia que construiu a “verdade” da obra a partir da não pertinência do locutor. Interrogar o sujeito do saber é, igualmente, ter de pensar o tempo, se é verdade que, por um lado, o sujeito organiza-se como uma estratificação de tempos heterogêneos e, por outro, seja mulher, negro ou basco, ele é estruturado por sua relação com o outro. O tempo é precisamente a impossibilidade da identidade ao lugar; deste modo começa uma reflexão sobre o tempo. O problema da história inscreve-se no lugar desse sujeito que é, em si mesmo, dinâmica da diferença, historicidade da não identidade de si.¹⁴²

A diferença temporal e espacial seria, então, a condição de possibilidade que dá à escrita do historiador as vias da crítica que, necessariamente, alimenta-se da autocrítica. Longe de apenas valorizar o passado

¹⁴² CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 66.

pelo presente ou o presente pelo passado, o regime escriturário estaria diante do inesgotável desafio de pôr em pauta uma dúvida sistematicamente reposta sobre as diferenças. Não sem o outro — eis um princípio sem fim. Mas qual outro? Não o incluso pela diferença numa imaginação liberal onde o todo é feito com partes que se encaixam, como se fosse um jogo de quebra-cabeça. E muito menos o fantasma que Achille Mbembe identifica na epígrafe deste capítulo. Tratar-se-ia do outro recíproco, igual e diferente, longe das identidades concorrentes que o liberalismo esconde e mostra, administra e põe à venda, e ainda mais longe das identidades não identificadas (mas apenas estereotipadas), quer dizer, seres não identificados que caem na vala comum dos chamados de “estrangeiros”.

A história tal como pensa Michel de Certeau seria fundante nesse sentido de cultivar práticas a partir das quais os outros (con)vivam a partir de outras relações, sem as fronteiras farpadas que, por exemplo, erguem-se para definir centro e periferia. Nessa perspectiva, museus deveriam existir de outra maneira e, a rigor, nem deveriam existir como proposta, quer dizer, como instituição a ser criada. No lugar de museus, outros lugares de pensamento sobre a cultura material, outros lugares não simplesmente de exibição de objetos, talvez de conservação, mas não de exibição (o título do próximo capítulo, aliás, é explicitamente propositivo nesse rumo que procura se desviar das exibições autocentradas: *a história do devir em um museu qualquer*).

Em nome do objeto, esse é o título do livro, vale sublinhar. E não “em nome do museu”. É ao objeto que me dirijo, em museus ou em qualquer outro lugar (inclusive nas delegacias, como será visto no capítulo 18). Também não proponho “musealizações”, mas apenas vias de acesso à história da cultura material, longe de qualquer desejo de cercamento (sub)disciplinar. Quanto ao subtítulo, *museu, memória e ensino de história*, não tem nada a ver com a defesa dessas instâncias de poder. Pelo contrário, porque o que me interessa pensar é a limitação desses termos, a pobreza epistemológica dos cercamentos *museu, memória e ensino de história*. Tudo o que aqui está não tem a menor pretensão de endossar a existência desses compartimentos. Se assim os dispus, é para exibi-los em suas pretensões coloniais: cada

território tentando colonizar o vizinho, como foi visto com Michel Serres e Michel de Certeau.

Uma hora o que importa é a defesa da *memória*. Surgem especialistas em “patrimônio” ou coisa parecida, proliferam militantes de uma “educação patrimonial”. Outra hora, a depender de quem mais se articula, mais importante é o *ensino de história*. Uma procissão de devotos canta e reza para a canonização do *ensino de história* como o padroeiro da história e da memória. “Uma hora é Esparta, que a detém, outra hora é Atenas, em seguida Tebas. Ou a economia, ou a história, ou a língua, e por aí vai, o quanto se queira”.¹⁴³

Depois, antes, ou simultaneamente, a *museologia*, que pode dizer que tem seu destaque porque, por exemplo, há museus históricos e uma educação museológica que só os museólogos sabem fazer. A palavra interdisciplinar ameniza as disputas, mas, no geral, apenas faz parte do jogo do isolamento autocentrado. De repente, tudo entra em crise, por motivos variados. A *pedagogia* aproveita e retoma o poder que talvez nunca tenha perdido. “Ou o poder é tomado pela faculdade de teologia, ou então pela de filosofia, ou ainda pela de história...”¹⁴⁴

Surgem novas genealogias de epistemologias que se vendem como novas ou mesmo para além do epistemológico, a depender de quem tem mais disposição para mobilizar adeptos, preencher formulários e concorrer em editais, que já fornecem o palco onde se dará a disputa do mesmo diante do mesmo. “De acordo com quem triunfa nesse conflito, o uniforme dos alfandegários muda, ou então muda a divisa sob a qual apresentamos nossa moeda”.¹⁴⁵ Pode-se argumentar que assim é que os campos de saber funcionam e se repetem com ares de novidade. Para Michel Serres, poderia ser diferente.

¹⁴³ SERRES, Michel. *Hermes: uma filosofia das ciências*. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 155.

¹⁴⁴ *Idem*.

¹⁴⁵ SERRES, Michel. *Hermes: uma filosofia das ciências*. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 156.

Capítulo XV

A HISTÓRIA DO DEVIR EM UM MUSEU QUALQUER

Um fama tinha um relógio de parede e dava-lhe corda todas as semanas COM GRANDE CUIDADO. Passou um cronópio e ao vê-lo pôs-se a rir, foi para casa e inventou o relógio-alcachofa ou alcaucil, que pode e deve dizer-se de uma e outra maneira. O relógio-alcaucil deste cronópio é um alcaucil da espécie grande, preso pelo caule a um buraco da parede. As incontáveis folhas do alcaucil marcam a hora atual e além do mais todas as horas, de maneira que basta o cronópio arrancar-lhe uma folha para saber a hora. Como ele as vai arrancando da esquerda para a direita, a folha marca sempre a hora exata, e cada dia o cronópio começa a tirar uma nova rodada de folhas. Ao chegar ao coração, o tempo já não se pode medir, e na infinita rosa roxa do centro o cronópio encontra um grande prazer, então come-a com azeite, vinagre e sal, e põe outro relógio no buraco.

*Julio Cortázar*¹⁴⁶

No âmbito dos questionamentos da filosofia na segunda metade do século XX, a história tem sido alvo de avaliações que procuram pôr em evidência a submissão da escrita da história ao tempo processual da memória, tanto da memória nacional, quanto da memória de

¹⁴⁶ CORTÁZAR, Julio. *Histórias de cronópios e de famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 103.

identidades mais restritas. Estão em pauta, nessa valorização do trânsito universal, as restrições que tanto Michel Serres quanto Deleuze fazem ao conhecimento que os historiadores produzem. Aliás, Deleuze deixa isso muito claro: “Pensa-se demasiado em termos de história, pessoal ou universal. Os devires são geografia, são orientações, direções, entradas e saídas”. Por exemplo, há um devir-mulher, “que não se confunde com as mulheres, o seu passado e o seu futuro, e é necessário que as mulheres ingressem neste devir, para escapar ao seu passado e ao seu futuro, à sua história”. Haveria, também, um devir-revolucionário, “que não é idêntico ao futuro da revolução e que não passa forçosamente pelos militantes”. Nesse mesmo rumo, a própria filosofia poderia ser outra, com um “devir-filósofo que não tem nada a ver com a história da filosofia e que passa mais por aqueles que a história da filosofia não chega a classificar”.¹⁴⁷

Isso, entretanto, não é a negação da história como um todo, mas uma crítica a respeito da dificuldade que a história tem para se livrar da “Filosofia da História” e, a partir dessa liberdade, criar pontos de fuga diante das amarras identitárias. O que Deleuze tenta afastar é exatamente a lógica exemplar do passado, que cria barreiras ao devir em nome de certo conhecimento que, longe da vontade de criar, costuma agir como ressentimento, enclausurado numa lógica de causa-consequência. No seu entendimento, a história tem se esforçado para captar o acontecimento, ou melhor, o acontecido pronto. Daí sua insistência para fazer distinções entre história e devir. O desafio para a escrita da história, nessa perspectiva, reside na incorporação de outro regime de temporalidade, aberto ao espaço, não só do presente, mas também da presença do tempo. Assim, é plausível imaginar uma perspectiva capaz de “remontar o acontecimento”, quer dizer, “instalar-se nele como num devir” e, além disso, “em nele rejuvenescer e envelhecer a um só tempo”.¹⁴⁸

Dessa inquietude a respeito das possibilidades de lidar com o tempo, surgem as mais variadas propostas. Preocupado com as imbricações entre museu e sociedade de consumo, Garcia Canclini

¹⁴⁷ Deleuze e Parnet (2004, p. 12).

¹⁴⁸ Deleuze (1992, p. 211).

chegou a propor o que poderia ser o “museu da globalização”, que tivesse a capacidade de refletir criticamente sobre as redes que não param de se multiplicar. Na entrada, os visitantes cortariam as etiquetas de suas roupas e, através de colagens, fariam um *patchwork*, mostrando onde se localizam, por exemplo, as fábricas de Liz Claiborne, Banana Republic, Gap ou Calvin Klein: “neste caso seriam captadas as várias identidades transnacionais levadas na roupa e o deslocamento da origem nacional dos logos (Estados Unidos, França, Alemanha) para as sedes das fábricas em Jacarta, México ou El Salvador”. Seria, como ele diz, uma “*performance* interativa”, porque a exposição mudaria conforme o fluxo de visitantes, ou melhor, a partir do trânsito das etiquetas.

“Seria mais forte”, escreve Canclini, “se aqueles que chegassem com um logo atravessando sua camiseta ou sua calça, de um lado a outro, entregassem a peça, como dando parte de seu “corpo” usado para publicidade”. Assim, a exposição seria formada pelos corpos desnudos dos visitantes, circulando e servido de tela para projeções de “cenas de trabalho multicultural nas oficinas de países asiáticos e latino-americanos, onde são cortadas e costuradas as peças e produzidos os eletrodomésticos e os computadores”.

A projeção se daria com o ritmo monótono do trabalho em série. E seria interrompida a cada dez minutos por uma música *new age*, momento em que aconteceriam outras projeções: propagandas de “ongs que defendem a ecologia, opõem-se aos alimentos transgênicos ou oferecem-se para integrar campanhas de compaixão mundial nesses mesmos países”. Ressalva: “Aqueles que não suportassem a confusão ou a violência poderiam vê-las à distância numa sala anexa, onde seriam projetadas, em grandes telas, as imagens captadas pelas câmaras de vídeo vigilância”.¹⁴⁹

Uma boa possibilidade, é claro. Mas não seria esse um museu do devir, apesar de apontar para a supressão de amarras da identidade.

¹⁴⁹ Canclini (2008, p. 71).

O espetáculo que a proposta museológica quer criticar acaba entrando no jogo espetacular. A crítica, no final das contas, usa os recursos da coisa criticada. Uma contraposição que, em certo sentido, repõe a força do contraposto.

Seria possível, afinal, um museu do devir? Sim, na medida em que a identidade (nacional ou de qualquer outro tipo) deixasse de ser a espinha dorsal. Assim, o passado poderia ser estudado sem ser definido ou defendido. Não seria, portanto, apenas um museu de diversidades, no sentido de mostrar a multiplicidade de identidades. Seria algo que, a partir do passado, não estaria com a preocupação de fazer do passado apenas uma legitimidade para reivindicações do presente, descambando para linhas de causa e consequência. O desafio passaria a ser não a exibição das diferenças, mas o pensamento sobre os interesses dos que dividem as coisas e estabelecem as fronteiras. Também teria lugar a própria abertura para o trânsito, a aventura da crítica que nunca poderá deixar de perceber que o poder da memória não se desvincula da memória do poder.

“O ser que vem”, conclui Agamben, “é o ser qualquer”.¹⁵⁰ Como? Em algo que instaura em certas maneiras de ser, que não se juntam em grupos de pressão programada: “As singularidades quaisquer não podem formar uma *societas* porque não dispõem de nenhuma identidade para fazer valer, de nenhuma ligação de pertença para darem a reconhecer”. O Estado — destaca Agamben — pode reconhecer e aceitar as mais variadas identidades. O que o Estado não consegue tolerar é a singularidade: pessoas em comunidades, mas “sem reivindicar uma identidade”. Para o Estado, é insuportável “que alguns homens co-pertencam sem uma representável condição de pertença (mesmo que sob a forma de um simples pressuposto)”. Sendo assim, “a singularidade qualquer, que quer apropriar-se da própria pertença, do seu próprio ser-na-linguagem [...] é o principal inimigo do Estado”.¹⁵¹

¹⁵⁰ Agamben (1993, p. 11).

¹⁵¹ Agamben (1993, p. 67).

Seria possível um museu com singularidades? Talvez. O museu qual-quer, isso é certo, estaria atento às relações entre memória, esquecimento e poder. Mas, sendo um qual-quer, seria pouco afeito ao seu estatuto institucional. Ao ser qual-quer, o museu talvez conseguisse ser memória sem ser “lugar de memória”, passando a ser espaço presença do tempo, tanto de passado, quanto de presente e devir.

Um museu qual-quer nunca seria qualquer museu. Antes de tudo, trataria de compor problemáticas historicamente fundamentadas, inclusive levando em consideração que sua vida institucional não está acima do presente com o qual interage. Já que se define como instituição de pesquisa (para ser, a partir disso, espaço educativo), enfrentaria a teoria como ferramenta possível, percebendo as dinâmicas que circulam no capitalismo atual. Se é buscada uma história que incorpora o devir, e o trânsito pelas diversidades, não se pode ignorar que o mercado atual continua fazendo o que ele sempre fez: transformar tudo em mercadoria.

É por isso que o filósofo Peter Pál Pelbart alerta: muito do que parecia alternativo diante da sociedade de consumo passou a ser, também, objeto de compra e venda, inclusive termos como “devir”, “diversidade”, “ecologia”, “multiculturalismo”, “crítica”.¹⁵² Aliás é de Pál Pelbart uma das melhores observações sobre o ato de exibir objetos classificados como “indígenas” e postos à disposição do mercado museológico. Ele conta que, em 2000, foi convidado por uma ong indígena para acompanhar a vinda a São Paulo de duas tribos do Xingu (Xavante e Mehinaku), cuja intenção era marcar presença na comemoração dos “500 anos do Descobrimento”.

Pretendiam [os índios] apresentar a força de seu ritual e oferecer ao presidente uma carta aberta em que declaravam nada ter para comemorar. Mas como evitar que a apresentação de seu ritual, uma vez levada a um palco iluminado se diluísse na mera espetacularização, inclusive televisiva? A forma de vida que queria salvar-se corria o risco óbvio de ser deglutida como folclore. É o que aconteceu com a maravilhosa exposição de arte indígena na Oca

¹⁵² PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011. p. 148.

do Ibirapuera, que tive o triste privilégio de visitar ao lado dos índios “vivos”. Na saída o cacique Xavante me desabafou, num diagnóstico de inspiração fortemente nietzschiana: “tudo isso é para mostrar a vaidade de conhecimento do homem branco, não a vida dos índios”. Nunca ficou tão claro o quanto a assepsia de um museu encobre de violência e genocídio — tema benjaminiano por excelência. O domo branco de Niemeyer, a superfície lisa, as curvas sensuais dos corrimãos metálicos, a luminosidade cuidada — tudo ali ajudava a ocultar que cada objeto exposto era espólio de uma guerra. Não havia uma gota de sangue em toda a exposição. A morte fora expurgada dali, mas também a vida. Não reencontramos, nessa museologização da cultura indígena, nosso vampirismo insaciável?¹⁵³

Entendendo que se vive em um capitalismo que mistura trabalho escravo com a venda e o consumo do “politicamente correto”, pensar sobre as seduções da memória no ensino de história significa enfrentar um desafio continuado. Daí é que vem a necessidade de ver o presente com termos que permitem uma visão que antes estava embotada por palavras desgastadas pelo consumo desenfreado. Daí a palavra “qualquer”.

Para ser chamado de “qualquer”, um museu teria como fundamento inalienável a pesquisa histórica, não de modo esporádico para a montagem das chamadas exposições temporárias, mas com projetos continuados que podem, ou não, gerar exposições. Seria, necessariamente, um centro de estudos sobre as conexões entre memória e cultura material. Assim, estaria muito longe de simplesmente fazer a montagem de uma arena, para açular os ânimos da identidade. Sua missão estaria em fundar um lugar de história do acontecimento livre do sentido evolutivo ou regressivo do tempo. Teria, obrigatoriamente, que se referir aos jogos do poder, mas sem a menor vontade para fazer parte de campeonatos oficiais e muito menos alternativos. Fora do jogo e imerso no tempo, sua força não estaria no poder e sim na potência.

¹⁵³ PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011. p. 148.

Capítulo XVI

A IMPOSIÇÃO DA PALAVRA NA EXPOSIÇÃO DO OBJETO

Os famas para conservar suas lembranças tratam de embalsamá-las da seguinte forma: após fixada a lembrança com cabelos e sinais, embrulham-na da cabeça aos pés num lençol preto e a colocam contra a parede da sala, com um cartãozinho que diz: “excursão a Quilmes”, ou “Frank Sinatra”.

Os cronópios, em compensação, esses seres desordenados e frouxos, deixam as lembranças soltas pela casa, entre gritos alegres, e andam no meio delas e quando passa alguma correndo, acariciam-na com suavidade e lhe dizem: “Não vá se machucar”, e também “Cuidado com os degraus”. É por isso que as casas dos famas são arrumadas e silenciosas, enquanto nas dos cronópios há uma grande agitação e portas que batem. Os vizinhos sempre se queixam dos cronópios, enquanto os famas mexem a cabeça compreensivamente e vão ver se os cartõezinhos estão todos no lugar.

*Julio Cortázar*¹⁵⁴

“**D**ezembro de 1978”, anotou Philippe Lejeune, “ao lado de um autorretrato de Hogarth, há um outro retrato também pintado por ele

¹⁵⁴ CORTÁZAR, Julio. *Histórias de cronópios e de famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 102.

que representa um de seus amigos”. Mas, a questão é que logo veio uma pergunta. O segundo quadro era mesmo a figura de um amigo de Hogarth ou mais um autorretrato? Era parecido com a lembrança que Lejeune tinha de outro autorretrato de Hogarth, visto provavelmente em Londres. A partir da comparação, Lejeune ficou convencido de que esse segundo retrato era um autorretrato de Hogarth. Mas logo depois percebeu que a comparação não se sustentava: “Só vi que estava errado ao consultar a etiqueta, mas fiquei tão surpreso que me perguntei se não haveria um erro nela!”

“Tudo é uma questão de etiqueta”, ironiza Lejeune. Por outro lado, ele conclui, com um ar mais de vencido do que de convencido: “Se aquela tela não é um autorretrato, preciso mudar meu olhar”.¹⁵⁵ No desenvolvimento da reflexão, ele se pergunta sobre a necessidade que alguns pintores tiveram quando identificaram o “autorretrato” na própria tela e a razão pela qual esse costume desapareceu. “Em pouco tempo, infelizmente, os pintores se distanciaram da clareza dos primeiros tempos, deixaram de pôr os nomes nos retratos. Por discricção? Para purificar a pintura de toda e qualquer escrita?”.¹⁵⁶ Não como conclusão, mas como provocação, ele sugere que a necessidade de legenda relaciona-se com a memória, advertindo que a necessidade de legendas relaciona-se com o esquecimento a respeito do que é figurado. Ao se tornar esquecido, o rosto torna-se desconhecido e carente de identificação.

Como era de se esperar, a referência mais incisiva sobre a escrita em museus não veio da museologia, e sim da literatura. Trata-se do artigo “Combating redundancy: writing texts for exhibitions”, publicado em 1994 por Margareta Ekarv. Envolvida com a edição de livros para adultos de pouca “literacia”, ela propôs um estilo específico para a escrita em exposições: frases curtas e diretas.¹⁵⁷ Na verdade,

¹⁵⁵ LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 238.

¹⁵⁶ *Ibid.* p. 242.

¹⁵⁷ EKARV, Margareta. Combating redundancy: writing texts for exhibitions. In: *The educational role of the museum*. Oxon: Routledge, 1994. p. 205-211.

nada de muito excepcional, sobretudo quando essas prescrições são postas em comparação com os manuais de propaganda e *marketing* ou em relação com os livros didáticos. Por outro lado, Ekarv pode ser vista hoje como partícipe dos variados movimentos que, desde o final do séc. XIX, procuraram fazer aproximações entre o museu e o visitante. De modo mais particular, é possível circunscrevê-la em uma preocupação que, nas últimas décadas, transformou o termo “comunicação” em âncora conceitual para se definir o caráter educativo e democrático do espaço museológico. Além do famoso caso do “Victoria and Albert Museum”, com seu “Interpretation Editor”, entre muitos outros, é bastante sintomático o título do primeiro congresso internacional organizado em Portugal pelo GAM (Grupo para a Acessibilidade em Museus): “Saber escrever para todos? A acessibilidade da comunicação escrita em museus”.¹⁵⁸

De uma maneira geral, o que está em pauta é o empreendimento educativo com base na eficiência da comunicação. A partir de pesquisas quantitativas, conclui-se que visitantes não leem textos longos. Conclusão que também é facilmente adquirida a partir de uma observação informal, não somente em torno de placas de museus, mas ao redor das placas em espaços públicos. Ora, não é difícil constatar a diminuição de tamanho dos textos publicitários no decorrer do século XX. O problema é que a pedagogia não ficou imune às investidas dos valores da sociedade de consumo. Não é possível desvincular o investimento na “comunicação” da própria noção de tempo constituída nas relações de mercado.

Pergunto-me, então, sobre a necessidade atual da palavra para o controle das imagens do passado. Túmulos, monumentos, peças de museus, estátuas em praça pública, tudo isso depende de placas informativas? Para fazer lembrar, as coisas necessitam de palavras?

Mesmo na chamada “arte contemporânea”, nunca vi ausência total de placas museológicas, até porque esse mundo, apesar de arroubos

¹⁵⁸ MINEIRO, Clara. Mas as peças não falam por si?! A importância do texto nos museus. *Revista Museologia.pt.*, Lisboa, n. 1, maio 2007. p. 71.

críticos, está no capitalismo, cultiva a existência do autor (afinal, alguém tem de receber os dividendos!). Há sempre identificação de autores, mesmo quando se informa que se trata de “obra coletiva”. Há sempre cercamentos nominais diante das obras, mesmo ao redor daquelas que querem ser “anti” alguma coisa, inclusive antimemória, ou proclamar algum tipo de fim, como o fim da história, fim do patrimônio. Assim, a plaquinha “sem título” fica até cômica. Também não conheço estátuas públicas sem dados sobre o estatuado. E assim por diante.

Em lugares de memória, a situação fica ainda mais tensa, pois a imagem, com todo seu poder monumental, continua carecendo do alfabeto. Está em jogo, então, a imposição da palavra na exposição de objetos, a proposição da escrita para posicionar restos e vestígios em espaços de lembrança. Será possível assim argumentar que, nos chamados “processos de musealização”, a palavra cerca o objeto, atribuindo-lhe uma existência específica, para atender a certas demandas. Assim, é preciso levar em consideração a variedade de relações com o passado por meio de objetos, inclusive com graus variados de dependência diante da escrita, da oralidade ou de outros objetos.

Como ressalta Foucault, o chamado “Renascimento”, que testemunha o desenvolvimento da imprensa, alimenta certos valores atribuídos ao texto: “Doravante, a linguagem tem por natureza primeira ser escrita”. A voz será algo transitório e precário. Afinal, Deus deixara para os homens as suas palavras por meio da escrita: “[...] a Lei foi confiada a Tábuas, não à memória dos homens; e a verdadeira Palavra, é num livro que a devemos encontrar”.¹⁵⁹

Apropriar-se é fragmentar e, para separar, é preciso nomear. Com a explicitação desse processo, Barthes analisa a “vontade de inventário” constituída na tessitura da *Enciclopédia*. De certa maneira, Barthes corrobora com as investidas de Foucault no sentido de perceber a centralidade da escrita para os modernos. Também citando a Bíblia, Barthes adverte que, no plano mítico, a posse do existente não tem início no

¹⁵⁹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 53.

Gênesis. O começo da apropriação mundana estaria no Dilúvio, “quando o homem foi obrigado a nomear cada espécie de animal e alojá-la, isto é, separá-la de suas espécies vizinhas”.¹⁶⁰

O estudo de Barthes não é propriamente sobre a escrita da *Enciclopédia*, e sim sobre as pranchas. O seu comentário sobre o uso da vinheta pode ser perfeitamente adequado para se perceber a função da placa museológica. Esse tipo de escrita, admite Barthes, “transmite sossego, segurança”. Por outro lado, as figuras da *Enciclopédia* podem confundir, coisa que os objetos expostos em museus também costumam fazer: “[...] logo que se abandona a vinheta para passar às pranchas ou figuras mais analíticas, a ordem tranquila do mundo fica abalada em proveito de certa *violência*”. O que se conclui, então, é que o mundo nomeado nunca permanece seguro: “o próprio espírito analítico, arma da razão triunfante, não pode fazer mais que reproduzir o mundo explicado por um mundo *a explicar*”. Além disso, há um “processo de circularidade infinita que é o do dicionário onde a palavra não pode ser definida senão por outras palavras”.¹⁶¹

Em uma perspectiva histórica, a escrita não é simplesmente o fruto de um amadurecimento de técnicas ou o avanço de habilidades propiciadas pelo desenvolvimento de certas competências. O que faz a escrita existir depende de demandas específicas, conforme exigências e expectativas que negociam com certas configurações de legitimidade e poder. A (des)confiança diante da palavra escrita, como bem mostra Foucault, não é homogênea em todos os tempos: “[...] perguntava-se como reconhecer que um signo designasse realmente aquilo que ele significava; a partir do século XVII, perguntar-se-á como um signo pode estar ligado àquilo que ele significa”. Desse modo, “a linguagem não será nada mais que um caso particular da representação (para os clássicos) ou da significação (para nós)”. A interdependência da linguagem e do mundo se desfaz. “As coisas e as palavras”, conclui Foucault, “vão separar-se”.¹⁶²

¹⁶⁰ BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 114.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 129.

¹⁶² FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*, 1999. p. 59.

“Pintura a óleo, séc. XIX, autor desconhecido”. Uma identificação? Não somente, mas, também, uma maneira de propor leituras por meio de palavras. Trata-se de uma forma de classificar e, ao compor o cenário expositivo, assume tom educativo. O que se escreve não vem simplesmente da coisa que a escrita pretende descrever. A escrita não está inscrita no objeto. É preciso entender a escolha que dá às placas as razões do emplacamento. Sem explicitação desse fundamento, não adianta diminuir ou aumentar os textos museológicos, usar ou não certos termos, dentro ou não de uma ordem direta. O conhecimento se define não na transmissão do que é conhecido, mas na explicitação dos critérios que foram selecionados no ato de conhecer ou de propor novas maneiras de reconhecer.

Vou dar um exemplo, que obviamente não é exemplar, mas pode servir para encaminhar o debate. Cito o texto do primeiro módulo da exposição “Ceará: História no Plural”, em que se procura explicitar as opções assumidas:

Aberto ao público no início de 1933, o Museu do Ceará já foi abrigado em vários lugares de Fortaleza e atualmente encontra-se em um prédio de inestimável valor histórico: o Palacete Senador Alencar, cuja construção foi finalizada em 1871, para ser a sede da Assembléia Provincial.

Seu acervo é variado e continua sendo ampliado com as doações que são realizadas. Atualmente, desenvolve um projeto educativo que contempla pesquisas históricas, publicações, cursos, oficinas para professores e a realização de exposições temporárias.

Nesse módulo, são apresentados alguns documentos que mostram aspectos da trajetória do museu: publicações, placas e fotografias. Percebe-se, então, que várias foram as maneiras de interpretar a história do Ceará por meio de objetos expostos. Com o passar do tempo, as formas de estudar o passado foram mudando.

E a nova exposição CEARÁ: HISTÓRIA NO PLURAL tem o objetivo de provocar a reflexão crítica com base no pensamento do Paulo Freire. Tudo vem com o objetivo de evidenciar contradições e gerar perguntas: a divisão em módulos, a construção da cenografia, em jogo de cores e sombras, a disposição de textos de apresentação dos módulos e as legendas informativas sobre as peças.¹⁶³

¹⁶³ ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MUSEU DO CEARÁ [ASMUCE]. *Museu do Ceará 75 Anos*. Fortaleza: Associação Amigos do Museu do Ceará, 2007. p. 453.

Nessa linha, ou melhor, nessa tessitura, o primeiro texto do segundo módulo foi escrito com ênfase em negações:

O Ceará não tinha, nem fazia falta. O que havia era um conjunto de populações que foi agredida e combatida com a chegada dos colonizadores no séc. XVI. O Ceará, juntamente com outras divisões do Brasil, veio depois, para criar centros administrativos e repressivos. A criação do Ceará veio para explorar a terra e dominar seus habitantes, como aconteceu em outros lugares subjugados pelo sistema colonial.

Os objetos arqueológicos aqui expostos não são os vestígios dos primeiros habitantes do Brasil. Também não são os testemunhos dos primeiros cearenses. Brasileiros e cearenses são invenções recentes. Antes, havia povos que viviam suas vidas das mais variadas maneiras, com grande diversidade cultural. Foram os colonizadores que inventaram o termo “índio”.¹⁶⁴

É claro que isso não define a leitura do visitante, mas sugere. O que daí vai sair como construção de sentido subordina-se a muitos outros fatores que dependem dos outros trabalhos educativos do museu com o público e, é claro, das reflexões que o público já tem ou deseja ter. De qualquer modo, o que se pode afirmar com segurança é que tais textos não foram extraídos das peças, mas apresentam possibilidades de estudá-las em sintonia com os desafios de uma história social da cultura, comprometida com a reflexão crítica sobre as ligações e as separações entre passado, presente e futuro. É por isso que, na montagem de exposições, o fundamental é desvincular o objeto da escrita, quer dizer, entender que, para um objeto, há inúmeras possibilidades de escrita, a depender do sentido a ser convocado.

Tudo indica que há uma dependência da escrita para se chegar a certos contornos do objeto. Não se defende, com isso, uma centralidade inevitável e teleológica da escrita, até porque imagens e objetos possuem linguagens que são peculiares, com potências específicas. Entre palavra e imagem, foram constituídas muitas articulações e conflitos em uma complexa rede de dependências. Nesse sentido, a pequena

¹⁶⁴ *Ibid.* p. 454.

placa de identificação em um museu (ou qualquer outro lugar de memória) é uma maneira de delimitar campos de significação, que, além de direcionar leituras, indica a astúcia da letra diante do artefato.

Fala-se, atualmente, em discurso museológico, textos feitos não com palavras e sim com objetos, luzes, músicas, ambientações, cenografias. Mas tudo sempre vem de mãos dadas com as identificações emplacadas. Nomes e mais nomes, a começar pelo nome do museu e da exposição. Por diversas razões, vinculadas sempre a certos posicionamentos políticos e procedimentos interpretativos, o destino atual do patrimônio é ser cada vez mais emplacado.

O museu pressupõe que seu acervo está separado das memórias socialmente compartilhadas, por isso precisa de legendas, inventários, catálogos. Aliás, a relação entre aquilo que chamamos genericamente de “nosso patrimônio” e as placas de identificação sempre denuncia que o patrimônio já não é nosso e talvez nunca tenha sido. Não escapou à Mário Quintana essa contradição da vontade mnemônica, como se vê em um texto-poema chamado “placas”:

Ah, meu pobre Coronel Emerenciano, quem sois vós? Quem sois vós, Dona Maurília, Renando Ivo? Altamirando Barbosa da Silva? Quem sois vós, com todos esses inúteis cartões de visita deixados teimosamente em cada esquina. Que vergonha, velinhos... Essa coisa de a gente virar rua é uma forma pública de anonimato.¹⁶⁵

Muito citado, quando se questionam os “excessos de memória” do mundo contemporâneo, é “Funes, o memorioso”. Mas, aqui, gostaria de ressaltar outro aspecto trabalhado na escrita de Borges, quer dizer, o caráter de síntese que há na palavra. Na mente do memorioso, aloja-se uma imensa capacidade para a observação do detalhe. O pormenor torna-se tão percebido que a árvore de hoje não é a mesma de ontem. Nessa lógica, admite-se que, em cada situação, a árvore é única, pois apresenta-se aos olhos de maneira inédita. As aparências de várias

¹⁶⁵ QUINTANA, Mário. *Caderno H*. São Paulo: Globo, 2006. p. 96.

árvores exigem vários nomes. Há, portanto, uma incapacidade para a síntese. Ora, a rigor, não há duas árvores completamente iguais, como $1 = 1$ ou $A = A$, mas sim propriedades que definem o “ser árvore”, em um procedimento que permite a comunicação entre os humanos. É por isso que o adjetivo é sempre restritivo diante do substantivo. Sem síntese, Funes morre de uma doença respiratória.¹⁶⁶ O mundo tornara-se muito grande, não era mais possível respirar. Sem abstrações conceituais (necessariamente genéricas) que residem em qualquer substantivo, o mundo ficou sem substância compreensível. Isso não tem nada a ver com falta de eficiência na comunicação, mas com a denúncia sobre as astúcias constitutivas da palavra, em sua ânsia permanente para nomear o inominável, generalizando o particular e particularizando o geral. Em certa medida, a ficção de Gonçalo Tavares repõe esse mesmo problema, mas com um desfecho peculiar:

Para mostrar que não se submetia à ditadura das palavras o senhor Juarroz todos os dias dava um nome diferente aos objetos. Metade do seu dia de trabalho passava-o assim a atribuir nomes às coisas.

Por vezes, ficava tão cansado com essa tarefa inaugural, que passava a segunda parte do dia de trabalho a descansar.

Quando adormecia os novos nomes das coisas misturavam-se, nos sonhos com os antigos nomes, e por vezes o senhor Juarroz acordava tão embaralhado que deixava cair a primeira coisa que tentava segurar, e essa coisa, da qual por momentos não sabia o nome, partia-se.¹⁶⁷

Aqui, o fim não é a morte do Sr. Juarroz, como ocorre com o memorioso, e sim o fim dos objetos, que se partem porque não suportam tantos nomes. No final das contas, ressalta-se o desejo dos escritores contemporâneos no sentido de escrever sobre os mistérios das palavras, juntamente com a determinação de desvendar articulações de poder. Assim, critica-se o autoritarismo da linguagem a partir

¹⁶⁶ BORGES, Jorge Luís. Funes, o memorioso. In: *Obras completas*. São Paulo: Globo, 1998. v. 1, p. 546.

¹⁶⁷ TAVARES, Gonçalo. *O senhor Juarroz*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 21.

da quantidade de palavras. Os escritores percebem que, tanto o aumento quanto a diminuição de vocábulos pode expressar a vontade de poder do sujeito diante do objeto.

O caso do livro *1984*, de George Orwell, é emblemático. O “Dicionário da Novilingua”, constantemente atualizado sob as ordens do Grande Irmão, pretendia reduzir, gradativamente, o número de palavras em uso corrente. O intuito era claro: tornar o mundo completamente objetivo. Diminuir a complexidade do real com a diminuição da língua. Syme era um dos filólogos que trabalhavam na “destruição das palavras”. Foi ele quem explicou para Winston como a palavra “mau” seria abolida. Em seu lugar ficaria o oposto de bom: “imbom”. Do mesmo modo, “muito bom” seria apenas “plusbom”, melhor seria “dupliplusbom”. Em operações semelhantes, a língua ia diminuindo e ficando mais precisa: “todos os conceitos necessários serão expressos exatamente por uma palavra, de sentido rigidamente definido”. Cada “significado subsidiário” seria automaticamente esquecido. Nesse mundo onde se pretendia controle total, acreditava-se que o futuro dependia do novo dicionário: “A Revolução se completará quando a língua for perfeita”.¹⁶⁸ *1984* vislumbra que, em 2050, a “Novilingua” será o único idioma conhecido. Teríamos, então, o oposto da literatura, em seu desejo sempre ardente de recriar o mundo na recriação do trânsito de palavras que faz os leitores percorrerem outros trajetos pelo mundo concreto, alargando as possibilidades do existente.

¹⁶⁸ ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Editora Nacional, 1991. p. 53.

Capítulo XVII

COMO FAZER PLACAS

A senhora pôs a chave em cima do balcão. Uma chave normal a que estava presa uma pequena tábua de madeira com um nome. Fixei os olhos no nome do quarto.

– Os quartos não têm número – perguntei.

Só têm nome. O hotel é pequeno, é fácil chegar lá. É depois deste longo corredor. Encontra rapidamente o quarto.

Olhei de novo para a placa de madeira. Não havia qualquer dúvida. O que estava escrito na placa de madeira era AUSCHWITZ.

– Este é o nome do quarto?

– Sim – respondeu ela.

– Temos outro vago. E com duas camas. Mas se é a questão do nome não adianta muito.

E afastou-se para eu poder ver atrás dela o mapa dos quartos. Todos tinham o nome de um campo de concentração: TREBLINKA, DACHAU, MAUTHAUSEN-GUSEN.

Marius pensou em várias coisas ao mesmo tempo. Teve o impulso de virar as costas de imediato e de tirar Hanna dali, mas não o fez.

– Por que fazem isso?

– Porque podemos – respondeu a senhora, secamente. – Somos judeus.

*Gonçalo Tavares*¹⁶⁹

¹⁶⁹ TAVARES, Gonçalo. *Uma menina está perdida no seu século à procura do pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 52-53.

Francis Ponge costumava dizer que sua poesia vinha do mutismo dos objetos. É como se eles necessitassem da palavra, assim como ele mesmo necessitava desse mutismo ambulante, essa falta de fala que o seduzia. O mutismo das coisas provocava uma emoção que empurrava a sua própria escrita: “[...] tenho o sentimento de instâncias mudas da parte das coisas, solicitando que finalmente nos ocupemos delas, que as digamos [...]”.¹⁷⁰ Para Francis Ponge, o objeto é um abismo e uma ponte. Diante desse perigo de queda no vazio, dessa ameaça de descontrole, a palavra vem para organizar, domesticar.

Uma placa, como bem mostra a ironia de Machado de Assis, nunca é inocente:

- Mas o que é que há? Perguntou Aires.
 - A república está proclamada.
 - Já há governo?
 - Penso que já; mas diga-me V. Ex.^a: ouviu alguém acusar-me jamais de atacar o governo? Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! Venha em meu socorro, Excelentíssimo. Ajude-me a sair deste embaraço. A tabuleta está pronta, o nome todo pintado. – “*Confeitaria do Império*”, a tinta é viva e bonita. O pintor teima em que lhe pague o trabalho, para então fazer outro. Eu, se a obra não estivesse acabada, mudava de título, por mais que me custasse, mas hei de perder o dinheiro que gastei? V. Ex.^a crê que, se ficar “*Império*”, venham quebrar-lhe as vidraças?
 - Isso não sei.
 - Realmente, não há outro motivo; é o nome da casa, nome de trinta anos, ninguém a conhece de outro modo...
 - Mas pode pôr “*Confeitaria da República*”...
 - Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro.
 - Tem razão... Sente-se.
 - Estou bem.
 - Sente-se e fume um charuto.
- Custódio recusou o charuto, não fumava. Aceitou a cadeira. Estava no gabinete de trabalho, em que algumas curiosidades lhe chamariam a atenção, se não fosse o atordoamento do espírito.

¹⁷⁰ PONGE, Francis. *Métodos*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. p. 85.

Continuou a implorar o socorro do vizinho. S. Ex.^a, com a grande inteligência que Deus lhe dera, podia salvá-lo. Aires propôs-lhe um meio-termo, um título que iria com ambas as hipóteses, – “*Confeitaria do Governo*”.

– Tanto serve para um regímen como para outro.

– Não digo que não, e, a não ser a despesa perdida... Há, porém, uma razão contra. V. Ex.^a sabe que nenhum governo deixa de ter oposição. As oposições, quando descerem à rua, podem implicar comigo, imaginar que as desafio, e quebrarem-me a tabuleta; entretanto, o que eu procuro é o respeito de todos.

Aires compreendeu bem que o terror ia com a avareza. Certo, o vizinho não queria barulhos à porta, nem malquerenças gratuitas, nem ódios de quem quer que fosse; mas, não o afligia menos a despesa que teria de fazer de quando em quando, se não achasse um título definitivo, popular e imparcial. Perdendo o que tinha, já perdia a celebridade, além de perder a pintura e pagar mais dinheiro. Ninguém lhe compraria uma tabuleta condenada. Já era muito ter o nome e o título no *Almanaque de Laemmert*, onde podia lê-lo algum abelhudo e ir com outros, puni-lo do que estava impresso desde o princípio do ano...

– Isso não, interrompeu Aires; o senhor não há de recolher a edição de um almanaque.

E depois de alguns instantes:

– Olhe, dou-lhe uma ideia, que pode ser aproveitada, e, se não a achar boa, tenho outra à mão, e será a última. Mas eu creio que qualquer delas serve. Deixe a tabuleta pintada como está, e à direita, na porta, por baixo do título, mande escrever estas palavras que explicam o título: “Fundada em 1860”. Não foi em 1860 que abriu a casa?

– Foi, respondeu Custódio.

– Pois...

Custódio refletia. Não se lhe podia ter *sim* nem *não*; atônito, a boca entreaberta, não olhava para o diplomata, nem para o chão, nem para as paredes ou móveis, mas para o ar. Como Aires insistisse, ele acordou e confessou que a ideia era boa. Realmente, mantinha o título e tirava-lhe o sedicioso, que crescia com o fresco da pintura. Entretanto, a outra ideia podia ser igual ou melhor, e quisera comparar as duas.

– A outra ideia não tem a vantagem de pôr a data à fundação da casa, tem só a de definir o título, que fica sendo o mesmo, de uma maneira alheia ao regímen. Deixe-lhe estar a palavra *império* e acrescente-lhe embaixo, ao centro, estas duas, que não precisam ser graúdas: *das leis*. Olhe, assim, concluiu Aires, sentando-se à secretária, e escrevendo em uma tira de papel o que dizia.

Custódio leu, releu e achou que a ideia era útil; sim, não lhe parecia má. Só lhe viu um defeito: sendo as letras de baixo menores, podiam não ser lidas tão depressa e claramente como as de cima, e estas é que se meteriam pelos olhos ao que passasse. Daí a que algum político ou sequer inimigo pessoal não entendesse logo, e... A primeira ideia, bem considerada, tinha o mesmo mal, e ainda este outro: pareceria que o confeitiro, marcando a data da fundação, fazia timbre em ser antigo. Quem sabe se não era pior que nada?

– Tudo é pior que nada.

– Procuremos. [...] ¹⁷¹

Se as placas museológicas são (re)produzidas a partir do mutismo sobre o qual fala Francis Ponge, são igualmente participantes de relações de poder historicamente situadas, como mostra Machado de Assis. Se as placas estão assim envolvidas em silêncio e poder, o grande desafio está em assumi-los. Não para lhes dar a palavra final, mas no intuito de admitir que a escrita não é uma inscrição ditada pelos próprios objetos e sim uma maneira de circunscrever. Se assim se faz, a amarra entre a palavra e a coisa deixa de ser solução para se tornar questão. É por isso que a história dos objetos pressupõe uma história das palavras.

¹⁷¹ ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976. p. 80.

Capítulo XVIII

A DELEGACIA, O MUSEU E A FRONTEIRA

Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer.

*Roland Barthes*¹⁷²

Localizada no sul do Ceará, a irmandade do Caldeirão começou a existir em 1926 e, depois da seca de 1932, passou a ter mais de 1.000 pessoas. Eram camponeses e, ao mesmo tempo, devotos do padre Cícero e seguidores do beato José Lourenço. Em mutirão, trabalhavam, rezavam e dividiam a produção conforme a necessidade de cada família. Depois da morte do Padre Cícero, no dia 20 de julho de 1934, houve uma mobilização da Igreja, em aliança com latifundiários e o Estado do Ceará, para desarticular os devotos. Afirmava-se que, à margem da lei, crescia um núcleo semelhante a Canudos. No dia 15 de setembro de 1936, a polícia do Ceará invadiu e destruiu a irmandade. Como “troféus de guerra”, foram trazidos para Fortaleza alguns objetos: duas cruzes,

¹⁷² BARTHES, Roland. *Aula*. Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França. Pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução de posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, s/d. p. 14.

um estandarte, um turíbulo, duas roupas de culto penitencial, uma espingarda, uma palmatória, uma foice, um machado e uma cadeira.

O estandarte era tecido em algodão branco, com a estampa do Sagrado Coração de Jesus ao centro, copiando o modelo divulgado pela Igreja. As roupas azuis, além do coração, traziam cruzeiros, no modelo usado pelos grupos de penitentes, conforme a tradição que havia se espalhado pelo sertão. As duas cruzeiros eram de madeira, uma com 90 cm de altura e 50 cm de largura e a outra um pouco menor. A espingarda de chumbo servia para caçar animais de pequeno porte, como era comum se usar. A foice e o machado estavam encabados com uma madeira já torneada pelo contato com a mão e o suor. O turíbulo era prateado, tal como se via nas igrejas, mas sem excessos ornamentais. A cadeira com assento de couro e braços de madeira também não era um objeto excepcional, mas tinha certa peculiaridade, sobretudo no encosto, com entalhamento de flores formando figuras geométricas.

Eram utensílios de reza e trabalho, como era de reza e trabalho a grande parte do tempo de quem ali vivia. Estavam no meio de muitos artefatos, como enxadas, pratos, canecos, potes, redes de dormir, oratórios, rosários. Funcionavam nas relações cotidianas, como criação e criatura das relações sociais. Se não eram excepcionais em princípio, passaram a ser.

Ao contrário do destino que seria comum, os objetos formaram uma coleção. Transmutaram-se. Deixaram de ter valor de uso para ganhar valor de memória. Não uma memória dos que usavam os artefatos, mas exatamente a memória dos que subtraíram esse valor de uso em nome do valor de “prova do crime”, capaz de sintetizar a “vida estranha”, diante da qual as autoridades tomaram as providências necessárias. Se a primeira reconfiguração se deu na recolha compulsória, a segunda ocorreu na delegacia de Fortaleza, exatamente quando os artefatos foram exibidos para visita pública. Como não podiam ficar em exposição por muito tempo, surgiu uma ideia para perpetuar a imagem da coleção como a expressão do perigo e do atraso do Caldeirão, com a versão da polícia a respeito dos acontecimentos referentes à desarticulação da comunidade. A ideia foi fotografar tudo, para que as fotografias fossem inseridas no livro/

relatório “Ordem dos Penitentes”, publicado em 1937 pelo tenente Góes de Campos Barros, delegado da Ordem Política e Social.

Debaixo de cada imagem, foi colocada uma legenda. Tentativa, é claro, de direcionar o olhar, para enquadrar o enfoque em certos limites perceptivos. A intenção das legendas consistia em provar a existência de um perigoso núcleo de fanatismo. Em tudo há um certo tom de ironia, para reafirmar que se promovia no Caldeirão um perigoso desvio do catolicismo. Junto da fotografia enfocando a foice e o machado há, por exemplo, o seguinte: “nesses dois instrumentos de trabalho apenas tocavam as mãos puras do preto milagroso”.¹⁷³ A cadeira de madeira, com flores esculpidas, foi chamada de “CADEIRA PONTIFICIAL – possivelmente, nos dias grandes, aí se sentava o Pagé, para o beija mão”.¹⁷⁴ Diante de vestes de culto, lê-se o seguinte: “o guarda-roupa chegava a ser luxuoso”.¹⁷⁵ Procura-se evidenciar que, além de tudo, o beato enganava seu povo, pois viveria rodeado de regalias.

Na mesma página em que o tenente Góes informa sobre as “curiosidades” expostas na delegacia, vem a cópia do ofício dirigido pelo capitão Cordeiro Neto ao Juiz de Direito do Crato. O intuito era justificar o “depósito legal” do dinheiro proveniente dos bens vendidos pela polícia. Em resumo, argumenta-se que tudo que foi retirado no decorrer da operação militar estava na categoria de “objetos deterioráveis”. Logo em seguida, vem a reprodução de uma determinação oficial, também do capitão Cordeiro Neto, esclarecendo que o principal motivo para a publicação do relatório em forma de livro foi esclarecer sobre a necessidade de se evitar a formação de um mal maior, que poderia ser mais desastroso do que Canudos.¹⁷⁶

A memória fixada no relatório era uma tentativa de monopolizar a narrativa sobre os acontecimentos diante de outras versões, que extrapolaram o âmbito da oralidade e chegaram à imprensa, como foi o caso da matéria que o jornal *O Povo* publicou no dia 30 de setembro.

¹⁷³ Barros (1937, p. 29).

¹⁷⁴ Barros (1937, p. 30).

¹⁷⁵ Barros (1937, p. 31).

¹⁷⁶ Barros (1937, p. 39).

Inicialmente, o texto concorda com o fim daquela “vida estranha” e elogia a presença de um destacamento no Caldeirão depois do ataque, com o intuito de “manter a ordem” e impedir a “reorganização do centro de retardamento social”. Depois, há uma denúncia, não com o intuito de se contrapor ao governo, mas para ajudá-lo: “segundo informações que nos têm sido enviadas, o destacamento está pondo em leilão todos os pertences de José Lourenço”. Argumenta-se que “algodão, animais, utensílios domésticos, tudo, enfim, é vendido, sem a menor formalidade legal”. Conforme o jornal, não era culpa das autoridades e sim daqueles que estavam realizando o desvio.¹⁷⁷ O fato é que, depois da invasão em setembro de 1936, nenhum habitante do Caldeirão quis levar o que “era de todos”. O tenente Góes, em seu relatório, ficou sem entender a razão desse desprendimento:

O Capitão Cordeiro explicou, a todos, o que viera fazer. Era necessário que cada um voltasse ao seu lugar de origem, levando que lhe pertencia, porque o Estado não podia permitir aquele agrupamento perigoso. As famílias deveriam abandonar a região dentro de cinco dias e os solteiros dentro de três. [...] As passagens de trem ou de navio, oferecidas pelo Chefe de Polícia, foram, unanimemente, rejeitadas. E, fato singular, ninguém tinha bens a conduzir. Tudo que ali estava, diziam, era de todos, mas não tinha dono.¹⁷⁸

Enfim, os objetos amputados do Caldeirão percorreram destinos variados. Enquanto uns foram vendidos com (ou sem) formalidade legal, outros se transformaram em troféus de guerra e passariam a cumprir determinadas funções no âmbito da memória. Depois de expostos na delegacia e enfocados nas fotografias do relatório “A Ordem dos Penitentes”, os artefatos foram doados ao Museu Histórico do Ceará.

A transferência conservou pelo menos um sentido. A cadeira ou o turíbulo, a foice ou a espingarda continuaram com o atributo de

¹⁷⁷ *O Povo*, 30 set. 1936.

¹⁷⁸ Barros (1937, p. 24).

testemunho fiel de um passado recente, e ao mesmo tempo distante, já que o Caldeirão apresentaria um primitivismo em oposição ao progresso que se desejava e pelo qual os governos responsáveis deveriam lutar. Continuariam a funcionar como prova material do atraso a ser extirpado do tempo. Em consonância com os rumos do “Estado Novo”, o diretor do museu, Eusébio de Sousa, confiava no futuro da nação a partir da união de todos os brasileiros. Por outro lado, seria simplificador aceitar que basta localizar a instituição na circunstância do jogo político oficial. Do mesmo modo, seria inconsistente concluir que os sentidos estacionam na ideia de exibir estilhaços do inimigo, recolhidos na batalha vitoriosa. Se, da delegacia ao museu, os objetos continuaram a fazer sentido no tempo linear e evolutivo, por outro lado incorporaram novas figurações, como será visto no próximo capítulo.

Antes, porém, vale a pena indagar sobre esse fluxo de objetos de culto para uma delegacia. Não era algo incomum. Objetos de culto poderiam ser ilegais, quando se tratavam de objetos associados ao fanatismo, principalmente se revelassem algum indício de tradição africana — assim entendia a polícia até meados do século XX. Vinte anos depois da abolição do cativo, Nina Rodrigues conclui: “Atualmente, sem a escravidão, elas [as práticas de feitiçaria] passaram à prepotência e ao arbítrio da polícia, que não é mais esclarecida que os antigos senhores”. Além disso, ou com isso, Nina Rodrigues denuncia que a imprensa divulgava sem parar e sem cansaço as práticas da repressão, alimentando e sendo alimentada pela “crueldade da opinião pública, que querendo mostrar espírito forte e culto, acaba revelando a pior ignorância sobre esse fenômeno sociológico”.¹⁷⁹ Aliás, fazia parte do método de Nina Rodrigues colecionar esse material jornalístico. Transformando-o em fonte de pesquisa, ele evidencia que “as medidas empregadas na Bahia contra os cultos africanos” são, na verdade, “atos violentos, arbitrários e ilegais”.¹⁸⁰ As denúncias continuaram, mas com pouco efeito prático. Pouco tempo depois, em 1937, nos trabalhos apresentados no segundo

¹⁷⁹ RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008. p. 217.

¹⁸⁰ *Ibid.* p. 213.

Congresso Afro-brasileiro, é significativa a presença de um texto que assim se intitula: “A liberdade religiosa no Brasil: a Macumba e o Batuque em face da lei”.¹⁸¹

Em 1950, Câmara Cascudo volta ao assunto em seu livro sobre catimbó. Logo no início, ele se refere às desventuras dos “mestres”: “catimbozeiros mortos, ex-escravos, vidas sem história...”. Ainda que sem a veemência da Nina Rodrigues, Câmara Cascudo registra a continuidade da violência. “Viveram [os mestres], como a maioria dos colegas vive ainda, nas casinhas de palha, de taipa oscilante, fugindo, tremendo, das visitas policiais, arrastados como bichos curiosos diante das máquinas fotográficas para identificação criminal”.¹⁸² Identificação criminal no sentido amplo, inclusive com práticas daquilo que poderia ser chamado de etnografia policial: fotografias exibindo cultos realizados em delegacias para o escrutínio de delegados, policiais e curiosos. Como se vê na seguinte imagem que Câmara Cascudo reproduz:

FIGURA 1 – SESSÃO DE CATIMBÓ



Fonte: Cascudo (1951, p. 190).

¹⁸¹ BITTENCOURT, Dario. A liberdade religiosa no Brasil: a Macumba e o Batuque em face da lei. In: Vários Autores. *O negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. (Trabalhos apresentados ao 2. Congresso Afro-brasileiro, Bahia, 1937).

¹⁸² CASCUDO, Luís da Câmara. *Meleagro*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1951. p. 11. (Depoimento e pesquisa sobre a magia branca no Brasil).

Criminalizado e admirado, desacreditado e temido, diferente e semelhante, afastado e desejado. Em resumo: espectral. “Um circunstante pergunta se Mestre Elias poderia informar se este ano morreria algum dos presentes”. A fotografia é oficial e não dá conta desse movimento que o texto do jornal dá a ver. O criminoso é convidado a exibir seu crime, o crime passa a ser de todos, o gozo é coletivo diante do outro que pode ser o mesmo, mas não para sempre, ou seja, apenas ali e em outras situações mais ou menos pontuais, pelo menos na aparência. Mestre Elias vai responder “se este ano morreria algum dos presentes”. Papéis oscilam, mas sem sair muito do *script*. Mestre Elias responde na hora, intuindo que ali ele é o outro a ser explorado. Objeto de uso, o outro reage à altura, ou melhor, acima do gozo em andamento, adiando-o na fantasia onde ele é criador e criatura, quer dizer, adiando-o astuciosamente para um lugar devidamente apropriado, não se sabe bem onde, porque é perigoso e isso faz parte. Mestre Elias fala seguindo seu protocolo de respostas. “Mestre Elias respondeu aborrecido que somente o Pai Celestial poderia desvendar o futuro”. Por um lado, a vida cresce nos *segredos guardados*.¹⁸³ O texto, por outro lado, murcha, esvai-se no seu próprio veneno farmacêutico. O jornalista ironiza, à espera de mais um caso sensacional de feiticeiro preso e depois solto por falta de provas, apesar dos objetos apreendidos na operação policial. “E acabou aí a exibição, opinando alguns dos entendidos presentes que o trabalho fora fraco. (*Diário de Natal*, de 15 de outubro de 1947)”.¹⁸⁴

E assim sujeitos e objetos de culto iam transitando nas delegacias, oprimidos pela letra da lei e dos jornais, mas também negociando e invertendo papéis, na medida da ocasião, compondo trajetos de trocas e atritos, numa assimetria de poderes, ora da terra, ora do Além, mas sempre encarnados: corpos pacíficos no instante e guerreiros na duração, a depender das exigências e das possibilidades.¹⁸⁵ E assim, em alguns casos, objetos que entram nas delegacias pelas mãos da repressão acabavam chegando

¹⁸³ PRANDI, Reginaldo. *Segredos guardados: Orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁸⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *Meleagro...*, p. 193.

¹⁸⁵ BRAGA, Júlio. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos Candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.

às mãos de colecionadores e museus.¹⁸⁶ Câmara Cascudo, por exemplo, salvou do fogo um acervo de livros e outros objetos que os policiais haviam confiscado nas “batidas” em Natal, “muitos livros sobre Espiritismo e ciências ocultas, edições de ‘O Pensamento’, folhetos do ‘Círculo Esotérico da comunhão do Pensamento’, de São Paulo”.¹⁸⁷

No caso do Caldeirão, os objetos ficaram certo tempo expostos na delegacia, depois é que foram para o Museu Histórico do Ceará, também para ficarem expostos. Palavra-chave: exposição. Expor tudo que pudesse ser curioso. Não é à toa que, no século XIX, o necrotério de Paris foi considerado uma espécie de museu. Exibia corpos, a depender da curiosidade que pudessem despertar, em sintonia com o desejo que os jornais deviam cultivar, como é o caso da “Criança da rua Vert-Bois”, tal como foi divulgado por uma matéria do *Le Monde Illustré* do dia 15 de agosto de 1886.¹⁸⁸ Zoológicos, necrotérios e delegacias possuem ligações pouco confessáveis com a legitimidade que os museus pretendem ter. Ligações que se articulam com a letra da lei e dos jornais, com a letra dos livros de história e das placas de identificação museológica. O peso da escrita cerca e cerceia os objetos. Como será visto no próximo capítulo, o cerco e o cerceio não são apenas atividades museológicas, mas estão na própria condição de existência dos museus em suas manipulações que fazem os objetos entrarem em outras vidas, ou melhor, que fazem os objetos saírem das vidas que tinham e entrarem no limbo classificatório da sede de inventários, circuitos e exposições.

Se a língua é fascista, como mostra Barthes na epígrafe, o museu não deixa de ser. Não porque o museu tem língua própria, mas pelo fato de estar submetido à língua do poder. Poder classificar: dividir para juntar e juntar para dividir, e tudo isso em nome da exibição pública e notória. Ao exhibir, o museu está a serviço do “obrigar a dizer”. Obrigação que, no final das contas, vigia o mundo, quase sempre para puni-lo.

¹⁸⁶ LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro: construindo identidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

¹⁸⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *Meleagro...*, p. 138.

¹⁸⁸ SCHWARTZ, Vanessa. O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema: o gosto do público pela realidade na Paris fim-de-século. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 342.

Capítulo XIX

A BIOGRAFIA DOS OBJETOS: COMO E POR QUÊ

Minhas coisas no hotel não parecem minhas. Não conseguem carregar consigo aquilo que normalmente as circunda: as roupas não trazem junto suas gavetas, a escova não traz a pia onde fica largada, o pijama não arrasta a minha cama. Isoladas do que lhes é contíguo, parecem tão sozinhas quanto eu.

*Nuno Ramos*¹⁸⁹

O que dizer de um Renoir que acabe numa coleção particular e inacessível? Ou de um outro Renoir esquecido no porão de um museu? Como deveríamos nos sentir sobre um terceiro Renoir que saia da França para os Estados Unidos? Ou para a Nigéria? As reações culturais a tais detalhes biográficos revelam um emaranhado de julgamentos estéticos, históricos e mesmo políticos, e de convicções e valores que moldam as nossas atitudes quanto a objetos designados de “arte”.

*Kopytoff*¹⁹⁰

¹⁸⁹ RAMOS, Nuno. *Ensaio geral: projetos, roteiros, ensaios, memória*. São Paulo: Globo, 2007. p. 227.

¹⁹⁰ KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: UFF, 2008. p. 92.

A memória que o Museu Histórico do Ceará passou a narrar estava em sintonia com as deferências e as reverências aos modelos historiográficos que eram debatidos e exibidos pelo Instituto Histórico do Ceará desde o final do séc. XIX. Logo depois de criado, em 1932, o Museu Histórico do Ceará passou a receber uma significativa variedade de doações, motivada pela política oficial do Estado e o empenho do seu primeiro diretor. Como era de se esperar, moedas e medalhas, ao lado de coisas que lembravam heróis e fatos patrióticos. As doações mais valorizadas eram vinculadas aos chamados “objetos biográficos”, ou seja, marcados pelo nome de quem os possuía. Mas, aparecem muitos outros artefatos. Eusébio aceitava praticamente tudo que pudesse chamar atenção. Cito, nesse sentido, algumas doações registradas entre julho e setembro de 1933, tal como foram publicadas em jornal, com a identificação do doador e de sua cidade:

Pelo sr. Antônio Franklin do Nascimento, Fortaleza: antigo *Dicionário da língua portuguesa*, de Moraes, dois volumes. Pelo sr. Atualpa de Alencar, Fortaleza: um machado de pedra, indígena. Pelo sr. Aristides Chagas Moreno, Quixadá: um bloco de calcário sacaróide (mármore), tirado de uma pedreira existente na fazenda Vidéo, de sua propriedade. Pelo sr. Manfredo de Oliveira Lima, Limoeiro: um par de estribos de ferro. Pelo sr. José Abreu do Nascimento, Fortaleza: um fóssil-peixe, original da cidade do Crato; curativo de emergência, acondicionado em caixa de metal, usado pelos revoltosos paulistas de 1932; carteira de cigarros 9 de Julho, usada pelos mesmos revolucionários, em 1932. Pelo colegial Eliomar Saraiva, aluno do Instituto S. Luís, Fortaleza: um espelho antigo.¹⁹¹

É exatamente essa variedade de doações que traz mais dificuldades para se perceber como os objetos do Caldeirão passaram a fazer

¹⁹¹ Ceará, 8 ago. 1933.

parte do acervo. Classificá-los, por exemplo, na categoria de “religiosidade popular” seria, obviamente, um anacronismo, assim como seria inadequada a criação de outras divisões vinculadas à narrativa linear dos fatos ou a partir de configurações temáticas. Jornais da época usam termos como “reliquia”, “curiosidade” ou “raridade” para qualificar o acervo acumulado. Assim, poder-se-ia imaginar que tudo isso teria conexões com a sensibilidade antiquária, que resistia diante de novas configurações da escrita da história, calcadas no cientificismo e nos métodos de investigação que ganharam corpo no decorrer do séc. XIX. Por outro lado, a questão não deve ser assim reduzida.

É preciso pensar sobre a distância que havia entre o que se praticava e o que se considerava como ideal. Como bem ressalta Ulpiano Bezerra de Menezes, os chamados “Museus Brasileiros” são comumente tratados como adaptações de modelos europeus e muito raramente interpretados em suas peculiaridades. Sobre isso, ele adverte: se, por um lado, o antiquário não tornará “o passado em presença materializada nos objetos que o circundam”, por outro, o historiador não terá êxito em transformar “o passado distante em objeto de reflexão científica, intelectual”.¹⁹²

Fica evidente que, na coleção formada pelos objetos do Caldeirão, havia um caráter de “troféu” e “prova” da ação correta da polícia. Além disso, ou a partir disso, entra em jogo a especificidade do espaço museológico que se estava constituindo, com base em tradições que, dependendo do caso, estavam em confronto ou colaborações, como nacionalismo, regionalismo, romantismo, iluminismo e sensibilidade antiquária. Seria temerário escolher apenas um termo para caracterizar o direcionamento promovido por Eusébio de Sousa, mas, de qualquer modo, vale sublinhar que nada disso estava “solto no ar”. Não se pode, afinal, tratar esse imbróglio de (con)tradições sem referências às íntimas relações entre a instituição do poder da memória e a memória do poder instituído.

O que estava sendo valorizado, naquele lugar oficial, não era a experiência comunitária do Beato Lourenço, nem poderia ser. Exigir,

¹⁹² BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998. p. 122.

hoje, que tal experiência vivida dos camponeses se fizesse constar na exposição seria, no mínimo, embarcar em um reducionismo anacrônico, tão grave quanto imaginar que o próprio museu, na condição de museu do Estado, poderia ter sido algo oposto ao que foi. O que havia era uma (con) fusão de tratamentos dados aos acervos, indício das peculiaridades e vicissitudes do saber histórico na condução dos museus. Nessa perspectiva, o importante era a “vida curiosa” que os camponeses levavam, como curioso era o machado de um índio ou um “costume antigo” descrito na crônica dos jornais. Um herói da Guerra do Paraguai, por exemplo, também fazia (ou deveria fazer) parte da “tradição” de todos, mas de um modo específico: tratava-se de uma memória edificante, com inegável serventia para os vindouros. O Caldeirão também fazia parte da “tradição”, mas não era exemplo. Exemplo, na verdade, era a destruição do Caldeirão, assim como exemplar havia sido o fim de Canudos.

Para Michel de Certeau (1982), os usos do passado guardam íntima relação com a morte.¹⁹³ Na medida em que se faz a distinção entre passado e presente (uma das bases da ideia de progresso), é preciso definir a fronteira dos ausentes, inclusive para construir aberturas e fechamentos diante do futuro. O caráter explicativo da história é, também, uma estratégia pacificadora, para colocar o caos de fragmentos no seu devido lugar. É por isso que ele faz interagir a escrita sobre o passado com o passado sobre o qual a escrita se configura, não só para dar lugar aos mortos, oferecer-lhes um túmulo, mas também para pôr em evidência o que restou para os vivos e os vindouros. No final das contas, o Caldeirão não mais oferecia o perigo de outrora. Emergia, então, a “beleza do morto”, como diria Michel de Certeau (1996).¹⁹⁴ O perigo da memória tornar-se-ia abrandado na medida em que os “ancestrais” fossem apreciados como “antiguidades”.

No discurso de Eusébio para homenagear Clóvis Beviláqua, a importância do museu é destacada na medida em que o espaço transmuta-se em ponte entre o aquém e o além dos próprios objetos exibidos, que já

¹⁹³ CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

¹⁹⁴ CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Rio de Janeiro: Papirus, 1995.

foram possuídos pelos antecedentes, destacados como os “mortos que sempre e cada vez mais nos governam”.¹⁹⁵ Mas, como governam? Na medida em que são governados, ou melhor, enquadrados pelos procedimentos que os identificam. Identificar era preciso, antes de tudo. Saber de quem era um objeto e quem seria o “vulto” que mereceria ser assim representado em um espaço de memória. Além de placas e legendas, os catálogos seriam fundamentais.

Apesar de ser um projeto de 1932, o primeiro catálogo só veio em 1960. Esse “Guia do Visitante” não faz, como era de se esperar, a listagem dos objetos em exposição, apesar de trazer alguns detalhes sobre a divisão das salas em certos temas. Entre as fotos, há uma assim identificada: “Cadeira que pertenceu ao Beato Lourenço”. Mas não há meios para se saber o lugar específico onde estava exposta. Pode se imaginar que se encontrava na “Sala do Sertão”? Conforme o Guia, esse espaço era assim configurado: “Documenta a vida sertaneja, tão sugestiva e diferente, mas ignorada e, por isso, não devidamente interpretada pela maioria dos brasileiros”.¹⁹⁶

Pode-se concluir, sem dificuldade, que os objetos do Caldeirão não estavam na “Sala da Cidade”, na “Sala do Índio” ou na “Sala dos Gerais”. Mas, poderia ter sido colocada na “Sala Eusébio de Souza”? A pergunta é plausível porque não havia, a rigor, um recorte temático em cada espaço. A “Sala Eusébio de Souza” era destinada à memória dos “dos grandes homens, desses que não deixaram no caminho da existência somente o rastro da passagem”. Por outro lado, trazia objetos sem dono nomeado: “No centro, a jangada cearense, com toda a sua nomenclatura graciosa e estranha, qual símbolo de combatentes anônimos que enfrentam as fúrias do mar bravio [...]”. Além disso, o próprio catálogo avisa que nem tudo está muito definido: “Outros muitos objetos integram esta Sala, que recebeu o nome do fundador do Museu”.¹⁹⁷

¹⁹⁵ *A Rua*, 17 jan. 1935.

¹⁹⁶ GIRÃO, Raimundo. *Guia do visitante do Museu Histórico e Antropológico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960. p. 10.

¹⁹⁷ *Ibid.* p. 12.

Mas, afinal, qual o lugar dos objetos do Caldeirão na nova fase do museu? Seriam objetos históricos ou antropológicos? Certamente, eram objetos marginais. Não tinham o peso do objeto de um general ou de um grande intelectual, nem possuíam o “interesse científico” que a “Sala do Índio” despertava, já que era a época de grande atuação de Thomaz Pompeu Sobrinho, antropólogo de reconhecido prestígio nessa área, com estudos pioneiros e marcantes de arqueologia no Ceará. E, para Raimundo Girão, o intelectual responsável pelo novo ordenamento das coisas (e pela própria sobrevivência da instituição), as peças não faziam parte da história que merecia ser conhecida pelos cearenses. Em seu livro *Pequena História do Ceará*, cuja primeira edição é de 1953, não há uma só referência ao Caldeirão, mas existem muitos outros temas que entram em sintonia com a exposição, como a abolição dos escravos, as transformações urbanas de Fortaleza, os índios, a sedição do Juazeiro, personalidades militares...

Objetos à margem da história, objetos de interesse para estudos de folclore... É isso o que se pode imaginar, já que o “Guia do Visitante” apenas traz a já citada fotografia da cadeira, sem mencionar o lugar onde estava exposta ou a relação com o restante do acervo. Logo depois, ou seja, no catálogo de 1972, composto para comemorar os 150 anos da Independência, também não há menções específicas. Por outro lado, é possível identificar o espaço onde as peças estavam exibidas: na “Sala Eusébio de Souza”, em companhia de objetos que não formavam um só tema. O texto de 1972 é uma cópia do primeiro parágrafo que se encontra no “Guia de 1960”. As peças listadas são as seguintes:

- 1 - Galeria de ex-Presidentes e Governadores do Ceará.
- 2 - Retratos dos ex-Presidentes da República, nascidos no Ceará:
A- Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, B- Ministro José Linhares.
- 3 - Fotografia histórica da Primeira Missa em Brasília.
- 4 - Retratos de cearenses ilustres: A- Leonardo Mota, B- Senador José Martiniano de Alencar.

- 5 - Vitrine com objetos de uso pessoal do Padre Cícero Romão Batista.
- 6 - Vitrine com objetos de uso pessoal do Beato Lourenço.
- 7 - Vitrine com capacetes, granadas e mão e outros objetos usados pelos nossos soldados na Revolução de 1930 e na de 1932, em São Paulo.
- 8 - Vitrine com objetos usados pelos cearenses que participaram da gloriosa Força Expedicionária Brasileira na Itália.
- 9 - Mesa em que foi assinada a sentença de morte de Pinto Madeira.
- 10 - Objetos diversos.¹⁹⁸

Mas, como juntar, em uma mesma sala, Castelo Branco e Beato José Lourenço? Em princípio, pode-se dizer: ambos são históricos. Mas de maneira alguma é plausível afirmar que “são históricos” do mesmo jeito. Permanecia, portanto, o arranjo que, de vez em quando, era chamado de “organização” ou “desordem”, de “salas” ou “depósitos”. Oscilando entre esses polos, os objetos do Caldeirão continuavam cercados por definições vinculadas ao “curioso”, mas, na década de 1970, outro termo começa a ter mais influência: o “folclórico”.

No catálogo de 1976, uma versão ampliada do de 1972, vê-se de modo mais nítido o sentido que o museu atribuía, naquele momento, aos artefatos do Caldeirão. O Beato José Lourenço recebe uma pequena biografia, ao lado de outras, formando uma miscelânea sem temática definida. São personalidades de alguma forma lembradas na exposição, por meio de objetos, como fotografias emolduradas, roupas, mobílias, pinturas a óleo e medalhas. Informa-se, logo no início da nota biográfica, que ele “reuniu centenas de místicos agricultores, organizando uma espécie de comuna agrária, sob sua chefia”. Em seguida, nota-se uma visão em certa medida positiva. Afirmava-se que, na terra ou no artesanato, “todos trabalhavam para a comunidade [...], de modo que eram produzidos, ali, os próprios instrumentos de trabalho e também os panos e os vestuários”. No final da nota, vem o tom da versão oficial: “Por constituir-se uma degradante colmeia de

¹⁹⁸ JUCÁ, Manoel Sedrim de Castro; MEDEIROS, José Hortêncio de. *Monografia do Museu Histórico e Antropológico*. Homenagem do Museu Histórico e Antropológico do Ceará à pátria, nos festejos de seu sesquicentenário da Independência. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1972. p. 25.

homens fora da lei, o núcleo do Beato Lourenço foi dizimado pelas forças policiais do Estado, depois de frustradas todas as tentativas da conquista desses elementos ao seio da comunidade”.¹⁹⁹

No catálogo de 1983, feito para comemorar os 50 anos do Museu, o texto é praticamente o mesmo, mas no final o encadeamento da argumentação muda de figura: “Por considerar-se na época esse poderoso núcleo fora da lei, foi atacado e dizimado, em 1936, pelas forças policiais do Estado, depois de frustradas as tentativas de conquista de seus integrantes para o seio da comunidade legal”.²⁰⁰

O recurso da cópia é evidente, mas não é menos evidente que há uma transmutação de sentido. No primeiro caso, o verbo é *constituir*: Caldeirão foi destruído porque constituía “uma degradante colmeia de homens fora da lei”. Sete anos depois, o texto ameniza o tom detratador e usa o verbo *considerar*. Aí a destruição ocorreu “por considerar-se na época” que o Caldeirão era um “poderoso núcleo fora da lei”. Fica, portanto, um sentido supostamente neutro, mas que admite que a comunidade não era em si mesma algo “fora da lei”.

No catálogo de 1987, que é uma versão ampliada dos anteriores, abrandando-se, mais uma vez, a visão negativa. Argumentou-se que o núcleo fora dizimado “por ser, afinal, considerado pelos governantes e políticos mais radicais, uma perigosa colmeia de ‘homens fora da lei’”.²⁰¹ Entendeu-se, então, que não eram todos os “governantes e políticos” e sim os “mais radicais”. E não se falou mais que a invasão só teria acontecido “depois de frustradas as tentativas de conquista de seus integrantes para o seio da comunidade legal”.

Se não há, na materialidade das coisas, um depósito de sentidos disponíveis conforme a ocasião e o interesse dos sujeitos, é correto inferir que o que se escreve sobre um artefato torna-se, também, uma maneira de

¹⁹⁹ REIS, Clóvis de Matos; OLIVEIRA, Raimundo Eufrásio (org.). *Monografia do Museu Histórico e Antropológico do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1976. p. 27.

²⁰⁰ BARROSO, Henrique Medeiros. *Museu Histórico e Antropológico: 50 anos (1933-1983)*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1983. p. 24.

²⁰¹ OLIVEIRA, Raimundo Eufrásio (org.). *Sinopse do Museu Histórico e Antropológico do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987. p. 37.

lhe dar existência e uso, uma maneira de oferecer-lhe nome e visibilidade. Além de carregar pistas sobre os princípios que fundamentam a ideia de museu e sua relação com as maneiras de escrever a história, os catálogos fazem parte de projetos educativos, trazendo, portanto, indícios sobre os intuitos das exposições, ou melhor, vestígios das políticas da memória que implementam, diante do acervo, junções e separações.

A biografia dos objetos nesses três catálogos (1976, 1983 e 1987) sofre um deslocamento de sentido, em proporções modestas, mas não desprezíveis, pois, mesmo continuando na mesma sala, os objetos receberam outras qualidades, certamente motivadas pelas discussões sobre a renovação do ensino de história e pela circunstância de mobilizações sociais a favor da anistia, juntamente com o crescente número de denúncias envolvendo a tortura praticada pelo regime de 1964.

Não se deve tratar o museu como uma instituição isolada e sim como parte integrante das forças sociais que, a partir de certos ângulos, reivindicam determinados usos do passado. E a esse respeito não se pode desprezar a mudança que ocorre no decorrer da década de 1980. Com a avaliação sobre o autoritarismo do passado recente, surgiram releituras sobre os “silêncios da história”, como é o caso do Caldeirão, que passou a ser tema de denúncia em variadas linguagens: em 1982, Cláudio Aguiar publicou o romance *Caldeirão*; em 1986, Rosemberg Cariry lançou o filme *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*; e, no ano seguinte, Oswald Barroso levou aos palcos a peça *A irmandade da Santa Cruz do deserto*. Tudo com base em depoimentos dos sobreviventes e tudo com uma repercussão positiva na imprensa de Fortaleza, evidenciando que a apropriação do pretérito vivia em outras tensões.

A cultura material, adverte Jean-Marie Pesez (1998: 180), refere-se à “relação entre o homem e os objetos [...], pois o homem não pode estar ausente quando se trata de cultura”.²⁰² Se assim se considera, não é difícil inferir que essas materialidades possuem dimensões que se fazem no decorrer do tempo. Como ressalta Ulpiano Bezerra de Meneses, os

²⁰² PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 180.

artefatos possuem trajetórias específicas: “para traçar e explicar as biografias dos objetos é necessário examiná-los ‘em situação’, nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte”.²⁰³ Levando em consideração esse desafio interpretativo para tratar os objetos, a abordagem aqui desenvolvida inspirou-se naquilo que Igor Kopytoff chamou de “biografia cultural das coisas”. Além de interrogar sobre a fabricação e o fabricante das coisas, tal enfoque preocupa-se com a trajetória dessas coisas: em que medida foram valorizadas ou desprezadas, como foram reconhecidas ou ignoradas, ou ainda como foram inseridas em classificações, usos e costumes. Desse modo, passa a ser levada em consideração a historicidade de certos limites (como velho e novo ou útil e inútil). Por outro lado, há objetos que exigem indagações complementares: os objetos museológicos, na medida em que vão mudando de “valor” a partir de circunstâncias espaciais e temporais, como mostra a epígrafe deste capítulo.²⁰⁴ A proposta de uma “biografia cultural das coisas” está, portanto, em sintonia com procedimentos mais gerais apontados pelo debate contemporâneo no sentido de compor encaminhamentos interpretativos para o trabalho do historiador diante das fontes de pesquisa. Refiro-me, por exemplo, ao vínculo que Le Goff faz entre documento e monumento.²⁰⁵ Nessa perspectiva, não é mais o objeto em si que interessa e sim o objeto em situação, ganhando forma e densidade na medida em que é socialmente utilizado. Uma coisa é uma cruz, outra coisa é a cruz do Caldeirão, que já é diferente da cruz do Caldeirão que foi parar na delegacia. Também diferente é a cruz do Caldeirão que foi parar na delegacia e depois foi exposta no museu. No museu, as transmutações não cessaram, e essa mesma cruz assumiu vários contornos, como foi possível perceber na “biografia” aqui traçada, que cobre um período escolhido a partir de problematizações em torno das fontes disponíveis: 1936, quando o Caldeirão foi destruído, até 1997, quando foi montada mais uma “exposição permanente” do Museu do Ceará.

²⁰³ MENEZES, Bezerra de. 1998, p. 92.

²⁰⁴ KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: UFF, 2008. p. 92.

²⁰⁵ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992. p. 535.

Em 1998 e 2006, surgiriam outros projetos expositivos, e as peças passariam a ter a incorporação de novos sentidos. Essa, é claro, já seria uma outra história, mas vale a pena, antes de encerrar este capítulo, mencionar que, para marcar os 80 anos do início do Caldeirão, organizei, com o prof. Antônio Luiz Macêdo, uma exposição temporária sobre o tema. E uma questão central no recorte do tema foi dar ênfase ao roubo: todos os objetos expostos não eram “troféus de guerra”. Não houve guerra, mas não era somente isso. Os objetos tinham origem no roubo da polícia em 1936, e pesava sobre o roubo um silêncio institucional com variadas implicações, inclusive conceituais. Uma via criativa, sem dúvida. Mas não será a melhor função de um museu transformar-se em uma espécie de “disque denúncia”, ou em uma espécie de poço sem fundo de memória ressentida. Até porque a grande denúncia da história não se faz pela denúncia em si, como querem os individualistas do liberalismo democrático, sempre dispostos a citar alguma codificação de defesa do consumidor. É preciso anunciar, criar e trapacear.

[...] a nós, que não somos nem cavaleiros da fé nem super-homens, só resta, por assim dizer, trapacear com a língua, trapacear a língua. Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua de fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*.²⁰⁶

²⁰⁶ BARTHES, Roland. *Aula...*, p. 16.

Capítulo XX

DO PASSADO PRESENTE À PRESENÇA DO OUTRO

Macondo era então uma aldeia de vinte casas de barro e taquara, construídas à margem de um rio de águas diáfanas que se precipitavam por um leito de pedras polidas, brancas e enormes como ovos pré-históricos. O mundo era tão recente que muitas coisas careciam de nome e para mencioná-las se precisava apontar com o dedo.

*Gabriel García Márquez*²⁰⁷

Entre 1922 e 1959, com um intervalo entre 1930 e 1931, Gustavo Barroso fundamentou a criação e a administração do Museu Histórico Nacional no “culto da saudade”.²⁰⁸ Aliás, a sua obra escrita, prolífica e profusa, pode ser considerada uma sucessão de ritos que se pretendiam criadores e criaturas de saudade.²⁰⁹ Nisso, como

²⁰⁷ MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Record, 1995. p. 7.

²⁰⁸ MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da Saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

²⁰⁹ MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *No Norte da saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso*. 2006. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

em outros aspectos, ele fez parte de um variado grupo de intelectuais que se dedicaram à missão de ritualizar a saudade, dando-lhe formas e dinâmicas associadas ao ato de imaginar conexões entre passado, presente e futuro.²¹⁰ Entre interesses da nação ou de certos indivíduos da nação, entre coleções de caráter nacional ou coleções de caráter particular, ele foi dinamizando o seu calendário litúrgico, aproveitando-se de conhecimentos variados e jamais desprezando os poderes que a erudição pode proporcionar.²¹¹ Depois da sua morte, o Museu Histórico Nacional passaria por inúmeras transformações, mais ou menos associadas aos debates que iam acontecendo nas novas pesquisas sobre história do Brasil no campo universitário.²¹² Além disso, ou subjacente a isso, Gustavo Barroso foi um integralista destacado. E parte desse destaque tem a ver com a publicação de livros que defendiam o integralismo por meio de uma escrita da história circunscrita a critérios de belicosidade e exemplaridade.²¹³ Publicando uma média de dois livros por ano durante mais de quatro décadas, ele parecia não ter limite. Aliás, tudo indica que era isso que ele desejava parecer para si mesmo, para os contemporâneos e para os vindouros. Obviamente, numa perspectiva historiográfica, essa autoimagem de onipotência escriturária pode ser matéria de investigação com variadas possibilidades interpretativas, como, por exemplo, recortar o gosto que ele tinha pela história militar, ou mais especificamente pela biografia de militares.²¹⁴

Há uns dez anos, eu estava em Lisboa fazendo sondagens um pouco aleatórias a respeito dos usos do passado, e iniciando, sem ainda

²¹⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (org.). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 117-140.

²¹¹ ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memórias, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, Lapa, 1996.

²¹² SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, Iphan, Demu, 2006.

²¹³ DANTAS, Elynaldo Gonçalves. *Gustavo Barroso: o führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937*. João Pessoa: Ideia, 2015.

²¹⁴ CERQUEIRA, Erika Moraes. *Habitar o passado: Gustavo Barroso e o seu tempo*. Curitiba: Prismas, 2017.

saber, a reflexão que iria desembocar na atual pesquisa que faço sobre Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fui ver uma exposição itinerante na estação de comboio do Rossio. “Titanic, the artifact exhibition”. Como o nome promete, exibia objetos do velho e afundado Titanic, com fama renovada depois do filme que levou muita gente às lágrimas. Ao comprar o ingresso, recebi um *boarding pass* para a viagem ao passado. Um bilhete imitando o original, inclusive com o nome de um passageiro (cada visitante da exposição recebia um nome específico). Thomas Andrews, idade: 39 anos. Ao final da exposição, depois de ver vários restos do navio, devidamente preservados e cuidadosamente postos em vitrines e painéis estrategicamente dispostos, havia uma lista de nomes dos que escaparam, para que cada visitante visse se o seu bilhete era ou não de uma pessoa de sorte. Hoje, não lembro mais se Thomas Andrews teve sorte, mas lembro perfeitamente da última coisa que havia no percurso museográfico: uma parede. Enorme e de gelo. O objetivo era pôr a mão e ter uma pequena mostra do que seria morrer de frio, tal como os viajantes morreram. Depois, é claro, uma lojinha, com reprodução de restos do navio e um catálogo que me vi na obrigação de comprar para depois utilizá-lo como material didático. Ou seja: consumo do passado. Assim como outras coisas são consumidas, com rapidez e eficácia. Rapidez: a experiência melodramática dura pouco tempo, até para ser mais intensa. Eficácia: a emoção é vivida, porque viver significa emocionar-se. O passado é despolitizado, desossado e degustado. Aqui, a mim me parece, tanto faz uma morte causada por um acidente como a morte de um torturado pela ditadura de 1964.

A sensibilidade antiquária com a qual Gustavo Barroso se fez diretor do Museu Histórico Nacional partia de uma ausência do passado. Ausente, o passado precisava voltar a ser parte do presente. Operação impossível do ponto de vista da história científica que Gustavo Barroso abraçava, mas uma possibilidade literalmente plausível se o presente estivesse diante de um objeto do passado. Essa seria a sua operação historiográfica: partindo de perspectivas conflitantes, como o cientificismo e a sensibilidade antiquária, ele se apegava à

erudição nacionalista, baseada em provas não apenas escritas, mas também lastreadas em concretudes da cultura material. A pesquisa que venho realizando atualmente tem a ver com essa confluência entre escrita e objeto, entre narrativa da história em livros e a narrativa da história no museu. Pontes e abismos se sucedem e se confundem. E, a rigor, pelo menos com o rigor de hoje, tudo parece muito contraditório. Mas, se fosse possível resumir, eu diria que está em jogo tocar o passado. Para ser tocado, o passado precisava ser tocante, deveria haver um passado que chama, que é levado a chamar, como se o objeto exposto nas vitrines do museu fosse um túmulo, que, além de identificar o definitivamente perdido, tivesse o poder de ressuscitar o morto através da lápide. Daí, por exemplo, o seu cuidado com as etiquetas de identificação. Temendo ser anacrônico além do recomendável, não sei, de fato, se essa presença do passado por meio de palavras e objetos não seria um dispositivo que, por dinâmicas próprias, estaria atuando no apelo da parede de gelo emoldurada ao final da exposição sobre o *Titanic*, a que me referi há pouco. Os dois usos do passado parecem não ter nenhum vínculo. Ambos são diferentes, claramente distintos. Mas, e nas sombras? Nas sombras, continuariam os usos assim tão diferentes? Em que sentido seria possível enxergar conexões? A pretensão antiquária de tornar o passado um fragmento do presente, que depois sorrateiramente invadiria o nacionalismo e o cientificismo, poderia estar agora invadindo a sociedade de consumo através de museus, filmes e romances — eis a minha hipótese.

Para Gumbrecht, o atual presente vive constantemente se ampliando. E isso tem a ver com nossa ânsia para preencher esse presente com artefatos do passado. Mas pouco tem a ver, “se é que tem algo a ver”, com o projeto geral disciplinarização acadêmica da história, que aprofunda procedimentos e fundamentos de interpretação do ato de conhecer o passado. E também pouco tem a ver com o intuito de “aprender com a história”. Gumbrecht entende que a organização das peças em certos museus faz lembrar “o poder de sedução que têm romances históricos como *O nome da rosa* ou filmes como *Radio Days*, *Amadeus* ou *Titanic*”. E Gumbrecht será muito claro a respeito da sua posição sobre

esse uso do passado: “Há aí um desejo de presentificação — e eu não tenho quaisquer objeções quanto a isso. Já que não podemos sempre tocar, ouvir ou cheirar o passado, tratamos com carinho as ilusões de tais percepções”. Ou seja: “Esse desejo de presentificação pode estar associado à estrutura de um presente amplo, no qual já não sentimos que estamos ‘deixando o passado para trás’ e o futuro está bloqueado. E, a seguir, Gumbrecht será ainda mais claro no sentido de relacionar esse uso do passado a certo uso do presente: “Um presente assim amplo acabaria por acumular diferentes mundos passados e os seus artefatos numa espera de simultaneidade”.²¹⁵ Não é que Gumbrecht simplesmente defenda a entrada do conhecimento acadêmico nessa onda de contatos com o passado. Pelo contrário, porque ele vai é defender que o “bom ensino acadêmico consiste em pôr a complexidade em cena”, sem submissão ao pensamento instrumental que funciona pela espera calculada de soluções e respostas.²¹⁶ O fim seria não ter finalidade conclusiva, dependente das demandas imediatas da sociedade. Mas, antes de chegar a essa crítica, ou para chegar a essa reflexão, Gumbrecht parece não se incomodar com os dispositivos através dos quais são constituídas as presenças do passado que circulam na atual sociedade de consumo, por meio de romances, filmes e, principalmente, museus. Ele chega a pensar que a presentificação se acentua na espacialização da memória. E essa espacialização, através de antiguidades expostas, alargaria as fronteiras estreitas da historiografia: “a espacialização nos torna mais atentos às limitações da historiografia como meio textual nas atividades de tornar presente o passado”.²¹⁷

Existe aí, obviamente, uma maneira de domesticar o tempo, dotando-o de certos sentidos que unem e separam passado, presente e futuro. Diante disso, não seria tarefa da história disciplinar e questionar as condições de possibilidade dessa maneira de construir o passado? Se é necessário, ou pelo menos legítimo, questionar a presença do passado

²¹⁵ GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2010. p. 150.

²¹⁶ *Ibid.* p. 158.

²¹⁷ *Ibid.* p. 154.

tal como ela hoje acontece, vale a pena pensar em que medida essa presença se relaciona com o culto que Gustavo Barroso não parou de pregar. Aliás, para usar as palavras de Gumbrecht, pode-se dizer que Gustavo Barroso administrou o Museu Histórico Nacional sabendo muito bem que “a espacialização nos torna mais atentos às limitações da historiografia como meio textual nas atividades de tornar presente o passado”. Ao estruturar as relíquias da história do Brasil em salas específicas e roteiros determinados, Gustavo Barroso praticou uma “espacialização” do passado, compondo um espaço de culto para o tempo. Na matéria, o passado estaria não apenas no tempo, mas também no espaço físico, presente no espaço para o deleite do observador.

O culto que Gustavo Barroso pregava está em desuso, pelo menos no âmbito da legitimidade acadêmica da área de história de uma maneira geral. Sobre isso não há dúvida, até porque as implicações políticas da proposta já foram (exaustivamente?) debatidas no âmbito historiográfico e pelas vias do ensino de história. Esse culto, antes nacionalista e linear, continua hoje por outros dispositivos, apelando para outras modalidades de presença do passado. Ou seja: de qualquer maneira, a presença do passado continua. E, diferente do diagnóstico de Gumbrecht, até mesmo a “história mestra da vida” parece também continuar, não mais pela via da nação, mas pela ânsia de consumo, em suas alianças com o enorme sucesso de tudo aquilo que tem a ver com autoajuda. Diante disso, será preciso pensar um museu do devir, como já foi dito em capítulo anterior. E, da mesma forma, será preciso abraçar o compromisso de transitar entre a presença do tempo e o tempo intempestivo, como será dito nos próximos capítulos.

Capítulo XXI

A HISTÓRIA SEM VERGONHA DO TEMPO

História e temporalidade se encontram, por assim dizer, concentradas no objeto: relação intensiva do objeto com o tempo, do tempo *no objeto*, e não extensiva do objeto *no tempo*, colocado como por acidente num desenrolar histórico heterogêneo à sua constituição.

*Jeanne Marie Gagnebin*²¹⁸

Os historiadores do nosso cotidiano trabalham, necessariamente, com uma multiplicidade de tempos coexistentes na mesma conjuntura histórica, na qual discernem durações simultâneas e reconstituem a imbricação de temporalidades plurais.

*Maria Odila da Silva Dias*²¹⁹

Se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho [...], até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?

*E. P. Thompson*²²⁰

²¹⁸ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. p. 11.

²¹⁹ DIAS, Maria Odila Leite da. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998. p. 227.

²²⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 269.

Em um tempo cronológico delimitado (século XV, por exemplo), as pessoas viviam em outro tempo cronológico. Dito de modo ainda mais simples: viviam em outra data ou em outro período. Sobre isso, a clareza parece ser cristalina, não porque a operação conceitual é fácil, não por ser mais simples, mas pelo fato de ser essa a maneira mais comum de lidar com o tempo. Por outro lado, essas pessoas do passado também vivenciavam o tempo de outra maneira. Maneira que, sem dúvida, não era cronológico, já que não havia o costume de contar a duração das coisas por anos ou séculos. Naquele tempo cronológico (séc. XV), não havia nem a prática do aniversário, hoje tida como algo completamente natural. Aliás, as pessoas não sabiam, ao certo, a idade. Não sabiam, e o saber não fazia falta. Compreender como isso fazia parte das práticas socialmente compartilhadas, em uma sociedade específica, significa fazer uma história das temporalidades, uma história das maneiras pelas quais o tempo é vivenciado concretamente.

De modo algum, pretendo separar a história das temporalidades em um campo específico, mas somente ressaltá-la como via de problematização da história social, destacando-a também como campo de vocação interdisciplinar, sobretudo com a literatura. A rigor, nada de muito novo. A citação de um caso talvez possa ser suficiente: *Guilherme o Marechal*, de Georges Duby — uma biografia, isso se é usada uma classificação que os manuais de introdução aos estudos históricos incentivam. Melhor dizer uma obra de história social, certamente uma das mais significativas do século XX. Analítica, interpretativa, literária, antropológica, como toda obra deveria ser. Obviamente, não vou me demorar em comentários sobre isso, mas vale a pena citar um trecho em que o historiador traz, com o primor que lhe era próprio, uma significativa interpretação de história das temporalidades: “Tinha mais de oitenta anos, afirmava. Exagerava um pouco, pois não sabia exatamente qual era sua idade. Mas quem sabia, naquela época?”

“Na vida”, escreve Duby, “as datas mais importantes eram outras, não a de nascimento. Esta se esquecia. E eram tão poucos os muitos velhos que os outros até os envelheciam — e eles próprios se envelheciam

ainda mais”. Nem Guilherme Marechal sabia do natalício, nem os historiadores conseguiram descobrir. Algumas contas sugerem “por volta de 1145”. Duby argumenta que, nesse caso, não era apenas a ausência de aniversários que explica a imprecisão. Além de não fazer falta, a data de nascimento raramente era registrada. Apenas os mais ricos deixavam registros em papel. Guilherme “saiu de um meio muito inferior”, não adiantaria “fuçar os arquivos”.²²¹ Está em jogo a construção histórica da diferença temporal, dispositivo que, por um lado, funcionará com certas peculiaridades na própria construção do saber histórico na modernidade, e, por outro lado, pode se tornar objeto da reflexão historiográfica.

O que Gadamer chama de “diferença temporal” pode ser tido como um princípio básico da escrita da história na modernidade, cujo cerne reside na necessidade da diferença entre passado e presente não como impedimento para o conhecimento histórico, mas exatamente como condição de possibilidade para o próprio sentido histórico do conhecimento: “o tempo não é um precipício que devemos transpor para recuperarmos o passado; é, na realidade, o solo que mantém o devir e onde o presente cria raízes”.²²² Mas, se é ponte e abismo, o tempo assim disposto jamais se oferece à pesquisa histórica. É na própria pesquisa que se vai estruturando a diferença temporal. A diferença vai se fazendo como pressuposto inconfessável. Daí a necessidade de indagá-la, interrogá-la sobre sua lógica e sua rede de legitimidade.

A epistemologia que separou o sujeito do objeto, como destaca Michel de Certeau, é a mesma que fez o passado ficar diferente do presente. Objeto de pesquisa e passado a ser pesquisado são constituintes do mesmo processo de composição do saber moderno: não mais no mundo, mas diante do mundo. “A objetivação do passado”, adverte Certeau, “acabou transformando o tempo no impensado de uma disciplina que não cessa de utilizá-lo como um instrumento taxinômico”.²²³

²²¹ DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987. p. 7.

²²² GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 67.

²²³ CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 64.

A própria diferença entre passado e presente, sendo um princípio fundador, marca o desejo histórico (desejo, como qualquer outro, jamais saciado, afinal desejo saciado é desejo acabado). Para ser mais preciso, refiro-me ao desejo de saber o que aconteceu, animado e desanimado — ao mesmo tempo — pela possibilidade de saber em parte, tanto pelo horizonte que promete a junção das partes, quanto pela expectativa de encontrar na parte algo do todo, que o revele de maneira convincente e, a depender do caso, comovente. De qualquer modo, antes de saber em parte, a consciência da impossibilidade do todo interage incessantemente com a consciência sobre a distância, essa ponte e esse abismo que não mais permite a totalidade do tempo antes formulada pelas temporalidades vinculadas ao sagrado. Profana, a história moderna far-se-á por partes mais ou menos distanciadas, mais ou menos conectadas: tanto entre passado e futuro, quanto entre sujeito e objeto, ou ainda entre o escrito e o oral ou entre o sagrado e o profano.

O passado fica proibido de tocar na pele do presente. Tocado pelo passado, o presente se dissolveria, caindo em regimes de temporalidade que a história moderna colocou para fora do jogo, não para esquecê-los, mas para se reforçar por meio do par ciência/religião. Ciência legítima que, para se legitimar, precisa do seu oposto: o ilegítimo. A diferença entre passado e presente é, assim, a possibilidade que torna a história uma narrativa de plenitude improvável ou de completude impossível, mas é a impossibilidade de o presente chegar junto do passado que faz a história existir como escrita que tenta dar conta de ausências.

Se o presente já não é mais o passado, isso significa que a história é criadora e criatura da diferença temporal: a percepção do passado como um tempo diferente que se findou, contudo deixou algum vestígio. O vestígio é a vertigem do historiador que busca o elo perdido entre presente e passado. Perdido, o passado será objeto de estudo, fabricado por um sujeito que procura e, depois da procura, conclui, com certo ar de vitória, que sobre o passado é possível dizer que existiu, mas não se sabe bem onde. Nem os mais científicos arriscarão ter conseguido dizer o que de fato aconteceu, porque a saída sempre será dizer: até aqui se sabe sobre até acolá. Reivindicando ser científico, o sujeito historiador saberá que o objeto historiográfico é distante, e a

operação historiográfica se resume à tarefa de diminuir a distância, mas jamais eliminá-la. Daí o senso comum que está no regime discursivo da ciência: descobertas parciais, que podem ser, no futuro, confirmadas em uma suposta totalidade ou refutadas em nome de partes que, pelo menos temporariamente, não conseguem ser articuladas.

Ao sublinhar o papel político do tempo no pensamento de Benjamin, e de outros filósofos do século XX, Giorgio Agamben propõe uma militância da *cairologia*. “A história, na realidade, não é, como desejaria a ideologia dominante, a sujeição do homem ao tempo linear contínuo, mas a sua liberação deste: o tempo da história é o *cairós* em que a iniciativa do homem colhe a oportunidade favorável e decide no átimo a própria liberdade”.²²⁴ Para Agamben, Benjamin não apenas cria uma *cairologia*, mas indica que aí está a tarefa do intelectual comprometido com a crítica ao presente. Crítica não reativa, mas propositiva da ação de fato revolucionária. Para isso, Agamben retorna a Marx, argumentando que foi Benjamin quem deu base para a identificação de uma falta: o tempo (como se fosse outro “termo ausente em Marx” — que Thompson identificou como sendo a “experiência”). Marx teria elaborado sua teoria inovadora sobre a história, mas teria deixado uma lacuna: a investigação sobre o tempo da história. Resultado: uma renovação da história sem uma renovação do tempo acabou gerando uma escrita sobre o passado com a gramática do tempo burguês, o que equivale dizer que os trabalhadores entraram na escrita da história, mas a escrita da história continuou a seguir o regime de temporalidade do mundo moderno.

Thompson, em certa medida, vai pôr em prática uma história que procura perceber as temporalidades diferenciadas no mundo do trabalho, em um esforço para superar na sua escrita a unicidade da linha evolutiva. Daí a sua observação sobre o objeto de estudo que ele elegeu em *Costumes em comum*, ressaltando que não se trata de cultivar o ideal da “natureza humana pré-capitalista”, e muito menos jogá-la no esquecimento de uma cultura menor ou ainda não desenvolvida: “[...] lembrar

²²⁴ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 128.

como eram seus códigos, expectativas e necessidades alternativas pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícita no ser humano”.²²⁵ Importa o diferente no tempo, porque a diferença serve de base para se pensar a própria historicidade do capitalismo. Pressupõe-se, então, que verificar tempos diferentes pode ajudar a fazer tempos diferentes, novos tanto em relação ao passado quanto diante do presente. Tempo no sentido cronológico, mas também como história das maneiras de vivenciar o tempo — questão tematizada de modo mais específico no capítulo seis “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial”, quando Thompson se pergunta: “se a transição para a sociedade industrial madura acarretou uma reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho [...], até que ponto tudo isso se relaciona com mudanças na noção interna do tempo?”.²²⁶

Ao seu modo, ou melhor, a partir da reflexão sobre a filosofia marxista no trabalho do historiador, Thompson faz uso da diferença temporal entre passado, presente e futuro. Divisão que é pressuposto da história moderna, mas também é ponto de questionamento na própria busca da modernidade por uma crítica permanente. Thompson moderno e, ao mesmo tempo, contra a modernidade — eis uma síntese possível. Ou, em outros termos, a possibilidade de escrita da história em Thompson atrela-se a uma militância política que, exatamente por ser política, não pode se furtar ao pensamento sobre os elementos constitutivos dos sentidos temporais. Nesse sentido é que Thompson tentou ou começou a realizar o projeto ao qual Agamben se refere. Mas Agamben não se refere a Thompson, porque sua discussão não está no plano historiográfico e sim filosófico. É por isso que, para Agamben, a entrada do tempo na escrita da história a partir de Marx se evidencia em Benjamin e se põe, hoje, na qualidade de desafio.

²²⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum...*, p. 23.

²²⁶ *Ibid.* p. 269.

Capítulo XXII

A HISTÓRIA EM RUÍNAS

Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas.

*Reinhart Koselleck*²²⁷

“**Q**uem ama não se apega somente aos ‘defeitos’ da amada”, escreve Benjamin em *Rua de mão única*. Na pele amada, “as rugas no rosto prendem mais que toda beleza”. A razão é banal, porque “no olhar para a amada, estamos fora de nós”. Isso quer dizer que, “assim como os pássaros buscam proteção nos folhosos esconderijos da árvore”, as sensações de quem ama vão se aconchegar e se refugiar onde o tempo deixou suas intensidades: “nas rugas, nos gestos desgraciosos e nas modestas máculas do corpo amado”. Tudo acontece no átimo do

²²⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC/RIO, 2006. p. 15.

instante, com sua eternidade latente e lacônica: “E nenhum passante advinha que exatamente aqui, no imperfeito, censurável, aninha-se a emoção amorosa”.²²⁸

A imagem dialética de Benjamin tem o tempo no espaço e o espaço no tempo, e para percebê-la é preciso ter a empatia pela própria passagem (não passageira) do tempo, tendo o fim como algo que, pela qualidade do fim, espera o “agora”, intempestivo e por isso mesmo fora da cronologia e em recomeços paralelos, que sempre se reencontram no infinito. Daí a referência às pequenas dobras da pele, trazidas no tempo e pelo tempo, onde será possível se aconchegar — as manchas e as marcas por onde será permitido o trânsito da intensidade.²²⁹

A abertura para a percepção de outras temporalidades exige a descentralização do olho, ou pelo menos a retirada da exclusividade ocular na composição do saber. O olho, sem dúvida. Mas também o nariz. Um rompimento com o pensamento aristotélico, em nome de uma atenção metódica e poética a outros sentidos, como o tato e o olfato. As imagens compostas e recompostas a respeito da poeira são enigmáticas e emblemáticas. Observando as ruínas do Castelo de Heidelberg, ressaltadas pela claridade de certos dias e matizadas pelas nuvens que passam, Benjamin escreveu: “A destruição fortalece, pelo espetáculo precívél que abre no céu, a eternidade desses destroços”.²³⁰

Ao constatar que nunca recuperamos totalmente aquilo que foi esquecido, Benjamin reconhece que “talvez seja bom assim”. O impacto do pretérito resgatado seria demasiadamente destrutivo e não mais compreenderíamos “a nossa saudade”. O encaminhamento que o texto dá a fim de explicitar melhor o que se quer dizer não é simples, porque antes de ser linear é imagem dialética: compreendemos a nossa

²²⁸ BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. In: *Obras escolhidas*. Trad. Rubens Rodrigues T. Filho e José Carlos M. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. II, p. 18.

²²⁹ Recorde-se que o poema de Afonso Romano de Sant’Anna também se vale da percepção das rugas para imaginar a existência do tempo, como foi mostrado no capítulo 5. Aqui, evidentemente, a questão é retomada em outras dimensões, não em contraposição, mas sim em complemento.

²³⁰ BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. In: *Obras escolhidas*. Trad. Rubens Rodrigues T. Filho e José Carlos M. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. II, p. 47.

saudade na medida em que “mais profundamente jaz em nós o esquecido”. O arremate, em vez de concluir, contorna a imagem para fazê-la mais forte: “Talvez o que faça [o esquecido] tão carregado e preenhe não seja outra coisa que o vestígio de hábitos perdidos, nos quais já não nos poderíamos encontrar. Talvez seja a mistura com a poeira de nossas moradas demolidas o segredo que o faz sobreviver”.²³¹

Seria injusto concluir que, desse modo, Benjamin sintetiza a sua teoria da memória ou do tempo, embora esteja aí uma espécie de densidade concentrada do seu pensamento, em tom didático e enigmático, como era de seu gosto. Certamente será melhor chamar a suposta síntese com um termo que lhe era especialmente significativo: intensidade. O trecho abre um dos capítulos de *Infância em Berlim por volta de 1900* e prepara a narrativa de sua lembrança sobre um jogo infantil. Ao mesmo tempo, trata-se de parte decisiva, sobretudo incisiva, das reflexões de Benjamin a respeito dos dispositivos que fazem os engates da cultura material com dispositivos da lembrança e do esquecimento — dimensões da experiência em constante estado de interação. Aí, estão em evidência a ponte e o abismo, entre a lembrança de uma infância que não volta mais e o brinquedo lembrado com saudade. E quem detona o processo não é somente o sujeito, mas também o objeto — o artefato material, em seu poder de evocação do passado e, mais especificamente, em sua promessa nunca realizada de suprir as carências do presente. O presente, afinal, faz-se em ausências nem sempre identificadas ou identificáveis. Eis, então, o tempo incompleto, que nunca deverá ser preenchido.

No tempo que salta e ressalta, que corrói e liberta, não se trata de solicitar o enchimento, e muito menos o preenchimento. Foge-se da linha, e, assim, elimina-se a obrigação da sequência. Para usar os termos de Giorgio Agamben, Benjamin compartilha com outros pensadores do século XX o desejo de abrir, na cronologia e nas suas

²³¹ BENJAMIN, Walter. *Infância em Berlim por volta de 1900*. In: *Obras escolhidas*. Trad. Rubens Rodrigues T. Filho, José Carlos M. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. II, p. 105.

margens, uma *cairologia*.²³² Seu tempo era oblíquo e, por isso mesmo, podia ser afetado pelo “agora”, como se vê nas suas *Teses sobre o conceito de história*.

Se destaco, desse modo pouco canônico, o vínculo entre as *Teses* e a *Infância* é apenas para perguntar sobre a palavra poeira. Interessa-me indagá-la a respeito da sua presença nos usos do passado, inserindo-a em uma rede de sensibilidades, da qual a memória de Benjamin sobre a infância faz parte. Em outros termos: tratar a poeira como componente da escrita da história moderna, em suas variadas vertentes; compreendê-la, mais de perto, como imagem que, de maneiras variadas, pode recriar certos fios que a temporalidade racionalista desatou, na medida em que dispôs o tempo numa trama pré-moldada.

Para Benjamin, o segredo da memória se relaciona com a poeira dos nossos abrigos destruídos. O uso do pó no fluxo do texto não é inocente: vem de um escritor que também era colecionador. Na contramão do historicismo científico, ele não vai jogar a tradição antiquária na lata do lixo. Estava em pauta o nariz do historiador, e Benjamin nada fez além de utilizá-lo de uma forma inusitada, reabilitando a poeira, não como defesa dos antiquários, mas como experiência necessária ao saber feito no tempo “saturado” e “intenso”.

Alegórica e fundante, a poeira indica que o uso do passado depende do uso do corpo. Sabendo disso e sensível a isso, Benjamin faz um paciente e cuidadoso deslocamento a respeito da investigação histórica. Se, para a erudição dos colecionadores, a poeira dava certa autenticidade aos artefatos, se a metodologia historicista condenava tal gosto, se Nietzsche criticava tanto colecionadores quanto historicistas, é lícito reconhecer que Benjamin colocava a questão em outros termos. Ruínas, restos, pedaços, fragmentos, desgastes, pátinas, tudo isso receberá a atenção de Benjamin na sua busca por outro tempo, capaz de combater o tempo “homogêneo e vazio” da história dominante. Na sua escrita da história, a sensibilidade da pele diante da cultura material será significativa e, mais do que isso, indispensável.

²³² AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 128.

Além do cheiro, o faro, como se percebe em outro trecho da *Infância em Berlim*, quando ele menciona uma piscina que ficava no meio do caminho para a biblioteca municipal: “Farejava ali meu próprio território. Pois seu cheiro o precedia”.²³³ Antes da biblioteca, o faro. Uma vez lá, como o livro na mão ou à mão, o cheiro. Tanto é que, ao se reportar à biblioteca do colégio, ele avalia as leituras com base no olfato: “Quão suave e mediterrâneo era o ar tépido que soprava daqueles livros distribuídos no intervalo!”. Ares diferentes, conforme o que estava escrito: “Era o ar no qual a Catedral de São Estevão acenava aos turcos que sitiavam Viena, o ar no qual formava nuvens a fumaça azul do círculo de fumantes, o ar no qual bailavam sobre o Rio Berezina flocos de neve e lívidos clarões profetizavam os últimos dias de Pompéia”. Em contraste, livros que tinham hálitos menos evocativos: “[...] esse ar, em geral, se tornava algo insípido se soprasse sobre nós de obras de Oskar Hocker e W. O. von Horn, de Julius Wolff e Georg Ebers. E ainda mais mofento dos volumes intitulados *O Passado da Pátria* [...]”.²³⁴

Para Benjamin, a investigação sobre o tempo atrelava-se a estudos de cultura material. O rastro, em sua fragilidade ontológica, é a prova material, a ser vislumbrada pelo olhar que vê o espaço, mas, na verdade, procura o tempo, como ele o buscou diante do Castelo de Heidelberg, deixando no caderno o registro sobre “ruínas, cujos destroços ressaltam contra o céu [...]”, o “espetáculo do perecível” na “eternidade dos destroços”.²³⁵ Portanto, o elogio de um colecionador, mais próximo da tradição antiquária do que da história científica do século XIX, não como recurso nostálgico, mas na tentativa de deslocar artefatos, assim como os colecionadores costumam fazer, descontextualizando-os, retirando-os da lógica com a qual funcionam no tempo processual e cotidiano. História como citação, atividade do pensamento dialético que faz saltar o acontecimento ao destacá-lo da

²³³ BENJAMIN, Walter. *Infância em Berlim por volta de 1900...*, p. 135.

²³⁴ *Ibid.*, p. 114.

²³⁵ BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única. In: Obras escolhidas II*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 47.

linha que o significa e o legitima como parte inalienável de um todo dinâmico, porém homogêneo.²³⁶

A poeira acumulada, venerada, pertence ao mundo do tempo es-triado: perdas, danos, acúmulos. O tempo liso: aquele da produção em série, sem tempo, tanto no sentido metafórico quanto literal. Sua con-tagem, subordinada à quantidade de produtos, torna-o menor: passado, presente e futuro são constantemente nomeados, confundidos, alegados, numa confusão exterminadora. A situação atual a respeito dos usos do passado pode ser exatamente o contrário da superação da tem-poralidade moderna. Não é descabido pensar que se vive hoje numa exacerbação da modernidade, com o transbordamento tanto do pre-sente quanto do passado e do futuro, como se essas divisões fossem rompidas não por perda de força em cada componente, mas pelo ex-cesso relacionado à proliferação de tudo e qualquer coisa, ao mesmo tempo, agora (fenômeno inerente à sociedade de consumo). Daí, as avaliações sobre o sucesso da memória a partir da segunda metade do século XX podem ser tomadas não como um fenômeno inédito ou inesperado, mas uma experiência que se vem gestando e que, exacer-bando-se, torna-se diferente.

Se Koselleck mencionou a existência de uma “temporalização da história”,²³⁷ para caracterizar a modernidade, talvez seja coerente imaginar a **temporalização do tempo**: um presente que cada vez mais quer ser diferente do passado e do futuro. Valorizar o presente, no sentido posto pela sociedade de consumo, seria apenas aprofundar, ainda mais, a superficialidade do tempo tripartido. Ao contrário do espaço, se alguma parte do tempo trifásico se verticaliza, necessaria-mente horizontaliza-se, na medida em que puxa os tempos vizinhos.

²³⁶ “Em *Fuchs, o colecionador e o historiador*, Benjamin trata do significado anárquico da “paixão antiquária”, em um contexto social que se dirige para os *hobbies* de massa; é o aprofundamento do valor de uso em um contexto de valor de troca, na lógica da compra-e-venda. Recolher *citações e objetos esquecidos e inúteis* se lega a um protesto subversivo obstinado contra o “típico” e o “classificável”. O objeto colecionado pelo antiquário restabelece sua singularidade, sua aura, aquilo que é irrepetível e único” (MATOS, Olgária. *Os Arcanos do inteiramente outro*: a escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 122).

²³⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos histó-ricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC/RIO, 2006. p. 293.

A *temporalização do tempo* seria equivalente a uma *perda do tempo perdido*: tempo sem ruga, sem estria, porque suas cavidades já devem ser automaticamente preenchidas. A higiene do passado: isso pode dar pistas sobre o atual sucesso do patrimônio? Parece que sim. Se a modernidade de outrora apressou a agenda, a modernidade atual afundou, ainda mais, o pé no acelerador, transformando partes em partículas. Sem fazer trocadilho, mas já fazendo, a característica do tempo atual seria, então, a falta de tempo. Ou melhor, carência de espaços de desaceleração. Se o passado deve passar logo, o presente não pode ser lento. Se a lentidão afasta-se do presente, o futuro vem mais rápido. Cada parte do tempo tripartido vai, assim, ficando sem tempo. A poeira do tempo decadente entra em decadência e mais ainda o seu acúmulo.

“A impureza nunca é um fenômeno único, isolado”.²³⁸ A matéria classificada pelo critério da pureza pressupõe a repelência ao sujo, em nome do limpo, ou melhor, a favor de um determinado ordenamento do existente e de outras sensibilidades para afastar o que é considerado como desordem. Sobre os objetos, não mais a “poeira dos séculos”, mas a profilaxia do presente – eis uma sensibilidade que foi ganhando força na medida em que o passado tornava-se algo a ser estudado não para ser somente reverenciado, mas para, a partir da reverência, ser superado, ou melhor, imitado no que pode promover o progresso e negado no que pode ser visto como atraso. Não se deve, contudo, ter em mente um trajeto linear. O declínio do valor positivo da poeira está cheio de ambiguidades, mesmo com a disseminação do horror propagado pelos médicos.

Em 1984, há um aspecto inquietante a esse respeito. George Orwell, como se sabe, tece uma crítica radical ao mundo totalitário que tudo procura dominar, inclusive dominar por meio da escrita da história, que passa a ser manipulada de forma sistemática e minuciosa. Para ser dominado, o presente precisava dominar o passado. Só assim, o futuro poderia seguir o destino traçado pelo poder. Mas, no decorrer

²³⁸ DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa, s/d. p. 50.

da trama, havia um ponto de fuga. Não era na literatura, nos livros de história, nem propriamente na memória oral das pessoas. Tudo isso estava debilitado, abafado, confuso, com pouca potência de contestação. A saída, ou pelo menos uma pista para a saída, estava exatamente em um lugar que fora desprezado pela escrita da história científica: o antiquário. Lá, naquele refúgio dos objetos antigos e dos amantes escondidos, “mal se podia andar porque o chão estava tomado por pilhas de molduras empoeiradas”. Tudo parecia dizer que o tempo havia passado e que, exatamente ali, havia a última sobrevivência do que se passou. Contraditoriamente, a passagem do tempo era também uma parada: “Na janela havia bandejas com porcas e parafusos, formões sem corte, canivetes de folha partida, relógios enegrecidos que nem fingiam poder funcionar, e uma variedade enorme de bricabraque”.²³⁹ Foi nesse recanto de ponteiros parados que emergiu uma brecha, uma rachadura no bloco que se pretendia coeso. Todos os outros territórios estavam tomados pelo poder de fabricar as memórias que deveriam ser dominantes. O dono do antiquário nem mais entendia que aquilo era uma loja. Sua qualidade de colecionador havia praticamente eliminado o lado comerciante. O quarto no andar de cima foi o lugar que Winston conseguiu para encontrar-se com Júlia (a repressão procurava estar em tudo, o tempo todo, mas lá ainda não havia chegado). Lá, “ficavam deitados, lado a lado, na cama debaixo da janela, nus por causa do calor”. Não interessava o asseio: “sujo ou limpo, o quarto era um paraíso”. Havia se tornado um espaço que permitia a preservação da humanidade que o poder estatal tentava destruir: “O quarto era um mundo, uma redoma do passado, onde sobreviviam animais extintos. O antiquário, pensava Winston, era um outro animal extinto”.²⁴⁰

Benjamin põe no horizonte a sua constelação de *cronotopos*.²⁴¹ São restos, poeiras, ruínas, destroços — materiais que não venceram a corrosão do tempo, mas estão ali, na fragilidade do rastro, à espera de ser

²³⁹ ORWELL, George. 1984. São Paulo: Editora Nacional, 1991. p. 91.

²⁴⁰ *Ibid.* p. 141.

²⁴¹ BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

vestígio de algum “agora”, a depender da relação que a vida estabelece com os mortos, não para arrumá-los nos inventários, mas para fazê-los participantes de um “instante de perigo”, *caiológico* e, portanto, refugio da cronologia. A história cronológica, nesse caso, não é apenas aquela que coloca os fatos em sequência, mas também aquela que funciona no tempo da filosofia da história, impondo-se na qualidade de presentificação do próprio tempo, como se o tempo fosse único.

Daí o pudor do tempo. Seria imoral pensar em outras modalidades de algo tão fundante: não faria sentido. Estaria em pauta o campo da fé, de onde vêm todas as perguntas fundamentais, mas para onde nenhuma pergunta pode ir. Em termos historiográficos, algumas perguntas seriam, então, despropositadas e, o mais grave, desavergonhadas. Como descrever no evoluir do próprio ser humano? Como deslegitimar a persuasão do aperfeiçoamento didático? Como esquecer as cartilhas de doutrinação que ensinam o tempo homogêneo que fez e faz a alegria de tantas formas de dominação? Como dizer que há um marxismo positivista/populista, que faz muito mais sucesso do que um marxismo oxigenado por autores como Benjamin ou Thompson? Uma história social que se confronta com quem sente vergonha do tempo será uma via não para responder, mas para saber como essas perguntas fazem parte de um incêndio que nem sempre alarma.

As ruínas seduzem mais. A marca do tempo pode ser mais eloquente na pedra, mas, obviamente, é passível de ser encontrada numa infinidade de artefatos, fazendo parte dos dispositivos que acionam os usos do passado. Sobre isso, não há dúvida. Por outro lado, uma afirmação tão geral e tão linear necessariamente carece de historicidade. Na identificação da carência é que começam a aparecer as diferenças. As variadas atitudes diante da poeira (ao vento ou acumulada) evidenciam acordos e conflitos constitutivos do trabalho do historiador. A valorização da “assinatura do tempo” pode ser percebida tanto na sensibilidade dos antiquários quanto no passado que os românticos procuravam. Se tais maneiras de articular sentido para o passado tiveram picos de intensidade nos séculos XVIII e XIX, isso não significa dizer que, no século XX, tratam-se de algo ultrapassado. Pelo contrário, porque na história da cultura, não é tão fácil estabelecer esses limites cronológicos.

Walter Benjamin também é seduzido pelas ruínas, numa posição que é além e aquém dos românticos, mas exatamente romântica na sua “imagem dialética” que se afasta do tempo cumulativo do progresso: “Ruínas, cujos destroços ressaltam contra o céu, aparecem às vezes duplamente belas em dias claros, quando o olhar encontra em suas janelas ou à cabeceira as nuvens que passam”. A imagem que *Walter Benjamin compõe* é saturada de agora, como presença e ausência, numa encruzilhada perigosa e redentora: “A destruição fortalece, pelo espetáculo precível que abre no céu, a eternidade desses destroços”.²⁴²

Obviamente, não a linguagem transmissora, no modelo do racionalismo empírico, mas uma linguagem cuja razão de ser está a serviço do sentido possível para (des)conectar os acontecimentos. Em outros termos: linguagem que não é tradução dos fatos na história, mas sentido dos acontecimentos que saltam da linha reta — tanto os acontecimentos que foram e parecem ter ido de vez, quanto os que poderiam ter sido e dão a impressão de ainda não terem passado, tanto os que são, mas talvez ainda não tanto, quanto os que podem ser, mas serão na medida em que podem ficar arredios à lógica educativa favorável ao preenchimento e ao alisamento de perfis individuais.

Tão desejada pelos românticos e tão detratada pelos que vieram depois, a “presença do passado” por meio das imagens de historiadores/romancistas como Michelet ou romancistas/historiadores como José de Alencar virou, pelo que hoje se pode perceber, instância privilegiada de debates, não propriamente pela história nem pela literatura, mas pela valorização da memória. Enigmático, Walter Benjamin também tem servido para justificar esses valores que, a rigor, não têm nada a ver com a sua proposição a respeito da memória em contraposição à linearidade oficial. No Brasil, por exemplo, a tendência tem sido a reivindicação em torno de certos passados que, atrelados às políticas de identidade, almejam o pódio dos “editais”. Em termos de François Hartog, tais memórias seriam, antes de tudo, usos “presentistas” do passado.

²⁴² BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. In: *Obras escolhidas*. Trad. Rubens Rodrigues T. Filho e José Carlos M. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. II, p. 47.

Se o que está em jogo na historiografia romântica do século XIX é “sentir a presença do passado”, poder-se-ia concluir que, na perspectiva de François Hartog, trata-se do “antigo regime de historicidade”. O “novo regime” seria aquele no qual o futuro tem um papel mais decisivo. Enquanto o antigo relaciona-se com a história exemplar, o novo vincula-se ao tempo do progresso. No primeiro caso, um tempo sagrado a ser imitado. No segundo, o ritmo do novo em busca de um futuro que é necessariamente a superação do presente. E, para caracterizar o atual regime de historicidade, Hartog o chama de presentismo. Em suma, o que ele sugere não é o conceito abstrato, mas um instrumento capaz de problematizar o modo pelo qual se faz a contagem do tempo nas relações entre passado, presente e futuro. “Simple outil, le régime d’historicité ne prétend pas dire l’histoire du monde passé, et moins encore de celui à venir”.²⁴³

Um regime não exclui o outro, mas a operacionalidade do termo está em identificar qual é o tempo que se constitui como o principal. Por exemplo: se, no romantismo, há o predomínio do “antigo regime”, isso não exclui a presença do “novo” (ânsia pelo futuro e seu desprezo pelo passado). A proposta, enfim, é complexa, preparada para evitar o uso meramente classificatório. Entretanto, se o seu fundamento for posto ao lado da noção de “operação historiográfica”, podem surgir indagações em torno de alguns aspectos da sua própria validade no que diz respeito ao campo interpretativo. Para Michel de Certeau, a grande novidade da história moderna (a partir do século XVIII) é a divisão cada vez mais clara entre passado e presente, gerando a emergência de um “outro” como objeto desconhecido a ser domesticado pela escrita.²⁴⁴ A afirmação do “outro” o pressupõe estranho ao presente. Quanto maior for a demarcação do passado, maior será a delimitação do presente. Nas duas dimensões temporais, a valorização de um tempo necessariamente se faz no aumento de cotação do outro.

²⁴³ HARTOG, François. *Régimes d’Historicité: presentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003. p. 26-27.

²⁴⁴ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 14.

Para Certeau, o que se valoriza na “história moderna” não é propriamente o passado ou o futuro, mas a “temporalidade moderna”, o tempo partido entre passado e presente. Qualquer dimensão do tempo partido só se aprofunda pelo aprofundamento do tempo vizinho. O modo pelo qual isso se dá é que vai compor algumas diferenças entre o romântico e um científico, mas ambos são idênticos na medida em que funcionam em uma temporalidade moderna.

No tempo partido da modernidade, identificar os mortos é o primeiro passo. O segundo é dar-lhes nome. Cada passo, tanto o primeiro quanto o segundo, só se torna possível na escrita. O ausente não identificado corresponde ao túmulo sem lápide. Desse modo, nunca houve uma preocupação tão forte de separação entre os mortos e os vivos, gerando rituais que, em termos psicanalíticos, poderia ser traduzido como “trabalho de luto”. O “outro”, possível pela localização institucionalizada do sujeito diante do objeto, é antes de tudo um “morto”.²⁴⁵

Se Walter Benjamin pensa numa alternativa diante do progresso, ele quer exatamente superar a “operação historiográfica” que Michel de Certeau pesquisa, examina e localiza dentro de certos padrões da escrita e dos lugares institucionais. Em ambos, não há um manual de introdução à história e sim o furo do balão historiográfico da modernidade. Críticos diante da receita dos jogos acumulativos, tanto Benjamin quanto Certeau desmontam princípios do tempo cronológico que aparta o antes do depois por meio de datas devidamente arrumadas. Se Benjamin põe saídas pela “imagem dialética”, Certeau aposta numa “politização” dos recursos historiográficos, para enfrentar a escrita moderna, por meios que ela mesma abandonou ou cultivou. Portanto, modernos e antimodernos, sobretudo para além e aquém da modernidade. Pós-modernos, talvez possam ser, mas somente nos registros de

²⁴⁵ Daí o título do texto em que Certeau explora “A beleza do morto”, tratando de um “outro” chamado de “cultura popular” (CERTEAU, Michel de. *A cultura no Plural*. Campinas: Papirus, 1995. p. 55-86). Aliás, uma leitura mais atenta pode localizar vários sentidos para o “outro”, como a bruxa diante da Igreja Católica, a mulher diante do homem, o negro diante do branco. O “outro” essencial do historiador é, entretanto, o passado. É sobre e sob essa ausência que a “operação historiográfica” mostra resultados.

análises de detração apaixonada ou de reverências não confessadas que circulam no campo das novidades do mercado intelectual.

Não há aí projetos e sim possibilidades de deslocamento temporal diante do tempo disponibilizado pela cronologia. Como possibilidade, tanto a imagem dialética quanto a operação historiográfica aproximam-se da possibilidade do “eterno retorno”, tal como Nietzsche o formulou.²⁴⁶

²⁴⁶ Se eu estou entendendo o “eterno retorno” não como experiência propriamente concreta, mas como possibilidade que permite outras vivências da concretude, isso significa que sigo a interpretação posta em prática por Roberto Machado (MACHADO, Roberto. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 117-145).

Capítulo XXIII

O DESCOLAMENTO, AFINAL

Os acontecimentos que cercam o historiador, e dos quais ele mesmo participa, estarão na base de sua apresentação como um texto escrito com tinta invisível. A história que ele submete ao leitor constitui, por assim dizer, as citações deste texto, e somente elas se apresentam de uma maneira legível para todos. Escrever a história significa, portanto, *citar* a história. Ora, no conceito de citação está implícito que o objeto histórico em questão seja arancado de seu contexto.

*Walter Benjamin*²⁴⁷

Não confundir o estudo da história com a defesa do tema estudado – eis uma questão fundamental. O tema em si não define o problema. O problema, em suma, vem da interação entre percepção e linguagem. Daí o seu cuidado para propor não apenas uma nova história, mas uma nova maneira de abrir a linguagem histórica para a percepção das temporalidades. Uma questão política, sem a qual a política não poderia se descolar da filosofia da história iluminista, para alçar probabilidades e projetos não realizados e ter potência no intempestivo.

²⁴⁷ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 518.

Intenso, o “agora” de Benjamin não se localiza entre o passado e o futuro. Se assim fosse, o agora seria apenas passagem, como quer o pensamento cujo fundamento advoga a favor do sentido necessário e indispensável da evolução intrínseca desse passar, que vai dando ao passado a missão de ser começo e raiz, a ser superado pelo futuro que se espera. Ao propor a saída do tempo “homogêneo e vazio”, Benjamin entra numa certa seara da narrativa, para fazê-la em outro ritmo, ou melhor, em uma quase disritmia, compassada no descompasso, mais perto do instante vislumbrado por Bachelard do que da duração investigada por Bergson.²⁴⁸ A operação que retira o acontecimento do contexto se faz “agora”, como evidencia a epígrafe aqui colocada. Isso significa empreender um esforço para desatrelar o fluxo narrativo da métrica linear, substância e substrato da lógica de dominação burguesa.

É imprescindível ter cuidado para não cair numa dimensão apenas espacial do “contexto”: o fato contextualizado “em seu tempo”, como se esse “seu tempo” desse a base da explicação a partir da relação de um fato com aquilo que, supostamente, o engloba e, portanto, o faria existir de modo compreensível. O contexto assim entendido será a dimensão mais evidente do alvo contra o qual seu pensamento faz a mira. Além desse artifício espacial, o contexto articula uma estratégia temporal – essa será a segunda dimensão da crítica. O tempo aí é contextualizado na medida em que o antes explica o depois, assim como o depois pode explicar o antes. Assim, a amarração é linear, diacrônica.

Levando em conta que o *pensamento contextual* ainda assume ares de base metodológica sobre a qual não se duvida, não é tarefa fácil questioná-lo para dar a ver o compromisso que o fundamenta: a lógica que o sustenta tem implicações radicais e inevitáveis no uso do passado cuja essência reside numa filosofia da história baseada no progresso. Comumente, a crítica se torna mais eficiente diante do contexto sincrônico (espacial). Na diacronia, talvez pelo fato de ser menos mensurável, a percepção de outras possibilidades parece mais difícil.

²⁴⁸ BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1994.

A questão é que tal divisão entre contexto espacial e temporal é mais um recurso didático do que qualquer outra coisa. A rigor, se ocorre apenas uma crítica ao espacial, não se chega ao “agora” do passado. E, o mais grave, sobretudo no ensino de história, é a rarefação do acontecimento: datas e fatos são desprezados e, no lugar disso, fragmentos. O desafio não é montar para depois desmontar, ou já trazer tudo desmontado. Não se trata de apenas arrumar os fatos em outro tempo, mas exercitar a percepção para outras temporalidades por meio de problematizações historicamente fundamentadas. Não mais os fatos no tempo, mas o tempo dos fatos. Aí o que interessa não é o fato, mas como pensar o tempo. A partir de Benjamin, um projeto de história (ensino ou pesquisa) é uma abordagem sobre o tempo. Sem isso, não há história politicamente comprometida com a crítica ao presente, que, no final das contas, é uma crítica ao tempo, ou melhor uma reflexão sistemática sobre as implicações políticas que residem em qualquer forma de composição temporal.

Se a continuidade pressupõe a linha evolutiva, a linha evolutiva só se fará em sucessões de acréscimos, e conseqüente proposição de períodos. A modernidade, em seu afã de tornar mais visível a divisão entre passado e futuro, terá gosto e disposição para ordenar fatos em períodos. Ao agrupar fatos em períodos, o período acaba por ser tratado na qualidade de “grande fato”, tão “naturalizado” quanto o “fato pequeno”. A periodização não pode ser apenas uma técnica ou um antecedente da pesquisa. Partir de períodos não significa ficar neles. Pelo contrário, porque cabe ao pesquisador investigar sobre as implicações que residem nesses blocos de tempo que vão se cristalizando na escrita da história.

A rigor, não há história sem problematizações que envolvem o tempo. O que se pode chamar de história da temporalidade apenas investiga o tempo de outra maneira: além de recurso de delimitação cronológica e a explicitação metódica e teórica desse recurso diante do objeto a ser analisado, é introduzido um outro desafio, quer dizer, tratar o próprio tempo como objeto de pesquisa. Tratar, por exemplo, como em certo período histórico, determinados grupos usavam o tempo.

Nesse sentido, a história da temporalidade pressupõe, de alguma maneira, uma história sobre os usos do passado, do presente e do futuro, entendendo que divisões e conexões entre essas dimensões temporais variam nas práticas socialmente engendradas, em campos de poder e conflitos. Uma luta pelo tempo, sobre o tempo e apesar do tempo — em suma, eis o campo temático.

Capítulo XXIV

DE VOLTA À ORIGEM

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética — não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta. — Somente as imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não arcaicas), e o lugar onde as encontramos é a linguagem.

*Walter Benjamin*²⁴⁹

Para enfrentar a linha evolutiva do “passado deficitário”, como foi visto no capítulo 7, estudos sobre o funcionamento da ideia de progresso, por exemplo, podem lidar com o tempo como objeto de pesquisa na medida em que o progresso se transforma em problema a ser investigado em suas particularidades, a depender tanto do recorte cronológico e espacial como de conflitos sociais especificamente localizados. O uso do instrumento “regime de historicidade” nesse e em

²⁴⁹ BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 504.

outros casos pode ser útil, ou não. Talvez não seja essa via proposta por Hartog a escolhida, isso não importa. O importante é alimentar o objeto “tempo”. No lugar de Hartog, a opção por Koselleck, em termos de experiências e expectativas, talvez tenha mais sentido. Ou, ainda, a noção de memória, em sentido mais amplo, como campo onde se dão as disputas pelo passado, em dispositivos variados, como a escrita, a oralidade ou a cultura material. Pode-se optar por caminhos mais institucionais, nos quais vem à tona a noção de inventário, patrimônio, museu, arquivo. Mas, a via pode ser mais vinculada ao que Michel de Certeau chamou de *Invenção do cotidiano*.

Por outro lado, o tempo tratado como objeto de pesquisa vincula-se às abordagens historiográficas, também aproximando-se de Certeau, mas obviamente por outra vertente de seu pensamento: a “operação historiográfica”. Não apenas em seus procedimentos mais “metodológicos”, que envolvem escrita, lugar da escrita e protocolos da escrita. A propósito, não se deve esquecer o princípio pelo qual Certeau chegou ao seu conceito de “operação historiográfica”: a experiência da morte na modernidade. Se, antes, a morte não rompia com a vida, no mundo moderno, a morte fará uma separação radical e irreversível, tornando-se ponto fulcral para a separação mais nítida entre passado e presente. Não é que tal divisão não houvesse antes. Havia, mas não de modo tão radical. Em outros termos: a própria noção de tempo dividido entre passado, presente e futuro passa ser o tempo que corresponde às novas atitudes da racionalidade diante dos mortos. O passado, antes passando, torna-se etapa acabada, finalização que permite a localização das fronteiras do presente e, portanto, o rito da escrita da história, passível de ser examinada por meio de sua “operação historiográfica”. Sendo assim, Certeau se põe como historiador imprescindível para qualquer abordagem a respeito da temporalidade na escrita da história. Interessam, portanto, estudos preocupados com as interrogações sobre os modos de invenção do passado, que inserem a memória disciplinar da história no âmbito das lutas mnemônicas empreendidas por grupos em busca de algum tipo de poder.²⁵⁰

²⁵⁰ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 97.

O que está em evidência nessa modalidade de interpretação é o suposto de que o passado não é simplesmente aquilo que passou e sim uma complexa composição subordinada aos interesses de quem aciona os jogos da memória. A memória é sempre uma disputa. Aí, nessa peleja sem fim, vale tudo: pintura, escultura, música, gestos, palavra escrita, oralidade, romance, poesia, história... Afinal, a memória se manifesta das mais variadas maneiras, além de assumir os postos de fundamentação dessas manifestações. Não se trata, nessa perspectiva, de perceber como certos autores preenchem o tempo com acontecidos, porque é o acontecer que faz o tempo existir. Não há tempo sem ação, ou melhor, sem ação narrada. É no modo de encadear os fatos que o tempo ganha volume e sentido. É na maneira de ajeitar o mapa do verbo existir que se cria a ideia do tempo dividido entre passado, presente e futuro.

A contribuição de Benjamin nesse aspecto vai além da crítica ao tempo progressivo que reside nas periodizações da modernidade, ou melhor, esclarece que, para se contrapor a esse tempo que caminha em etapas, é preciso esmiuçar os inícios, as fundações que dão aos períodos a legitimidade da história. A atenção ao recurso da origem atende ao apelo do tempo *caiológico*. Para origem, aliás, ele vai dar outro sentido. A questão foi posta de maneira mais evidente na sua tese *Origem do drama barroco alemão*.

Mas, por que *origem* logo no título? Porque ele a contrapõe à gênese. Na sua perspectiva, a divisão é necessária na medida em que tempo histórico progressivo e tempo histórico do “agora” usam o passado de modos distintos. Na evolução, conta a gênese — a gênese conta o início do desenvolvimento, tornando o desenvolvimento uma sequência necessária, amarrada no refinamento do saber, no elogio da produtividade e, portanto, em consonância com a lógica das causas que geram consequências. O sentido que ele dá a sua tese *Origem do drama barroco alemão* não tem nada a ver com isso. Aliás, Willi Bolle acredita que a tese foi reprovada exatamente por causa disso: o sentido subversivo do conceito de origem, ao propor que a origem não é a explicação e a legitimidade

do desenvolvimento de um fenômeno através da localização do início cronológico, mas o instante de sua plenitude.²⁵¹

A divisão é explicitada prefácio da tese: “apesar de ser uma categoria plenamente histórica, a origem não tem nada em comum com a gênese. ‘Origem’ não designa o processo de devir de algo que nasceu, mas antes aquilo que emerge do processo de devir e desaparecer”.²⁵² Aqui, usando a mais recente tradução para o português, que, a rigor não lida muito bem com os termos temporais, criando alguns embaraços e até mesmo desdobramentos prejudiciais à leitura, sobretudo aos olhos de quem busca problematizar o tempo. A ironia que há nisso chega a ser quase uma evidência de profecia melancólica: como se sabe, Benjamin debateu-se, e muito, sobre as (im)possibilidades das traduções. Mas, obviamente, não é o caso de se estender em torno da questão. Apenas refiro-me especificamente a uma das muitas diferenças entre os tradutores para o português para frisar como o tradutor pode ou não facilitar a vida de quem lê Benjamin e, obviamente, qualquer outro autor estrangeiro.

Cito, então, a tradução que Willi Bolle utiliza: “A origem, apesar de ser uma categoria totalmente histórica, não tem nada que ver com a gênese. O termo origem não designa o vir-a-ser daquilo que se origina, e sim algo que emerge do vir-a-ser e da extinção”.²⁵³ Se o leitor busca o tempo, a diferença se transforma em contraste, beirando a contradição ou o antagonismo: o uso da palavra “processo” quebra o sentido que Benjamin dá à origem. Para Benjamin, processual é a história evolutiva que tem base na gênese, fazendo da gênese a razão de ser de tudo que virá depois, sem deixar nada fora de ordem.

O tempo da origem é o tempo que não parou de incomodar os escritores do século XX, não para defini-lo, mas para dar-lhe vez e

²⁵¹ BOLLE, Willi. Um painel com milhares de lâmpadas, metrópole & megacidade. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens* (posfácios à edição brasileira). Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 1156-58.

²⁵² BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Trágico Alemão*. Edição e tradução de João Barreto. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 34.

²⁵³ BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Barroco Alemão*. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 67-68. *Apud* BOLLE, Willi. Um painel com milhares de lâmpadas, metrópole & megacidade..., p. 1157.

voz, na sua multiplicidade que, de maneiras diferenciadas, também se tornam objeto e teoria dos historiadores em busca de uma história social das temporalidades, preparada para realizar as operações de saber pela retirada dos acontecimentos de seus contextos, como diz Benjamin na epígrafe.

Não seria esse o tempo ao qual Thomas Mann se reporta? Refiro-me, por exemplo, às primeiras páginas de *José e seus irmãos*: “O que aqui nos preocupa não é o tempo calculável. É antes a ab-rogação e a dissolução do tempo com o alternar-se da tradição e da profecia, que empresta à frase ‘era uma vez’ o seu duplo sentido de passado e de futuro e com isto a sua carga de presente potencial”.²⁵⁴

Não se trata, portanto, daquele tempo linear, desenhado em certos trajetos do pensamento moderno, tempo que Walter Benjamin chamou de “homogêneo e vazio”.²⁵⁵ Longe disso, pressupõe-se aqui o tempo envolvido nas operações da *topologia*, como diria Michel Serres: o tempo em sua multiplicidade, não excluindo, obviamente, o recurso à linearidade, que é certamente a maneira mais comum de medi-lo.

O tempo clássico se relaciona à geometria: não ao espaço, como dizia de maneira precipitada Bergson, mas principalmente à métrica. Pelo contrário, inspire-se na topologia e essas aproximações, ou inversamente os distanciamentos que a seus olhos parecem arbitrários, e talvez você descubra agora o seu rigor. E sua simplicidade, no sentido literal da palavra dobra: é toda a diferença entre a topologia – o lenço é dobrado, amassado, em tiras – e a geometria – o mesmo tecido é passado, de modo plano. Tal como o experimentamos, tanto em nosso sentido íntimo como no exterior, na natureza, tanto no da história como no do clima, o tempo se assemelha muito mais a essa variedade amassada do que à plana, excessivamente simplificada. Que se tenha necessidade desta última para medidas, não há dúvida, mas por que induzir a partir

²⁵⁴ MANN, Thomas. *José e seus irmãos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. p. 30.

²⁵⁵ “A concepção de progresso do gênero humano ao longo da história é algo inseparável da concepção de que esta transcorra num tempo homogêneo e vazio. A crítica à concepção desse processo precisa constituir o fundamento da crítica à própria concepção de progresso” (BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991. p. 161).

daí uma teoria geral do tempo? Confunde-se em geral o tempo e a medida do tempo, isto é, uma métrica com uma reta.²⁵⁶

Para indicar o trabalho da *topologia*, Michel Serres dá o caso de um lenço marcado em dois lugares. Os lugares podem ficar próximos ou distantes, dependendo do modo pelo qual o lenço se dispõe no espaço: esticado, dobrado, amassado, embrulhado, ou em outras posições, as distâncias serão infinitamente diferentes. “Denomina-se topologia a essa ciência das proximidades e dos rasgos”.²⁵⁷ Um tempo que, no vocabulário de Deleuze e Guattari, seria chamado de tempo rizomático. Tempo que não segue o sistema da raiz, e sim a sugestão do rizoma. Se as barreiras alfandegárias entre os territórios acadêmicos são abolidas, não será nenhum exagero dizer que aí se tem, como há em Benjamin, um tempo liberto do eixo central, do historicismo ou de qualquer outra temporalidade, no modelo de raiz: “Um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo estrutural ou gerativo. Ele é estranho a qualquer ideia de eixo genético ou de estrutura profunda”.²⁵⁸ Em pauta, portanto, a qualidade com a qual se dão, ou não, certos valores ao tempo. É o que um dos personagens ficou sabendo, conversando com seu parceiro de vida e de morte: “EU: — Então quereis vender-me tempo? ELE: — Tempo? Unicamente algum tempo? Não, meu caro, não é só com esse artigo que o Diabo faz negócios. [...] O que importa é a espécie de tempo que se fornece!”²⁵⁹

²⁵⁶ SERRES, Michel. *Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour*. São Paulo: Unimarco, 1999. p. 82.

²⁵⁷ *Idem*.

²⁵⁸ Como indicam Deleuze e Guattari, trata-se de um pensamento que procura cultivar a “ruptura a-significante”: “um rizoma pode ser rompido, quebrado em um lugar qualquer, e também retoma segundo uma ou outra de suas linhas e segundo outras linhas” (DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1, p. 21).

²⁵⁹ MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 311.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memórias, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, Lapa, 1996.

ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu? In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das ‘Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana’: uma conversa com historiadores. *Revista Estudos Históricos*, n. 41, 2008.

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte cultura e literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ACQUARONE, Francisco. *Os grandes benfeitores da humanidade*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, s/d.

AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

AGUIAR, Cláudio. *Caldeirão*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1982.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes (org.). *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 117-140.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

ALVES, Tarcísio Marcos. *A Santa Cruz do Deserto: ideologia e protesto popular no sertão nordestino – a comunidade camponesa igualitária do Caldeirão*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

AMADO, Jorge. O padre e a beata: saga sertaneja. In: MACEDO, Nertan. *O padre e a beata*. Rio de Janeiro: Leitura, 1961.

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina rústica*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO MUSEU DO CEARÁ [ASMUCE]. *Museu do Ceará 75 Anos*. Fortaleza: Associação Amigos do Museu do Ceará, 2007.

BACHELARD, Gaston. *A chama de uma vela*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo: Ática, 1994.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BALANDIER, Georges. *O Dédalo: para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1994.

BARROS, José Góes de Campos. *A ordem dos penitentes*. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1937.

BARROSO, Henrique Medeiros. *Museu Histórico e Antropológico. 50 anos (1933-1983)*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1983.

BARROSO, Oswald. *A irmandade da Santa Cruz do deserto e outros textos para teatro*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1986.

BARTHES, Roland. *Aula*. Aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França. Pronunciada dia 7 de janeiro de 1977. Tradução de posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, s/d.

BARTHES, Roland. *O grau zero da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BATISTA, Henrique Sérgio de Araújo. *Assim na morte como na vida: arte e sociedade no Cemitério São João Batista (1866-1915)*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002 (Coleção Outras Histórias, v. 14).

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Ed. 70, 1995a.

BAUDRILLARD, Jean. *As estratégias fatais*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

BAUDRILLARD, Jean. *Cool Memories II – crônicas 1987-1990*. São Paulo: Estação Liberdade, 1995b.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BAUDRILLARD, Jean. *Senhas*. Rio de Janeiro: Difel, 2001.

BENJAMIN, Walter. Infância em Berlim por volta de 1900. In: *Obras escolhidas*. Trad. Rubens Rodrigues T. Filho, José Carlos M. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Barroco Alemão*. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENJAMIN, Walter. *Origem do Drama Trágico Alemão*. Edição e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. In: *Obras escolhidas*. Trad. Rubens Rodrigues T. Filho e José Carlos M. Barbosa. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio (org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1991.

BERNARD, François de. Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural. In: BRANT, Leonardo. *Diversidade cultural: globalização e culturas locais: dimensões e perspectivas*. São Paulo: Escrituras: Instituto Pensarte, 2005.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 2, 1994.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. O museu de cidade e a consciência da cidade. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques; KESSEL, Carlos; GUIMARAENS, Cêça. (org.). *Museus & Cidades*: livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2004.

BEZERRA DE MENESES, Ulpiano. Visões, visualizações e usos do passado. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, 2007.

BITTENCOURT, Dario. A liberdade religiosa no Brasil: a Macumba e o Batuque em face da lei. In: Vários Autores. *O negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940. (Trabalhos apresentados ao 2. Congresso Afro-brasileiro, Bahia, 1937).

BOLLE, Willi. Um painel com milhares de lâmpadas, metrópole & megacidade. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens* (posfácios à edição brasileira). Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BORGES, Jorge Luís. Funes, o memorioso. In: *Obras completas*. São Paulo: Globo, 1998. p. 539-546. v. 1.

BRAGA, Júlio. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos Candomblés da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias*. Brasília, 1999.

BRUCKNER, Pascal. *A tirania da penitência: ensaio sobre o masoquismo ocidental*. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

BRUN, Jean. *A mão e o espírito*. Lisboa: Edições 70, 1991.

CAMP, Lyon Sprague de. *A história secreta e curiosa das grandes invenções*. Rio de Janeiro: Lidador, 1964.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo Companhia das Letras, 1995.

CANTO, Eduardo Leite do. *Plástico: bem supérfluo ou mal necessário?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1988.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Meleagro*. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1951. (Depoimento e pesquisa sobre a magia branca no Brasil).

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CERQUEIRA, Erika Moraes. *Habitar o passado: Gustavo Barroso e o seu tempo*. Curitiba: Prismas, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. São Paulo: Papyrus, 1995.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COELHO, Teixeira. *A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

COETZEE, John Maxwell. *A infância de Jesus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

COLARES, Ciro. *O beco*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1985.

CORTÁZAR, Julio. *Histórias de cronópios e de famas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COUTO, Mia. *Cada homem é uma raça*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano e outras interinvenções*. Lisboa: Editorial Caminho, 2009.

COUTO, Mia. *O outro pé da sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COUTO, Mia. *Pensatempos: textos de opinião*. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

COUTO, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letas, 2003.

COUTO, Mia. *Vinte e zinco*. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

CUNHA, Maria Noélia Rodrigues da. *Praças de Fortaleza*. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 1990.

DANTAS, Elyaldo Gonçalves. *Gustavo Barroso: o führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937*. João Pessoa: Ideia, 2015.

DAVIS, Ângela. *A democracia da abolição: para além do império, das prisões e da tortura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2019.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2004.

DIAS, Maria Odila Leite da. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa, s/d.

DUBY, Georges. *Guilherme Marechal, ou o melhor cavaleiro do mundo*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

ECO, Umberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. *Não contem com o fim do livro*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

EKARV, Margareta. Combating redundancy: writing texts for exhibitions. In: *The educational role of the museum*. Oxon: Routledge, 1994.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAULHABER, Priscila. O etnógrafo e seus “outros”: informantes ou detentores de conhecimento especializado? *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 36, jul./dez. 2005.

FENELON, Déa. Memórias Profissionais. *Educação em Revista*, n.47, jun. 2008.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. Epílogo: Que é a história hoje? In: CANNADINE, David (org.). *Que é a História hoje?* Lisboa, 2006.

FERRO, Marc. *O ressentimento na história: compreender o nosso tempo*. Lisboa: Editorial Teorema, 2009.

FLORES, Elio Chaves. Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 21, 2006.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta do museu pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: Unesp, 2001.

FRUGONI, Chiara. *Invenções da Idade Média: óculos, livros, botões e outras inovações geniais*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GIRÃO, Raimundo. *Guia do visitante do Museu Histórico e Antropológico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Edições UFC, 1984.

GRUBER, Jussara. Museu Maguta. *Riracema: Revista de Arte e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 2, ano 2, 1994.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2010.

HARTOG, François. *Evidência da história: os que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HARTOG, François. *Régimes d'Historicité: presentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Revista Vária História*, Belo Horizonte, n. 36, 2006.

HOMERO. *Odisséia*. São Paulo: Editora Três, 1974.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

HUYSSSEN, Andreas. Escapando da amnésia: o museu como cultura de massa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 23, 1994.

JUCÁ, Manoel Sedrim de Castro; MEDEIROS, José Hortêncio de. *Monografia do Museu Histórico e Antropológico*. Homenagem do Museu Histórico e Antropológico do Ceará à pátria, nos festejos de seu sesquicentenário da Independência. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1972.

KAISER, Bruno. *10.000 anos de descobertas*. Tradução de Roberto Luiz F. de Almeida. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

KOLTAI, Caterina. Racismo: uma questão cada vez mais delicada. *Ide*, São Paulo, [online], v. 31, n. 47, 2008.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: UFF, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC/RIO, 2006.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

LE GOFF, Jacques. *O imaginário Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

LEE, Peter. Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: compreensão da vida no passado. In: BARCA, Isabel. *Educação histórica e*

museus. Portugal: Universidade do Minho, 2003. (Atas das segundas jornadas internacionais de Educação Histórica).

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro: construindo identidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MACHADO, Roberto. *Zaratustra, tragédia nietzschiana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da Saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

MANN, Thomas. *Doutor Fausto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

MANN, Thomas. *José e seus irmãos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MATOS, Olgária. A melancolia de Ulisses: a dialética do iluminismo e o canto das sereias. In: NOVAES, Adauto. *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MATOS, Olgária. *Os Arcanos do inteiramente outro: a escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINEIRO, Clara. Mas as peças não falam por si?! A importância do texto nos museus. *Revista Museologia.pt.*, Lisboa, n. 1, maio 2007.

MOLES, Abraham. *Rumos de uma cultura tecnológica*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *No Norte da saudade: esquecimento e memória em Gustavo Barroso*. 2006. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Estudos Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000.

NASSAR, Raduan. *Lavoura Arcaica*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

NERUDA, Pablo. *Para nascer nasci*. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Para uma história cultural do Ceará: o conselho estadual de cultura (1966-1976)*. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1979.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, 1993.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. *Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história no Museu do Ceará (1932-1976)*. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009.

OLIVEIRA, Manfredo. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

OLIVEIRA, Raimundo Eufrásio (org.). *Sinopse do Museu Histórico e Antropológico do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Editora Nacional, 1991.

PEIXOTO, José Luís. *A criança em ruínas*. Porto Alegre: Dublinense, 2017.

PELBART, Peter Pál. *O tempo não-reconciliado: imagens de tempo em Deleuze*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

PELBART, Peter Pál. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

PEREIRA, Júnia Sales. Reconhecendo ou construindo uma polaridade étnico-identitária? Desafios do ensino de história do imediato contexto pós-Lei n. 10.639. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 21-43, 2008.

PERROT, Michelle. *História dos quartos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PHILBIN, Tom. *As 100 maiores invenções da história: uma classificação cronológica*. Tradução de Flávio Marcos e Sá Gomes. Rio de Janeiro: DIFEL, 2006.

PIMENTEL, Altamar de A. *Estórias do diabo: o diabo na criação popular*. Brasília: Thesaurus, 1995.

PONGE, Francis. *Alguns poemas: antologia poética*. Lisboa: Cotovia, 1996.

PONGE, Francis. *Métodos*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

PRANDI, Reginaldo. *Segredos guardados: Orixás na alma brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

QUINTANA, Mário. *Caderno H*. São Paulo: Globo, 2006.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A peleja do tempo nas memórias do Caldeirão. *Cadernos do Ceom.*, Chapecó, n. 21, 2005.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. As utilidades do passado na biografia dos objetos. In: RAMOS, Francisco Régis Lopes; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado (org.). *Futuro do Pretérito: história do museu e escrita da história*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Caldeirão: um estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades*. Fortaleza: Eduece, 1991.

RAMOS, Francisco Régis Lopes; KUNZ, Martine (org.). *Frei Tito: em nome da memória*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001. (Coleção Outras Histórias, v. 7).

RAMOS, Nuno. *Ensaio geral: projetos, roteiros, ensaios, memória*. São Paulo: Globo, 2007.

REIS, Clóvis de Matos; OLIVEIRA, Raimundo Eufrásio (org.). *Monografia do Museu Histórico e Antropológico do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1976.

RIBEIRO, Antônio Pinto. Podemos descolonizar os museus? In: RIBEIRO, Antônio Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate. *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Coimbra: Edições Afrontamento, 2016.

RIBEIRO, Darcy. Arte índia. In: RIBEIRO, Berta. *Suma etnológica brasileira: arte índia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darcy. *Diários índios: os Urubu-Kaapor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIOS, Kênia Sousa. *Coisas do amor: memórias de uma exposição no Museu do Ceará*. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2005. (Coleção Outras Histórias, v. 33).

RIOUX, Jean-Pierre. A memória coletiva. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, José Honório. *Filosofia e história*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

ROLNIK, Suely. Despachos no museu. Sabe-se lá o que vai acontecer... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzs-chianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ROTH, Philip. *A marca humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Intervalo amoroso e outros poemas escolhidos*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

SANTOS, Milton. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, Iphan, Demu, 2006.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SCHWARTZ, Vanessa. O espectador cinematográfico antes do aparato do cinema: o gosto do público pela realidade na Paris fim-de-século. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

SEMJONOW, Juri. *Os tesouros da terra: uma geografia econômica para todos*. Porto Alegre: Edição da Livraria O Globo, 1947.

SEMPRUM, Jorge. *Um belo domingo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SERRES, Michel. *Atlas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

SERRES, Michel. *Hermes: uma filosofia das ciências*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

SERRES, Michel. *Júlio Verne: a ciência e o homem contemporâneo – diálogos com Jean-Paul Dekiss*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SERRES, Michel. *Luzes: cinco entrevistas com Bruno Latour*. São Paulo: Unimarco, 1999.

SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo e. *Fortaleza: imagens da cidade*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001. (Coleção Outras Histórias, v. 1).

SIMAN, Lana Maria de Castro. Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para o processo de ensino e aprendizagem da história. *Cadernos do Cedes*, São Paulo, n. 67, 2005.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

TAVARES, Gonçalo. *O senhor Juarroz*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

TAVARES, Gonçalo. *Uma menina está perdida no seu século à procura do pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.

TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

VARINE, Hugues de. Le musée au service de l'homme et du développement. (1969). In: DESVALLEES, André. *Vagues: une anthologie de la nouvelle museologie*. Paris: Éditions W.M.N.E.S., 1992.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. *O analista de Bagé*. Porto Alegre: L&PM, 1982.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Brasília: UnB, 1982.

VIRILIO, Paul. *Cibermundo: a política do pior*. Lisboa: Editorial Teorema, 2000.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006.

YENNE, Bill. *100 invenções que mudaram a história do mundo*. Tradução de Carla C. Melo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

Jornais

A Rua, 17 jan. 1935.

Ceará, 8 ago. 1933.

O Povo, 30 set. 1936.

O Povo, 23 out. 2003.

O AUTOR

Francisco Régis Lopes Ramos

Doutor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2000 e pós-doutor na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2012. Professor, pesquisador e orientador de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). É líder do grupo de pesquisa “Tempo, imagem e narrativa” (CNPq). É autor dos livros: *Caldeirão: estudo histórico sobre o Beato José Lourenço e suas comunidades* (1991 e 2011); *João de Cristo Rei: o profeta de Juazeiro* (1994); *O verbo encantado: a construção do Padre Cícero no imaginário dos devotos* (1998); *A danação do objeto: o museu no ensino de história* (2004 e 2008); *Papel passado: cartas entre os devotos e o Padre Cícero* (2011); *Frei Tito: cartas de com-paixão* (2012); *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da história* (2012); *O meio do mundo: a construção do espaço sagrado em Juazeiro do Padre Cícero* (2012); *A poeira do passado: tempo, saudade e cultura material* (2014); *Tentação do tempo* (2016) e *O escorpião atrás do espelho: a tortura no regime de 1964 e o declínio da narrativa* (2017).

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



[Versão digital](#)

Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC
Av. da Universidade, 2932 - Benfica
CEP.: 60020-181 - Fortaleza - Ceará - Brasil
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
imprensa@proplad.ufc.br

A Universidade Federal do Ceará contribui por excelência para a educação e para a ciência em nosso país. Como um dos seus avanços acadêmicos, merece destaque o desenvolvimento da pós-graduação, que fortalece o pilar da formação de recursos humanos por meio da pesquisa.

A pós-graduação brasileira, sistematicamente avaliada nas últimas décadas, ganha credibilidade, e seus pesquisadores gozam de reconhecimento internacional. Nesse processo, o livro integra a produção intelectual acadêmica das múltiplas áreas que compõem o quadro científico da Universidade e apura os esforços dos pesquisadores que veiculam parte de sua produção nesse formato.

A Coleção de Estudos da Pós-Graduação foi criada, portanto, para apoiar os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFC e consolidar uma política acadêmica, científica e institucional de valorização da pesquisa, ao franquear o curso da produção intelectual em forma de livro.



ISBN 978-65-88492-17-8



9 786588 492178